

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**

**Dinâmicas sócio-espaciais em redes urbanas. Um estudo sobre o Arranjo  
Populacional de Conselheiro Lafaiete, MG.**

Ana Clara de Souza Pereira  
*Doctor Scientiae*

**VIÇOSA - MINAS GERAIS  
2024**

**ANA CLARA DE SOUZA PEREIRA**

**Dinâmicas sócio-espaciais em redes urbanas. Um estudo sobre o Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete, MG.**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

Orientador: Italo I. Caixeiro Stephan

**VIÇOSA - MINAS GERAIS  
2024**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

P436d  
2024  
Pereira, Ana Clara de Souza, 1991-  
Dinâmicas sócio-espaciais em redes urbanas: um estudo  
sobre o Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete, MG / Ana  
Clara de Souza Pereira. – Viçosa, MG, 2024.  
1 tese eletrônica (193 f.): il. (algumas color.).

Orientador: Ítalo Itamar Caixeiro Stephan.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa,  
Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2024.  
Referências bibliográficas: f. 184-193.  
DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2025.358>  
Modo de acesso: World Wide Web.

1. Planejamento urbano - Conselheiro Lafaiete (MG).  
2. Planejamento regional. 3. Cidades pequenas. I. Stephan, Ítalo  
Itamar Caixeiro, 1957-. II. Universidade Federal de Viçosa.  
Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Programa de  
Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD 22. ed. 307.762

**ANA CLARA DE SOUZA PEREIRA**

**Dinâmicas sócio-espaciais em redes urbanas. Um estudo sobre o Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete, MG.**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

APROVADA: 26 de agosto de 2024.

Assentimento:

---

Ana Clara de Souza Pereira  
Autora

---

Italo Itamar Caixeiro Stephan  
Orientador

Essa tese foi assinada digitalmente pela autora em 30/05/2025 às 15:19:31 e pelo orientador em 24/06/2025 às 15:15:06. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **8IL4.7B3O.ZYVI** e clique no botão 'Validar documento'.

Muita gratidão por chegar até aqui. Teria sido impossível trilhar esse caminho se não tivesse o apoio de tantas pessoas maravilhosas.

Agradeço primeiramente à Deus, pela força e pelo sustento nos momentos mais difíceis. Deus, por meio da minha fé, não me deixou desanimar diante de tantos obstáculos e desafios e me permitiu finalizar este trabalho.

Gostaria de agradecer à CAPES, pela bolsa de doutorado durante os dois últimos anos da pesquisa. À Universidade Federal de Viçosa, pelo ensino gratuito de qualidade. Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, pelo auxílio no decorrer deste percurso.

Ao meu orientador, Ítalo Stephan, que além de ser um excelente profissional, professor e orientador, tornou-se um grande amigo e, com sua empatia, cuidado e carinho fez com que essa jornada se tornasse possível e mais leve. Obrigada pela confiança, pelo suporte, pelas orientações, ensinamentos e partilha. As orientações e conversas sempre embaladas pelos melhores rocks progressivos. Devo essa defesa de tese a você, professor. Obrigada!

Aos amigos que me ampararam, ouviram minhas angústias e acalmaram minha ansiedade nos dias difíceis. Agradeço também aos amigos do PUPA, em especial Camilla Carneiro, por todo carinho, hospedagens e amizade.

Por último, agradeço à minha família, bem mais precioso da minha vida, por estarem sempre ao meu lado e acreditarem no meu potencial. À minha mãe, que me ensina todos os dias sobre resiliência, amor e força, você é minha inspiração e dedico esta tese a você. Ao meu pai, pelo amor, pela garra e pelo suporte, gratidão eterna pelo seu cuidado de sempre. Às minhas irmãs e sobrinhos, vocês são a luz da minha vida.

Muito obrigada a todos vocês!

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho foi realizado com o apoio das seguintes agências de pesquisa brasileiras: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

“A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.” (Guimarães Rosa)

## RESUMO

PEREIRA, Ana Clara de Souza, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2024. **Dinâmicas sócio-espaciais em redes urbanas. Um estudo sobre o Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete, MG.**. Orientador: Italo Itamar Caixeiro Stephan.

Uma rede urbana é composta por um conjunto funcionalmente articulado de centros urbanos, que envolve uma complexa diferenciação entre cidades e se torna importante para a compreensão de uma determinada região ou país. Para que se tenha conhecimento de uma rede urbana é preciso identificar os diferentes níveis hierárquicos das cidades que a compõem, os setores econômicos predominantes, os eixos viários e os meios de comunicação que possibilitam os diversos fluxos entre elas, assim como quais são esses fluxos, suas direções e intensidades. Desse modo, o objetivo desta tese de doutorado foi analisar o Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete – AP, do qual fazem parte seis municípios: Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Jeceaba, Ouro Branco, Queluzito e São Brás do Suaçuí; para compreender o papel de cada município numa escala regional e investigar como ocorrem as interações sócio-espaciais entre eles. Classifica-se Conselheiro Lafaiete como uma cidade média e Congonhas, Jeceaba, Ouro Branco, Queluzito e São Brás do Suaçuí como cidades pequenas, ainda que em diferentes escalas. A metodologia adotada para realização dessa pesquisa de caráter descritivo e exploratório, foi dividida em três etapas: embasamento teórico, análise documental e produção cartográfica. A revisão teórica permitiu o entendimento dos conceitos de urbanização, globalização, rede urbana, hierarquização, centralidade, cidades médias e pequenas, mobilidade urbana e movimentos pendulares. Esses conceitos permearam toda pesquisa e auxiliaram na compreensão dos fenômenos urbanos ocorridos dentro do Arranjo. Outros procedimentos metodológicos adotados foram: análise de dados, visitas em campo e desenvolvimento de mapas. As análises desenvolvidas nesta tese demonstraram a relevância do AP de Conselheiro Lafaiete no contexto da rede urbana estadual e até mesmo nacional. Conselheiro Lafaiete teve seu papel central fortalecido, visto que essa centralidade se dá por suas características de cidade média e pela alta oferta de serviços. Congonhas afirmou-se como um polo minerário regional. Ouro Branco e Jeceaba se consolidaram como um complexo industrial múltiplo. A forte presença da indústria modificou e segue modificando o Arranjo Populacional. São Brás do Suaçuí e Queluzito são municípios que não apresentam grande expressividade no Arranjo. Percebeu-se que os movimentos pendulares revelam uma tendência

territorial contemporânea, em que muitas pessoas escolhem habitar em uma localidade e trabalhar em outra. As consequências das interações socioespaciais dentro do Arranjo refletem-se diretamente nos seis municípios, nas suas condições econômicas, socioambientais e nos fenômenos ligados à modificação desses espaços. Reconhece-se nesta pesquisa a necessidade de uma gestão urbana integrada e articulada entre os municípios do AP de Conselheiro Lafaiete, que podem alavancar o desenvolvimento econômico local e regional.

Palavras-chave: Rede urbana; Arranjo populacional; Cidades pequenas; Cidades médias ; Planejamento regional; Planejamento urbano

## ABSTRACT

PEREIRA, Ana Clara de Souza, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, August, 2024. **Socio-spatial dynamics in urban networks. A study on the Population Arrangement of Conselheiro Lafaiete, MG.** Adviser: Italo Itamar Caixeiro Stephan.

An urban network is made up of a functionally articulated set of urban centers, which involves a complex differentiation between cities and becomes important for understanding a given region or country. In order to have knowledge of an urban network, it is necessary to identify the different hierarchical levels of the cities that make it up, the predominant economic sectors, the road axes and the means of communication that enable the different flows between them, as well as what these flows are, their directions and intensities. Therefore, the objective of this doctoral thesis was to analyze the Population Arrangement of Conselheiro Lafaiete – AP, which includes the six municipalities: Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Jeceaba, Ouro Branco, Queluzito and São Brás do Suaçuí; to understand the role of each municipality on a regional scale and investigate how socio-spatial interactions occur between them. Conselheiro Lafaiete is classified as a medium-sized city and Congonhas, Jeceaba, Ouro Branco, Queluzito and São Brás do Suaçuí as small cities, although on different scales. The methodology adopted to carry out this descriptive and exploratory research was divided into three stages: theoretical basis, documentary analysis and cartographic production. The theoretical review allowed the understanding of the concepts of urbanization, globalization, urban network, hierarchy, centrality, medium and small cities, urban mobility and commuting movements. These concepts permeated all research and helped to understand the urban phenomena that occurred within the Arrangement. Other methodological procedures adopted were: data analysis, field visits and map development. The analyzes developed in this thesis demonstrated the relevance of Conselheiro Lafaiete's AP in the context of the state and even national urban network. Conselheiro Lafaiete had his central role strengthened, as this centrality is due to its characteristics of a medium-sized city and the high offer of services. Congonhas established itself as a regional mining hub. Ouro Branco and Jeceaba were consolidated as a multiple industrial complex. The strong presence of industry has modified and continues to modify the Population Arrangement. São Brás do Suaçuí and Queluzito are municipalities that do not have great expression in the Arrangement. It was noticed that commuting movements reveal a contemporary territorial trend, in which many people choose to live in one location and work in

another. The consequences of socio-spatial interactions within the Arrangement directly reflect on the six municipalities, their economic and socio-environmental conditions and the phenomena linked to the modification of these spaces. This research recognizes the need for integrated and coordinated urban management between the municipalities of the AP of Conselheiro Lafaiete, which can leverage local and regional economic development.

Keywords: Urban network; Population arrangement; Small towns; Medium cities; Regional planning; Urban planning

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

**Figura 1:** Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais

**Figura 2:** - Diagrama representativo das escalas de análise da pesquisa

**Figura 3:** Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas em Minas Gerais

**Figura 4:** Composição dos arranjos populacionais – Brasil - 2010

**Figura 5:** Distribuição das médias concentrações urbanas consideradas. Brasil 2010

**Figura 6:** Fluxos de deslocamentos entre municípios de arranjos populacionais acima de 100.000 a 750.000 habitantes, com índice de integração maior que 0,34

**Figura 7:** Área da Unidade Territorial de Conselheiro Lafaiete

**Figura 8:** Área da Unidade Territorial de Conselheiro Lafaiete

**Figura 9:** Linha do tempo da transformação de Conselheiro Lafaiete de arraial para cidade

**Figura 10:** Conselheiro Lafaiete na década de 1980

**Figura 11:** – Região de Influência de Belo Horizonte

**Figura 12:** - Localização dos municípios sob influência de Conselheiro Lafaiete, segundo a REGIC (2008)

**Figura 13:** - Viagens semanais de ônibus partindo de Conselheiro Lafaiete

**Figura 14:** Área da Unidade Territorial de Congonhas

**Figura 15:** Contexto Geográfico da Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte

**Figura 16:** Profetas de Aleijadinho e ao fundo o Santuário Bom Jesus de Matosinhos

**Figura 17:** Núcleo histórico de Congonhas

**Figura 18:** Centro histórico de Congonhas

**Figura 19:** Barragem da mina Casa de Pedra em relação à cidade de Congonhas

**Figura 20:** Área da unidade territorial de Ouro Branco

**Figura 21:** Serra de Ouro Branco

- Figura 22:** Imagem aérea de Ouro Branco com a Serra de Ouro Branco ao fundo
- Figura 23:** Área da unidade territorial de Jeceaba
- Figura 24:** Território de Jeceaba
- Figura 25:** Imagem da cidade de Jeceaba com pontilhão ferroviário ao fundo
- Figura 26:** Área da Unidade Territorial de Queluzito
- Figura 27:** Praça de Santo Amaro em Queluzito, MG
- Figura 28:** Cachoeira do Maciel, Queluzito MG
- Figura 29:** Fachadas de casarões antigos em Queluzito
- Figura 30:** Área da Unidade Territorial de São Brás do Suaçuí
- Figura 31:** Igreja Matriz de São Brás do Suaçuí, São Brás do Suaçuí
- Figura 32:** Capela Monsenhor dos Passos, São Brás do Suaçuí
- Figura 33:** Casarão dos Herdeiros do Sr. José Campos, São Brás do Suaçuí
- Figura 34:** Fachadas de casarões antigos em São Brás do Suaçuí
- Figura 35:** Manchas dos municípios do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete, com principais rodovias e linha férrea
- Figura 36:** Mapa da distribuição da atividade industrial em Minas Gerais - 2016
- Figura 37:** Distribuição do PIB per capita de onde as atividades de construção, transformação, extrativa ou SIUP foram a primeira, segunda ou terceira mais relevantes para a economia do município - com valores extremos - Minas Gerais - 2016
- Figura 38:** Área central de Conselheiro Lafaiete
- Figura 39:** Vista aérea de Conselheiro Lafaiete
- Figura 40:** Vista aérea do trecho 1 da mancha urbana de Conselheiro Lafaiete nos anos 2004 e 2024
- Figura 41:** Trecho 2 da mancha urbana de Conselheiro Lafaiete nos anos 2004 e 2024
- Figura 42:** Imagem aérea de Conselheiro Lafaiete com montagem de maquete 3D do Condomínio Estiva

**Figura 43:** Vista aérea do bairro Santa Matilde

**Figura 44:** Trecho 3 da mancha urbana de Conselheiro Lafaiete nos anos 2004 e 2024

**Figura 45:** Trecho 4 da mancha urbana de Conselheiro Lafaiete nos anos 2004 e 20

**Figura 46:** Vista aérea de Conselheiro Lafaiete

**Figura 47:** Mancha urbana de Congonhas nos anos 2004 e 2024, Minas Gerais

**Figura 48:** vista aérea de Congonhas com a barragem da Casa de Pedra aos fundos

**Figura 49:** Vista aérea de Congonhas

**Figura 50:** vista aérea da mancha urbana do Alto Maranhão, nos anos de 2004 e 2024

**Figura 51:** Fotografia da estação de Lobo Leite

**Figura 52:** Igreja Nossa Senhora da Soledad em Lobo Leite

**Figura 53:** Vista aérea da mancha urbana do Lobo Leite, nos anos de 2004 e 2024

**Figura 54:** Vista aérea da mancha urbana do Pires, nos anos de 2004 e 2024

**Figura 55:** Vista aérea do complexo industrial da Gerdau

**Figura 56:** Imagem aérea de Ouro Branco

**Figura 57:** Vista aérea da mancha urbana de Ouro Branco, nos anos de 2004 e 2024

**Figura 58:** Vista aérea da mancha urbana de Carreiras, nos anos de 2004 e 2024

**Figura 59:** Vista aérea da cidade de Jeceaba

**Figura 59:** Vista aérea da cidade de Jeceaba

**Figura 60:** vista aérea do complexo industrial da Vallourec Mannesmann

**Figura 61:** Vista aérea da mancha urbana de Jeceaba, nos anos de 2004 e 2024

**Figura 62:** Vista aérea da mancha urbana de Jeceaba, demonstrando a intensificação da ocupação do solo entre os anos de 2004 e 2024

**Figura 63:** Imagem aérea de São Brás do Suaçuí

## **LISTA DE QUADROS**

**Quadro 01:** Síntese dos procedimentos metodológicos

**Quadro 02:** Distâncias entre os municípios do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete

## **LISTA DE TABELAS**

**Tabela 01:** Dados referentes às cidades Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Jeceaba, Ouro Branco e Queluzito

**Tabela 02:** Crescimento Populacional em Minas Gerais e no Brasil no período entre 2008 e 2024

**Tabela 03:** Produto Interno Bruto (R\$ mil correntes) dos municípios do Alto Paraopeba

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

**AP** – Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete

**CESCL** - Centro de Ensino Superior de Conselheiro Lafaiete

**CEDEPLAR** - Centro e Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG

**CSN** - Companhia Siderúrgica Nacional

**FASAR** - Faculdade Santa Rita

**FCA** - Ferrovia Centro Atlântica

**FDCL** - Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete

**FJP** - Fundação João Pinheiro

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IBRAM** - Instituto Brasileiro de Mineração

**IDHM** - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

**IFMG** - Instituto Federal de Minas Gerais

**INSEE** - Institut National de la Statistique et des Etudes Economiques

**IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**IPHAN** - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**PIB** - Produto Interno Bruto

**RECIME** – Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias

**REGIC** - Regiões de Influência das Cidades

**SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**SIUP** - Serviços industriais de utilidade pública

**SUS** - Sistema Único de Saúde

**UFSJ** - Universidade Federal de São João Del Rey **UNIPAC** - Centro Universitário Presidente Antonio Carlos

**VS** - Vallourec Sumitomo Tubos do Brasil

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
2. A DINÂMICA URBANA E REGIONAL .....	27
2.1. Urbanização e globalização .....	27
2.2. Rede urbana, hierarquização e centralidade.....	36
2.3. Mobilidade urbana e os movimentos pendulares.....	53
3. O ARRANJO POPULACIONAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE, MINAS GERAIS .....	58
3.1. Arranjos populacionais de acordo com o IBGE (2016).....	58
3.1.2 Tipos de arranjos populacionais.....	62
3.2. Conselheiro Lafaiete .....	66
3.3. Congonhas .....	78
3.4. Ouro Branco.....	89
3.5. Jeceaba.....	94
3.6. Queluzito.....	98
3.7. São Brás do Suaçuí .....	103
4. DINÂMICAS SÓCIO-ESPACIAIS NO ARRANJO POPULACIONAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE E OS IMPACTOS NO ESPAÇO URBANO DOS MUNICÍPIOS.....	108
4.1. Configuração socioeconômica dos municípios do Arranjo .....	109
4.2. Os impactos da indústria e da mineração nos aspectos espaciais dos municípios do Arranjo .....	124
4.3. A integração entre os municípios do Arranjo Populacional e as tendências urbanas contemporâneas .....	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	178
REFERÊNCIAS .....	183

## INTRODUÇÃO

Uma rede urbana é composta por um conjunto funcionalmente articulado de centros urbanos e suas hinterlândias, que envolve uma complexa diferenciação entre cidades e se torna importante para a compreensão de uma determinada região ou país. Desse modo, a rede urbana é um espaço hierarquizado por meio da influência econômica, social, política e cultural e cada cidade representa um papel nessa rede, conforme sua concentração demográfica e os serviços oferecem, relacionados à saúde, educação, comércio, lazer, entre outros (CORRÊA, 1994).

De acordo com Corrêa (1994), a rede urbana pode ser classificada como “um conjunto de centros funcionalmente articulados, constituindo-se em um reflexo social, resultado de complexos e mutáveis processos engendrados por diversos agentes sociais” (CORRÊA, 1994, p. 8). O autor afirma que as redes urbanas reforçam as características sociais e econômicas do território e estão presentes tanto nos países desenvolvidos como nos países subdesenvolvidos – nesse caso apresentando redes urbanas de menor complexidade.

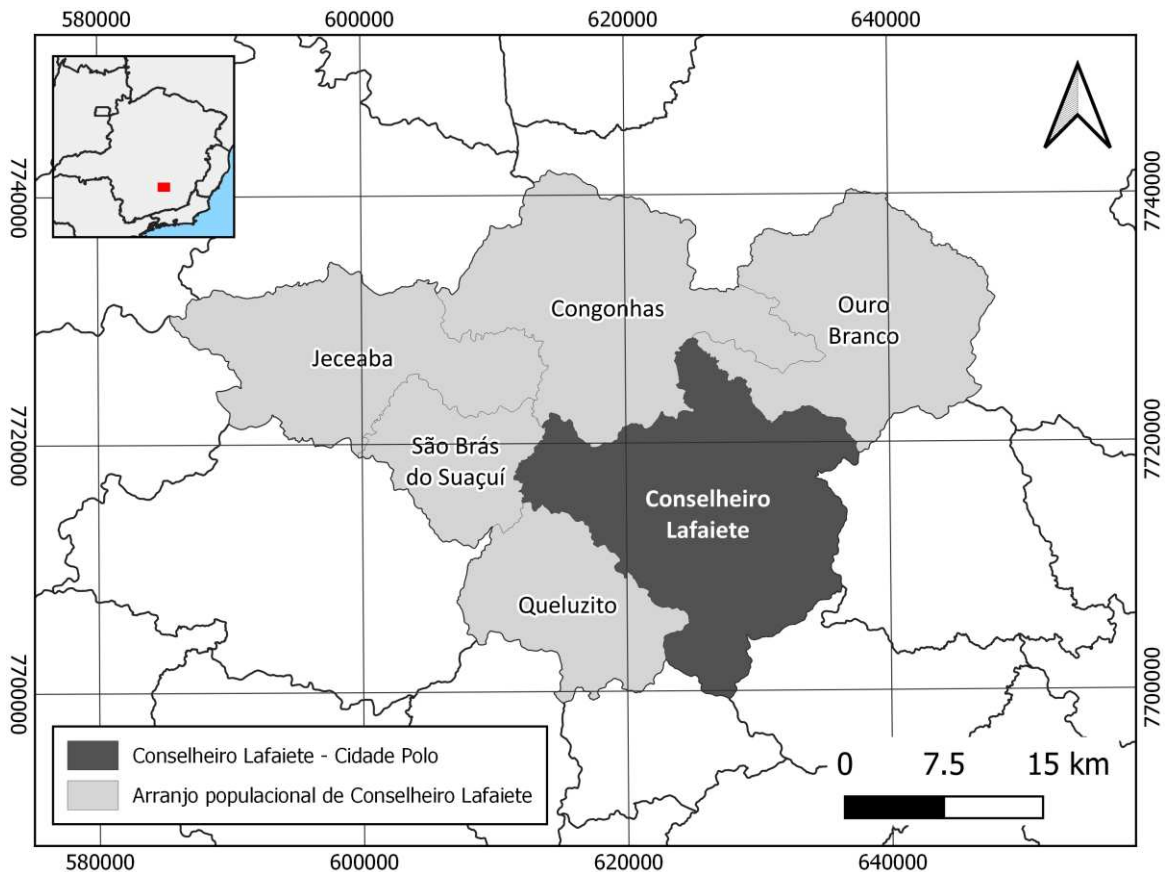
Para Santos (1981, p. 153) a rede urbana é “resultado de um equilíbrio instável de massas e de fluxos, cujas tendências à concentração e à dispersão, variando no tempo, proporcionam as diferentes formas de organização e domínio do espaço pelas aglomerações”. Com isso, a concentração e a dispersão necessitarão, em parte, da infraestrutura de transporte e comunicação, que permite uma maior interação entre as cidades e contribui para a sustentação de uma rede. As redes se diferenciam conforme o tipo de transferências, infraestrutura de transporte e comunicação, intensidade das relações e direções dos fluxos.

Para que se tenha conhecimento de uma rede urbana é preciso identificar os diferentes níveis hierárquicos das cidades que a compõem, os eixos viários e os meios de comunicação que possibilitam os fluxos diversos entre elas, assim como quais são esses fluxos, suas direções e intensidades. Estes fluxos são, segundo Ablas (1982), resultantes da interação homem-homem, sendo esse consumidor ou produtor.

Desse modo, busca-se por meio dessa pesquisa de doutorado a análise do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete, em que fazem parte os seis municípios: Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Jeceaba, Ouro Branco, Queluzito e São Brás do Suaçuí; para compreender o papel de cada município numa escala regional e investigar como ocorrem as

interações sócio-espaciais<sup>1</sup> entre os municípios do Arranjo. Classifica-se Conselheiro Lafaiete como uma cidade média e Congonhas, Jeceaba, Ouro Branco, Queluzito e São Brás do Suaçuí como cidades pequenas, ainda que em diferentes escalas. É possível observar na Figura 1 a localização desses municípios dentro do Arranjo.

Figura 1 – Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais



Fonte: Victor Rosado (2021).

Diversas variáveis são consideradas para caracterização das cidades médias. As cidades médias apresentam particularidades, visto que o conceito não se vincula apenas à classificação por porte demográfico (CORRÊA, 2007). Sua especificidade está ligada a um conjunto de características relacionadas ao tamanho da sua população, às funções urbanas exercidas e à organização do seu espaço intraurbano, fazendo com que esses aspectos, juntos, evidenciem “a unidade da cidade como ponto funcional de uma dada rede urbana e como

<sup>1</sup> Souza (2015) aborda a grafia de socioespacial ou sócio-espacial. Conceitualmente, segundo o autor, a ortografia de termos técnicos deve obedecer a questões de conteúdo, ou seja, o uso do hífen pode modificar a ideia que se pretende transmitir. Sendo, “sócio-espacial”, com hífen, em referência às relações sociais e ao espaço, considerando a individualidade dos vocábulos, compreendendo a dinâmica da produção espacial, seus agentes e interações. No caso de “socioespacial”, sem hífen, não se entende essa individualidade das palavras, portanto o social apenas qualifica o espacial.

organização, em outra escala, do espaço interno” (CORRÊA, 2007, p. 25). Logo, as funções intermediárias desempenhadas pelas cidades e a posição geográfica são tão importantes quanto a demografia para caracterização das cidades médias (AMORIM FILHO, 2007).

Sposito (2009) ressalta que as cidades médias comandam uma região e a polarizam. Essas cidades, em função do tipo de atividades que possuem e das lideranças que representam, são capazes de se desenvolver e exercer um papel político, econômico e social de crescimento para toda uma região.

As cidades médias desempenham papéis de intermediação entre as pequenas e as grandes cidades, na esfera de uma mesma rede urbana. Dessa rede de conexões de uma rede urbana, os nós são aglomerados populacionais com características específicas e é por meio da crescente rede de comunicações a eles vinculadas, que se atrelou a produção ao consumo, e diversas regiões puderam ser articuladas, integrando os espaços regionais com as pequenas e médias cidades (SPOSITO, 2001).

Contudo, ao se tratar de uma rede urbana e de um arranjo populacional, é necessário compreender também o papel das cidades pequenas nesse contexto. Assim como as cidades médias, não há um conceito definido do que são as cidades pequenas e de qual a sua representatividade na rede urbana.

Observam-se algumas variáveis para classificar as cidades pequenas. Corrêa (2011), classifica as cidades pequenas sem abordar questões relativas à organização do espaço intraurbano ou aos modos de vida, mas as analisa sob um âmbito da rede de cidades. De acordo com o autor, a cidade pequena é um habitat concentrado que pode tanto anteceder o povoamento da hinterlândia quanto verificar-se posteriormente; não há um limite rígido entre o rural e o urbano; é um núcleo dotado da função de sede municipal, em que se encontra mais fortemente a presença da função político-administrativa; pode ser melhor definida pelo seu grau de centralidade do que pelo seu porte demográfico, por ter um papel de centro local para a população que vive dispersa do território municipal, dedicando-se principalmente às atividades agrárias; entre outros (CORRÊA, 2011).

Wanderley (2004) também aborda que uma cidade pequena pode ter diversas classificações, mas que se deve considerar, principalmente, o exercício das funções propriamente urbanas atribuído a toda aglomeração, qualquer que seja o seu tamanho; ao lento e frágil processo de urbanização, assim como serem precários os recursos disponíveis; a

presença do mundo rural; o modo de vida dominante e a dinâmica da sociabilidade local (WANDERLEY, 2004).

Com as cidades pequenas e médias brevemente retratadas, e com o intuito de assimilar “as particularidades e singularidades da tendência geral de redefinição dos papéis das cidades médias brasileiras, a partir de uma nova divisão territorial do trabalho” (SPOSITO et al, 2007, p.59), Conselheiro Lafaiete<sup>2</sup> é denominada como cidade média. Essa caracterização acontece por meio de algumas particularidades presentes no município, como as atividades econômicas predominantes, seu papel influenciador na sua microrregião, pelos aumentos significativos da população nas últimas décadas superior às cidades de seu entorno e, por fim, pela atuação dos agentes responsáveis pela produção do espaço.

Conselheiro Lafaiete consolidou-se nos anos 1980 como polo voltado à prestação de serviços, em apoio à mineração e à indústria (SOUZA, 2010). Associados a essas atividades foram instalados, progressivamente, estabelecimentos comerciais e outros ligados à educação.

Com a consolidação desse polo, os principais municípios da região – Conselheiro Lafaiete, Ouro Branco e Congonhas – começaram a integrar suas funções, sendo Congonhas um polo minerário, com a presença marcante da CSN; Ouro Branco um polo industrial, com a forte presença da Gerdau; e Conselheiro Lafaiete um polo comercial e de serviços (SOUZA, 2010). Já São Brás do Suaçuí e Queluzito têm a agrícola e agropastoril como suas principais atividades econômicas.

Com a instalação de uma grande indústria de soluções tubulares em 2011, a Vallourec, Jeceaba também se inseriu no contexto industrial da região, exercendo importante papel no Arranjo Populacional. Isso fez com que os movimentos pendulares já existentes na região se intensificassem.

Com isso, a hipótese da pesquisa se fundamenta em questionamentos iniciais, tais como:

- Quais particularidades tornam o município de Conselheiro Lafaiete uma cidade média?
- Qual o papel de cada um dos municípios do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete, em uma escala microrregional?

---

<sup>2</sup> Conselheiro Lafaiete está localizada a 96km de Belo Horizonte, inserida na Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte e na Microrregião de Conselheiro Lafaiete.

- Quais são os tipos de interações entre os municípios do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete?
- De que forma as inter-relações influenciam na configuração urbana dos municípios do Arranjo?

Com isso, tem-se como premissas que Conselheiro Lafaiete exerce influência aos municípios do seu Arranjo Populacional e que esses municípios estão conectados com maior ou menor intensidade, interagindo entre si de diversas formas.

Desse modo, tem-se como hipótese que os movimentos pendulares e as interações sócio-espaciais<sup>3</sup> que ocorrem no Arranjo refletem-se na extensão e na intensidade do processo de ocupação do território, trazem mudanças no espaço intraurbano e impactam nas questões relacionadas ao uso e ocupação do solo, à moradia, ao transporte e à circulação.

## **1.1 OBJETIVOS**

### **1.1.1 Objetivo geral**

O objetivo geral dessa pesquisa foi analisar como acontecem as relações sócio-espaciais entre os municípios do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete, formado por uma cidade média – Conselheiro Lafaiete e cinco cidades pequenas – Congonhas, Ouro Branco, Jeceaba, Queluzito e São Brás do Suaçuí.

### **1.1.2 Objetivos específicos**

Especificamente, pretende-se:

- Caracterizar os municípios do Arranjo e identificar os seus papéis no contexto da rede urbana microrregional [OE1];
- Analisar a relação da interação entre os municípios do Arranjo com suas configurações espaciais [OE2];
- Analisar a estrutura do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete sob os aspectos sócio-espaciais [OE3];
- Identificar e analisar as semelhanças e particularidades dos municípios do

---

<sup>3</sup> Utilizou-se o termo sócio-espacial com hífen porque, de acordo com Marcelo Lopes de Souza (2007), socioespacial refere-se apenas ao estudo do espaço social enquanto sócio-espacial concerne às relações sociais e ao espaço simultaneamente. A pesquisa sócio-espacial aborda a sociedade, o espaço e as suas relações.

## Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete [OE4].

### 1.2 JUSTIFICATIVA E ORIGINALIDADE

A justificativa para a realização deste trabalho pode ser dividida em dois aspectos. O primeiro baseia-se na relevância científica da pesquisa. As cidades pequenas e médias e sua importância no contexto regional têm se tornado um relevante objeto de estudo para diferentes pesquisadores da atualidade, como Sposito; Endlich; Soares; Corrêa; Whitacker; Melazzo; Miyazaki; Batella etc. Dentre as justificativas para este fato, a que tem contribuído para o aumento do número de pesquisas nessa área é o processo de desconcentração pelo qual o país passou a apresentar desde a década de 1980. Questões estruturais da economia nacional, formas de espacialização dos fluxos sociais e demográficos, bem como as transformações urbanas nas grandes cidades, têm potencializado o interesse de estudo destas categorias de cidade na rede urbana brasileira.

Aliado a isso, observa-se um aumento progressivo das cidades médias, em número, população e/ou importância socioeconômica na rede urbana (CASTELLO BRANCO, 2006), além de exercerem funções administrativas e a oferecer diversos serviços e atividades (SANTORO et al, 2010). Conforme apontou Batella:

Já se enfatizou anteriormente a proposta da ReCiMe<sup>4</sup> de explicitar as especificidades que caracterizam essas cidades, mas a partir desse quadro geral, urge que se avance para uma análise do que é mais particular a cada cidade (BATELLA, 2013, p.22).

No âmbito da relevância social da pesquisa, um estudo aprofundado dos municípios do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete pode subsidiar futuras atividades de planejamento urbano e regional da área analisada e avança no campo do conhecimento dos estudos urbanos, visto que analisa as inter-relações municipais no contexto da rede urbana do Arranjo Populacional.

Esta pesquisa se torna original pelos arranjos populacionais serem uma temática recente e identifica-se uma carência de estudos sobre eles, devido ao pouco tempo que o documento Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil foi publicado pelo IBGE (2016). Além disso, não há nenhum estudo sobre o Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete e as inter-relações entre seus municípios.

---

<sup>4</sup> Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias, que envolve diversas instituições de ensino superior de vários países.

### 1.3 METODOLOGIA

Para que os objetivos sejam alcançados, o trabalho, de caráter descritivo e exploratório, foi dividido em três etapas: embasamento teórico, análise documental e produção cartográfica. Os procedimentos metodológicos utilizados para a efetivação da pesquisa e desenvolvimento das etapas citadas anteriormente são:

- Revisão teórica sobre as temáticas: arranjo populacional, arranjos espaciais, arranjos urbanos intermediários, arranjos urbano-regionais, rede urbana, cidades médias, cidades pequenas, globalização e urbanização, produção do espaço urbano e regional, movimentos pendulares, organização do espaço regional, entre outros. Para isso, foi realizado o estudo da literatura sobre as temáticas citadas anteriormente, presentes em livros, artigos de periódicos científicos, anais de eventos, teses e dissertações;
- Coleta de dados, informações e estudos. Realizou-se análise de dados sóciodemográficos do IBGE sobre os municípios do Arranjo Populacional, a partir das informações dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, para se demonstrar o crescimento populacional desses municípios, assim como o desenvolvimento econômico e humano. Por uma questão de defasagem de dados do IBGE, não foi possível fazer uma comparação com os dados do Censo de 2022. Sabe-se que após o ano de 2010 muitas mudanças ocorreram no cenário brasileiro (como por exemplo a pandemia da COVID-19 e a transição de governo), contudo esse trabalho foi desenvolvido com os dados disponíveis: dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 e alguns dados disponíveis do Censo de 2022. Foram coletados dados e informações sobre os seis municípios do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete. Esses dados estão relacionados a estudos populacionais, dados de trabalho e emprego, índices sociais, movimentos pendulares, ensino superior, saúde, entre outros, obtidos em agências públicas de pesquisa, gestão, produção de estatísticas e planejamento nas esferas municipal, estadual e federal. Além desses, algumas informações foram obtidas em trabalhos científicos realizados por outros pesquisadores, sites de empresas privadas, associações civis, federações, Fundação João Pinheiro etc.;
- Visitas de campo: foram realizadas observações e descrições do espaço urbano dos seis municípios estudados, levantamentos de informações em instituições públicas e privadas, registros fotográficos. Essas visitas de campo ocorreram à fim de coletar

informações sobre o desenvolvimento do tecido urbano desses municípios. Análise comparativa de imagens aéreas do Google Earth em diferentes anos, para análise temporal do desenvolvimento da mancha urbana das cidades;

- Produção de mapas sobre os fenômenos de expansão urbana, de interação e conexão entre os municípios estudados, para se espacializar as dinâmicas sócio-espaciais presentes e a elaboração de um eixo teórico para compreensão do desenvolvimento urbano dos municípios. Esses mapas foram desenvolvidos no *software* Adobe Illustrator e foram utilizados como base para produção cartográfica de mapas cadastrais dos municípios e/ou imagens aéreas do Google Earth.
- Análise dos dados levantados para redação final da tese.

O Quadro 1 traz uma relação sistematizada dos objetivos específicos da pesquisa com as estratégias metodológicas e instrumentos a serem utilizados para alcançá-los, que serão melhor justificados logo abaixo.

Quadro 01 – Síntese dos procedimentos metodológicos

MÉTODO	OBJETIVO	O QUE PESQUISAR?	ONDE PESQUISAR?
Levantamento bibliográfico	OE1. Caracterizar os municípios do Arranjo e identificar os seus papéis no contexto da rede urbana microrregional.	Arranjos urbano-regionais, arranjo populacional, rede urbana, movimentos pendulares, cidades médias, cidades pequenas, produção do espaço urbano e regional, legislação urbanística, organização do espaço regional.	Livros, artigos científicos de periódicos e anais de eventos, teses, dissertações, sites oficiais.
	OE3. Analisar a estrutura do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete sob os aspectos sócio-espaciais.	Planejamento urbano e regional, legislação urbanística, configuração espacial, organização do espaço regional.	Livros, artigos científicos de periódicos e anais de eventos, teses, dissertações, sites oficiais.
Análise documental	OE1. Caracterizar os municípios do Arranjo e identificar os seus papéis no contexto da rede urbana microrregional.	Dados sobre a configuração espacial dos municípios do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete, população, funções exercidas e sobre o papel dos serviços ofertados.	Agências públicas de pesquisa, gestão, produção de estatísticas e planejamento nas esferas municipal, estadual e federal; visitas em campo; trabalhos científicos.
	OE2. Analisar a relação da interação entre os municípios do Arranjo com suas configurações espaciais.	Dados sobre os municípios, análise da legislação urbanística (planos diretores, leis de uso e ocupação do solo), análise comparativa de fotografias antigas e atuais.	Agências públicas de pesquisa, gestão, produção de estatísticas e planejamento nas esferas municipal, estadual e federal; visitas em campo; trabalhos científicos.
	OE4. Identificar e analisar as semelhanças e particularidades dos municípios do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete.	Dados sobre a configuração espacial dos municípios, população, funções exercidas, principais atividades.	Agências públicas de pesquisa, gestão, produção de estatísticas e planejamento nas esferas municipal, estadual e federal; visitas em campo; trabalhos científicos.
Produção cartográfica	OE2. Analisar a relação da interação entre os municípios do Arranjo com suas configurações espaciais	O processo de expansão urbana dos municípios, os fenômenos urbanos presentes.	Legislação urbanística municipal, imagens aéreas e mapas do tecido urbano da área de estudo, visitas em campo, agências públicas de pesquisa e estatística.
	OE3. Analisar a estrutura do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete sob os aspectos sócio-espaciais.	Análise da legislação urbanística, da expansão do tecido urbano de Conselheiro Lafaiete, Ouro Branco, Congonhas, Jeceaba, Queluzito e São Brás do Suaçuí, vetores de crescimento urbano e uso do solo do município.	Legislação urbanística municipal e regional, imagens aéreas e mapas do tecido urbano da área de estudo, visitas em campo, agências públicas de pesquisa e estatística.

Fonte: organizado pela autora (2023).

O levantamento bibliográfico foi desenvolvido a fim de atender os objetivos específicos 1 e 3, para conhecer e identificar os tipos e as configurações da rede urbana brasileira e dos arranjos populacionais, para se compreender o impacto dos movimentos pendulares nas dinâmicas sócio-espaciais, para analisar o papel da globalização na organização e complexidade do território brasileiro, e para se entender os conceitos de cidades médias e cidades pequenas. Neste item, foram apresentados conceitos de arranjo populacional, rede urbana, movimentos pendulares, globalização, urbanização, cidades médias e cidades pequenas.

O objeto de pesquisa Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete foi caracterizado e os municípios pertencentes foram investigados a partir da análise de sua inserção urbana e interação regional. A estratégia metodológica de pesquisa utilizada foi o Estudo de Caso, selecionado como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são dissociáveis (YIN, 2001).

Segundo Yin (2001), o estudo de caso beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas, para conduzir a coleta e a análise de dados. Sendo assim os casos serão caracterizados com base na teoria que vai sustentar a análise. Dessa forma, para identificar os papéis dos municípios do Arranjo no contexto da rede urbana microrregional, buscou-se com o alcance do OE1 conhecer a formação dos territórios em estudo, por meio de documentos oficiais, do levantamento da legislação urbana e das produções científicas sobre os municípios, de dados econômicos e sócio geográficos por meio de pesquisa nos sites do IBGE (Regic, Arranjos Populacionais, Divisão urbano-regional), Sebrae e Fundação João Pinheiro.

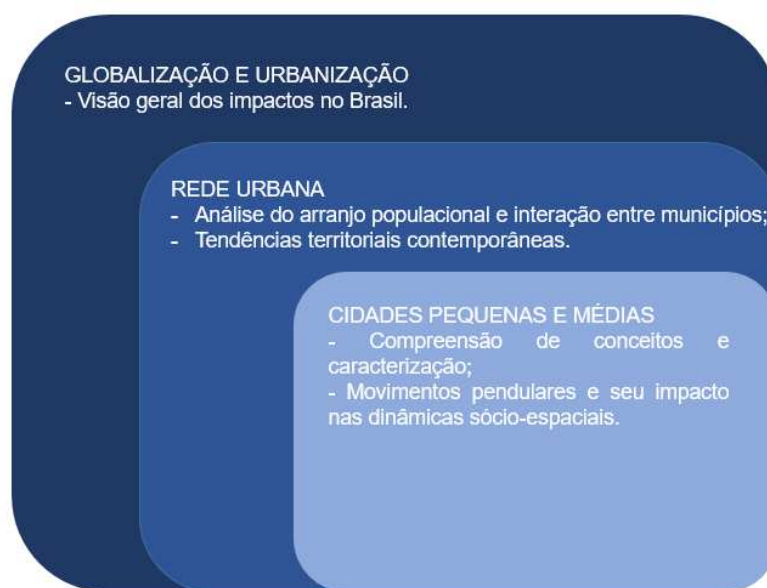
Além de utilizar fontes secundárias representadas pelo levantamento da produção de artigos científicos, trabalhos publicados em anais de eventos, dissertações e teses sobre a temática estudada, foram utilizadas fontes primárias como documentos oficiais do IBGE.

A análise documental se deu para atender aos objetivos específicos 1, 2 e 4. Essa análise auxiliou na compreensão de dados sobre a configuração espacial dos municípios do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete, população, funções exercidas e sobre o papel dos serviços ofertados.

A produção cartográfica foi desenvolvida para atender os objetivos específicos 2 e 3, para que se pudesse espacializar os fenômenos urbanos decorrentes da interação entre os seis municípios do Arranjo, e compreender e analisar como estes influenciam na dinâmica urbana e ocupação territorial.

Para desenvolvimento da metodologia, foram utilizadas três escalas de análise, como demonstrado no diagrama a seguir.

Figura 2 - Diagrama representativo das escalas de análise da pesquisa



Fonte: elaborado pela autora (2022).

Esta pesquisa tem o propósito de contribuir com os estudos relacionados aos arranjos populacionais, com foco nas interações entre cidades médias e cidades pequenas. Observa-se que há uma carência de informações sobre esta temática, mesmo diante do processo de desconcentração que o país vem passando desde a década de 1980 e do estado de Minas Gerais apresentar 23 arranjos populacionais.

Esta tese foi organizada em 05 capítulos. Esta introdução é o primeiro capítulo. O segundo capítulo apresenta o referencial teórico, que aborda as temáticas da urbanização, globalização, dos arranjos populacionais, das redes urbanas, hierarquização, centralidade, mobilidade e movimentos pendulares. O terceiro capítulo expõe a metodologia de classificação dos Arranjos Populacionais pelo IBGE e apresenta uma caracterização dos seis municípios pertencentes ao Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete. O quarto capítulo identifica como acontecem as inter-relações entre os municípios do Arranjo e como

determinados fenômenos urbanos, como a industrialização e os movimentos pendulares, influenciam ou alteram as dinâmicas urbanas regionais. Por fim, apresentam-se as considerações finais do trabalho.

## **2. A DINÂMICA URBANA E REGIONAL**

Ao analisar as atuais dinâmicas urbanas e regionais e para compreender o contexto do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete estudado neste trabalho, é essencial entender os fenômenos populacionais e situá-los em um contexto mais amplo que abarca transformações sociais, econômicas e políticas. Dentro dessas transformações, as alterações espaciais desempenham um papel crucial e devem ser consideradas nas discussões sobre as mudanças demográficas, as quais, por sua vez, refletem fatores históricos e evoluções ao longo do tempo. Uma compreensão do processo de modificação da rede urbana brasileira e a relação do espaço e da estrutura urbana, juntamente com os aspectos ligados à urbanização e industrialização, é essencial para uma melhor compreensão dos determinantes dos padrões de deslocamento pendular.

Desse modo, nesse capítulo serão estudadas as temáticas da urbanização e da globalização, as redes urbanas, hierarquização e centralização, assim como os processos de mobilidade urbana e movimentos pendulares.

### **2.1. Urbanização e globalização**

O espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há um espaço mundial. Quem se globaliza mesmo são as pessoas (Milton Santos, 1993).

Apesar deste item se tratar do processo de urbanização brasileira a partir do século XX, é preciso deixar exposto que a urbanização no Brasil, desde a colônia e no século XIX, avançou de forma mais rápida do que entendemos. Esse é um processo que não se deflagrou somente a partir da industrialização intensificada na primeira metade do século XX. A industrialização redefiniu o espaço urbano no país, porque esse se tornou sede do capital comercial, em que o aparelho produtivo é a indústria. Contudo, o Brasil também apresentou uma formação urbana dentro das condições da economia agroexportadora (OLIVEIRA, 1982).

A urbanização é um processo constitutivo e transformador da organização espacial e, num contexto de globalização, comporta fenômenos que dão origem a configurações espaciais distintas. Segundo Di Méo (2008), são fenômenos polimorfos, resultado da combinação complexa da presença de diversos elementos, como a articulação entre empresas - que ampliam e intensificam suas escalas de atuação, a importância do capital financeiro e a existência de complexas redes de comunicações que reduzem as distâncias entre os lugares, e, principalmente, de uma economia "de serviços que comprime, sem suprimir por completo, aquela da produção de bens" (DI MEO, 2008, p. 7).

Moura (2017) adota a compreensão de urbanização como o deslocamento da população das áreas rurais para as áreas urbanas. A autora incorpora este processo à reestruturação das bases econômicas, sociais e políticas do país, além do aumento nos níveis de renda, consumo e produção, a dinâmica do poder e até mesmo a formação da identidade cultural e nacional a partir de uma perspectiva urbana (MOURA, 2017).

Segundo Rodrigues (2007), a urbanização é descrita como um estilo de vida que permeia praticamente toda a sociedade, tornando-se particularmente evidente em áreas densamente povoadas, como aglomerados urbanos, regiões metropolitanas, metrópoles e zonas de conurbação, assim como nos arranjos populacionais, objeto de análise deste estudo. Isso ocorre devido à interconexão das relações econômicas, sociais e financeiras, que transcende os limites municipais, destacando a sua relevância na concentração populacional e na interação entre diferentes localidades.

Vários estudiosos que abordam o fenômeno da urbanização argumentam que a industrialização é um catalisador desse processo (Santos, 2012; Lefebvre, 2016). Santos (2012) e Castells (1983) enfatizam que, no Brasil, a urbanização teve um avanço significativo a partir da década de 1950, ocorrendo em um contexto político e econômico distinto daquele dos países desenvolvidos. Lefebvre (2016) também levanta a questão sobre se a urbanização se tornou mais preponderante do que sua causa original: a industrialização.

No Brasil, desde a década de 1960, o fenômeno da urbanização se intensificou e assumiu, ao longo dos anos, formas cada vez mais complexas. Houve uma concentração do fluxo migratório do campo para as médias e grandes cidades – sobretudo as metrópoles – em busca de emprego e melhor qualidade de vida (SANTORO et al, 2010).

A partir de 1970, o principal responsável pela movimentação da economia brasileira passou a ser o setor industrial, visto que os produtos industrializados ultrapassaram o valor dos produtos primários exportados. Com isso, as cidades passaram a oferecer diversos

serviços e atividades. Devido a esse fenômeno, iniciou-se um processo de expansão urbana. E, ainda que em 1980 tenha renunciado ao processo de industrialização, o Brasil já era um país essencialmente urbano, industrial e de serviços (FAUSTO, 2001).

Em 1980 o Brasil já era um país essencialmente urbano, industrial e de serviços (FAUSTO, 2001). A população passou de 51,9 milhões de habitantes em 1950 para cerca de 146,1 milhões em 1990. Foi um aumento de quase duas vezes no período de 40 anos (SANTOS, 1993).

Com isso, houve diversas mudanças nos modos de produção da cidade e da rede urbana, que se estenderam por todo o território brasileiro. Por meio de redes urbanas e da crescente rede de comunicações a elas vinculadas, atrelou-se a produção ao consumo, e diversas regiões puderam ser articuladas, integrando os espaços regionais com as pequenas e médias cidades. Nesse contexto, Sposito e Whitacker (2006) destacam que os papéis urbanos aumentaram significativamente e as cidades passaram a ser, também, espaço de produção, no sentido literal do termo.

A partir da década de 1990, com aumento do setor da agroindústria, dos empreendimentos voltados à exploração de recursos naturais, da agricultura irrigada, da aceleração da urbanização, entre outros, reforçou-se a estagnação do crescimento metropolitano e a intensificação da fragmentação da estrutura produtiva brasileira (CASTRIOTA, 2003). Isto posto, acentuaram-se as diferenças na configuração espacial brasileira e do processo de desenvolvimento dos diversos sistemas que compõem a rede urbana. Identificaram-se as redes de cidades com alto adensamento populacional (metrópoles e cidades grandes), assim como aquelas em processo de consolidação (cidades médias), com fluxos majoritariamente orientados para as metrópoles regionais, que comandam o espaço urbano (SANTOS, 1993).

Sposito (2010) assinala que foi na segunda metade do século XX e, especialmente, em suas últimas décadas, que se intensificaram as relações econômicas em escalas mais abrangentes, redefinindo a divisão internacional do trabalho e gerando um processo claro de mundialização da economia. Deste modo, nota-se que as transformações geradas pelo capitalismo, as mudanças dos fluxos demográficos, as demandas por novos espaços de produção e consumo, entre outros fatores, consumaram a transformação da rede urbana brasileira e, conseqüentemente, o espaço urbano das cidades (SPOSITO; WHITACKER; 2006).

Com a globalização e a reestruturação produtiva, a organização sócio-espacial passou por reorganizações para atender às demandas do capitalismo, como expansão das possibilidades de lucratividade, manutenção do controle social e da força de trabalho e estímulo à produção e consumo, dentro da nova ordem econômica. Este cenário engloba todas as escalas espaciais, ou seja, do global ao local (SOJA, 1993).

Essas transformações não só aprofundam questões conhecidas, relacionadas à problemática ambiental, à produção industrial e à urbanização, como reestruturam o território, a partir das relações de interdependência com o processo de globalização, que cada vez mais opera no sentido de conectar e fragmentar o território. Por isso torna-se tão importante falar sobre globalização e seus impactos no espaço urbano.

É importante ressaltar que a globalização e a urbanização têm suas origens ligadas aos avanços tecnológicos e ao processo de modernização produtiva e social. A partir do aumento do uso da tecnologia no campo houve também uma intensificação do fluxo migratório do campo para a cidade. Esse desenvolvimento tecnológico provocou uma maior integração do sistema mundo (LEITE, 2005).

A intensificação do processo de organização do espaço urbano também foi marcado pelo desenvolvimento da produção capitalista. De acordo com Castells (1983), esse processo está pautado por dois fatores fundamentais: o primeiro é a diminuição das estruturas sociais agrárias e a emigração da população para centros urbanos já existentes, abastecendo a força de trabalho primordial à industrialização; o segundo é o acúmulo de mão-de-obra, criação de um mercado e o estabelecimento de um meio industrial. Dessa forma, as cidades atraem a indústria devido a mão-de-obra e ao mercado disponíveis e, no que lhe concerne, a indústria desenvolve novas oportunidades de empregos e serviços. Contudo, nota-se um processo contrário que também é importante: onde há, principalmente, matérias primas e meios de transporte, a indústria ocupa e ocasiona urbanização (CASTELLS, 1983).

Firkowski e Moura (2014) destacam que a industrialização no Brasil após o ano de 1930 resultou em um processo de metropolização, que se assemelha, em menor escala, aos arranjos populacionais – e que serão tratados futuramente neste trabalho, caracterizada por uma concentração de terras agrícolas, mobilidade entre o campo e a cidade e a formação de um grande contingente de mão de obra disponível nas áreas urbanas. Adicionalmente, a urbanização é reconhecida como o principal meio de comercialização da força de trabalho. No final do século XX, a organização socioespacial das regiões metropolitanas e dos arranjos populacionais expande-se sob a influência das grandes corporações, acompanhada

por uma descentralização da indústria e certa reestruturação produtiva, provocando mudanças no processo de urbanização.

Lefebvre (1993) afirma que o processo de industrialização impulsionou diversas transformações na sociedade, apesar das cidades preexistirem a ela. Considerar o espaço urbano enquanto estrutura social demanda analisar sua formação pelos elementos do sistema econômico, político e ideológico, assim como pelas combinações e práticas sociais que derivam dele (CASTELLS, 1983). Devido a essas transformações causadas pelo processo industrial, observa-se que a partir do século XXI as cidades passaram a demonstrar, cada vez mais, a reprodução desigual e combinada do sistema capitalista, expressa por meio de condições precárias de infraestrutura, de moradia, de desemprego, de segurança urbana e de especulação imobiliária. Assim como essas condições, as cidades são um reflexo do processo de urbanização, que se manifesta na divisão territorial do trabalho entre o campo e a cidade.

É na cidade capitalista que ocorrem diversos processos sociais, em que a acumulação de capital e a reprodução social possuem importância básica. Estes processos apresentam uma distribuição espacial que constitui a organização espacial urbana, em que geram funções e formas espaciais, criam atividades e suas materializações (CORRÊA, 2001). De acordo com Sposito (2004), o conceito de cidade se estrutura em torno das articulações entre a escala interurbana e a escala intraurbana e Corrêa (2011) afirma, ainda, que as ações que acontecem em uma escala afetam a outra. Essas articulações se intensificaram ainda mais com o processo de globalização.

A globalização está associada à difusão de novas tecnologias na área de comunicação, como satélites artificiais, redes de fibra ótica que interligam pessoas por meio de computadores, entre outras, que permitiram acelerar a circulação de informações e de fluxos financeiros. Sposito (2010) afirma que a globalização possibilitou que as relações econômicas se intensificassem, especialmente nas décadas de 1980 e 1990, redefinindo a divisão internacional do trabalho e gerando um processo claro de mundialização da economia. Com isso, as relações das redes urbanas foram redefinidas através da ampliação das possibilidades de articulação entre cidades de diferentes portes, pertencentes a redes urbanas consolidadas e em contextos históricos diferentes (SPOSITO, 2001).

Segundo Carlos,

as comunicações diminuem as distâncias tornando o fluxo de informações contínuo e ininterrupto: com isso, cada vez mais o local se constitui na sua relação com o mundial. Nesse novo

contexto, o lugar se redefine pelo estabelecimento e/ou aprofundamento de suas relações numa rede de lugares (CARLOS, 1996, p.28).

Não há um consenso a respeito do conceito de globalização. Como dito anteriormente, foi inicialmente associada aos movimentos financeiros internacionais e ao avanço tecnológico, que permitiram maior rapidez nos fluxos tanto de ideias e capitais quanto de pessoas, mas a globalização também foi definida como um sistema cultural que homogeneiza. Dessa forma, considerando-se tantas as divergências teóricas no conceito da globalização, há um ponto que deve ser ressaltado nesse estudo: o entendimento da globalização como a atual fase de expansão capitalista (LEITE, 2005).

Leite (2005) afirma que a globalização é um mecanismo de dominação, pois nem todos têm condições de tirar proveito de uma integração e há, conseqüentemente, uma subordinação, global e local. O autor afirma que os países centrais se utilizam da globalização para aumentar sua área de influência, tornando maior e mais submisso aos seus interesses um ilimitado mercado consumidor. Para Leite (2005), essa subordinação é fruto dos avanços tecnológicos que na maioria das vezes encaramos como evolução.

Para Santos (1994), o espaço geográfico é uma funcionalização da globalização. Ele vai ser produzido de acordo com as demandas de quem o idealiza, para permitir fluir suas necessidades. O espaço geográfico viabiliza a globalização, visto que permite a instalação de qualquer instrumento técnico produtivo em qualquer parte do mundo e sua comunicação em tempo real (SANTOS, 1994).

Soja (1993) aponta que as mudanças no padrão produtivo mantiveram as desigualdades geográficas e a manutenção de altas taxas de lucros por parte das transnacionais, como vem ocorrendo desde o segundo pós-guerra. Para Soja, isso reafirma a geografia por meio da emergência da espacialidade, da regionalização e do regionalismo, levando o capital a rever suas estratégias espaciais e locais, que podem ser facilmente apreendidas.

Corrêa (2005) afirma que a globalização, que se apresenta de diferentes formas e por meio de diversos agentes sociais, concretizou-se no Brasil, ainda que desigualmente no tempo e no espaço, por meio de:

- (a) industrialização que gerou, a partir da segunda metade da década de 50, uma crescente produção de bens de produção, de consumo durável e consumo não durável;

(b) urbanização, tanto em termos quantitativos como qualitativos, isto é, o aumento da população urbana e a crescente adoção de um comportamento urbano, inclusive novos padrões de consumo;

(c) uma maior estratificação social, que entre outros aspectos, incidiria sobre uma maior complexidade na esfera do consumo;

(d) uma melhoria geral e progressiva na circulação de mercadorias, pessoas e informações, envolvendo o reaparelhamento de alguns portos, a integração rodoviária do país e a criação de uma moderna e eficiente rede de telecomunicações;

(e) industrialização do campo, implicando a reestruturação fundiária nas relações de produção, nos sistemas agrícolas, em novos cultivos, dos quais o da soja é exemplar, no habitat rural, na paisagem agrária, agora desprovida de homens, em breve na criação de Complexos Agroindustriais;

(f) incorporação de novas áreas e refuncionalização de outras, como são exemplos a Amazônia, a partir dos anos 70, efetivamente subordinada à economia global (...);

(g) mudanças na organização empresarial, com a constituição e/ou entrada de grandes corporações multifacetadas e multilocalizadas, estruturadas em rede, envolvendo não somente o setor industrial, mas também as atividades bancárias, o comércio varejista e diversos outros serviços (...)  
(CORRÊA, 2005, p.47).

Observa-se que essas concretizações do processo de globalização tendem a ocorrer de forma integrada, estabelecendo um conjunto de impactos em relação aos quais o peso de cada uma é variável. Por outro lado, os impactos ainda não se esgotaram, estando em pleno curso. Entre os impactos oriundos da globalização sobre o urbano serão consideradas, de um lado, a criação de novos centros e, de outro, as alterações funcionais ou refuncionalização dos pequenos centros preexistentes.

O que se pode perceber é que a globalização causa determinado impacto sobre as esferas econômica, social, política e cultural, mas também, e simultaneamente, sobre a organização espacial que tanto reflete quanto condiciona aquelas esferas. Em outras palavras, a globalização causa impacto, ainda que desigualmente, sobre as formas, funções e agentes sociais, alterando-os em maior ou menor grau e, no limite, substituindo-os totalmente. Trata-se de uma reestruturação espacial que se manifesta, no plano mais geral, na recriação das diferenças entre regiões e centros urbanos, assim como nas articulações entre ambos e entre os centros (CORREA, 2005).

Os investimentos, pensados e programados segundo uma perspectiva global, criaram e reestruturaram inúmeras e complexas redes geográficas das quais a rede urbana é a expressão mais contundente. Trata-se, em toda parte, de uma rede urbana que sofreu o impacto da globalização, na qual cada centro, por menor que seja, participa, ainda que não exclusivamente, de um ou mais circuitos espaciais de produção, produzindo, distribuindo ou apenas consumindo bens, serviços e informações que, crescentemente, circulam por intermédio da efetiva ação de corporações globais (CORREA, 2005).

A rede urbana é afetada pela globalização tanto por intermédio de criações urbanas recentes, em relação às quais o Brasil constitui-se em excelente laboratório para estudos, como da refuncionalização dos centros preexistentes, imposta ou induzida pelas corporações globais (CORREA, 2005).

As dinâmicas engendradas pelo processo que vem sendo denominado de globalização alteram este quadro de redes hierárquicas, estabelecendo novos contextos espaciais, nos quais os fluxos que articulam, entre si, cidades de uma rede urbana não são apenas hierárquicos. Hall (2000), ao analisar mudanças no valor do espaço geográfico, com foco na hierarquia urbana, destaca uma série de forças que operam tais mudanças, indicando em primeiro lugar a globalização (SPOSITO, 2010).

Esse conjunto de mudanças, ocorridas no bojo da passagem do sistema fordista para o sistema flexível, redefiniu as relações constitutivas das redes urbanas, por meio da ampliação das possibilidades de estabelecimento de articulações entre cidades, de diferentes portes, pertencentes a redes urbanas que se conformaram em contextos históricos diferentes entre si (SPOSITO, 2010).

Isso significa que relações entre cidades de uma mesma rede urbana, ainda que pequenas, podem se estabelecer com cidades de outras redes urbanas e de outros portes, sem que haja a intermediação daquelas que, segundo a constituição hierárquica anterior, estão em posição superior à das cidades pequenas ou médias (SPOSITO, 2010).

Essa diversificação dos tipos de articulações possíveis entre cidades, no âmbito de uma mesma rede ou de redes urbanas diferentes, pode se dar em função de relações tanto competitivas, tão caras ao novo sistema produtivo, como relações de sinergia que geram complementaridade de ações realizadas em diferentes pontos do mundo (SPOSITO, 2010). Um exemplo existente de articulação entre cidades são os arranjos populacionais, que são uma categoria de rede urbana desenvolvida pelo IBGE no ano de 2016.

Um arranjo populacional é o agrupamento de dois ou mais municípios onde há uma forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais. A definição dos critérios para identificar um arranjo populacional baseia-se na existência de conexões diárias entre grande parte da população desses municípios. Essas interações são influenciadas por diversos fatores, como o crescimento de uma cidade (especialmente nos casos metropolitanos, nos quais a capital tende a atrair residentes da área circundante), a emancipação de um município, processos históricos de desenvolvimento e a localização de indústrias, nas quais uma fábrica em um município pequeno demanda mão de obra dos municípios vizinhos. Portanto, o termo "integração" é considerado o mais apropriado para resumir esses diferentes contextos (IBGE, 2016).

Essa integração gerada a partir dos movimentos demográficos para trabalho e estudo demonstram que há uma certa concentração de população, capital e empresas no município principal de um mesmo arranjo, como é o caso de Conselheiro Lafaiete, município principal do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete. É possível determinar que há uma centralidade presente nesses municípios, assim como integração de funções, uma gama de oferta de comércio, serviços e infraestrutura especializada, que pode ser comum em outros arranjos populacionais.

Sposito (2010) evidencia que as novas formas de circulação surgidas pela globalização e geralmente associadas à comunicação diminuem o peso relativo dos deslocamentos materiais e ampliam a possibilidade de constituição de territórios descontínuos, ainda que grandemente integrados. Esse fato coloca em questão a contiguidade como uma das variáveis, a partir das quais se reconheciam as relações entre cidades médias e pequenas, bem como a região como o espaço de suas articulações principais.

Dessa forma, as cidades pequenas de uma rede urbana, articulam-se com cidades maiores (médias, grandes ou metrópoles) localizadas em outras áreas, reconhecidas ou não como regiões, pertencentes ou não à mesma rede urbana.

Assim, tanto a aproximação entre cidades pequenas ou médias e empresas transnacionais pode alterar a escala das relações que se estabelecem a partir dessas cidades e até elas, como os interesses de consumo impostos por essa economia incidem nessas relações hierárquicas e as alteram. Tais relações eram predominantemente realizadas no âmbito da região, entre as cidades pequenas e médias, colocando em xeque a própria ideia

de um espaço regional. Por outro lado, também se alteram as relações com as cidades maiores. Isso significa que as cidades pequenas ou médias têm se tornado economicamente tributárias de espaços que lhes são distantes e de cidades que não são constitutivas da mesma rede urbana a que pertencem.

Sposito (2010) afirma que analisar as cidades a partir de suas relações regionais sempre teve grande importância para entender as cidades médias e as pequenas. Por isso, será feito um estudo sobre redes urbanas, hierarquização e centralidade, que auxiliará na compreensão das dinâmicas urbanas das cidades pertencentes ao arranjo populacional estudado.

## **2.2. Rede urbana, hierarquização e centralidade**

Antes de trabalhar o conceito de rede urbana, cabe abordar rapidamente o conceito de região. Santos (2006, p.89) destaca que região é “o lócus de determinadas funções da sociedade total em um momento dado” e que cada momento histórico, que foi chamado de “região” se refere a um subespaço do espaço nacional, e aparece como “o melhor lugar para a realização de um certo número de atividades” (SANTOS, 2008, p.90). Para Vasconcelos (2007), o conceito de região depende do contexto histórico no qual o local de estudo está inserido, podendo se adaptar aos cenários.

Segundo Rodrigues (2018, p.15), com o surgimento de uma nova divisão do trabalho, ficou possível a difusão de novas culturas, industrialização, urbanização e outras relações, de forma que isso foi determinante para a alteração dos limites regionais já estabelecidos pelo homem. Com o avanço da globalização, novos arranjos espaciais surgiram. O conceito de região baseado em delimitações a partir de recursos naturais abre espaço para uma compreensão que vai além dos limites antes determinados. Observa-se, então, uma rápida construção e desconstrução de regiões, devido à atual fase capitalista e à mudança nos aspectos econômicos dos locais (RODRIGUES, 2018).

Milton Santos defendeu a fragmentação do espaço em regiões para melhor entendê-lo. Isso é possível de observar em diversas de suas obras. Nesse contexto, o autor considera não somente aspectos físicos, mas inclui aspectos humanos, visto que o ser humano interfere fortemente no espaço. Santos (2006) considerou a importância da análise da região:

[...] em primeiro lugar, o tempo acelerado, acentuando a diferenciação dos eventos, aumentando a diferenciação dos lugares; em segundo lugar, já que o espaço se torna mundial, o ecúmeno se redefine, com a extensão de

todo ele do fenômeno de região. As regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizam. Agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que reconhecamos como um espaço de conveniência mesmo que a chamemos por outro nome (SANTOS, 2006, p. 196).

A partir dessa análise, tem-se o conceito de rede urbana. Uma rede de cidades é um local onde os nós são aglomerados populacionais com características específicas. As cidades estão conectadas a outras cidades de formas diversas e essas conexões dependem de uma variedade de restrições e estímulos.

A rede urbana expressa as características históricas e geográficas de uma região específica, enquanto sua configuração revela o grau de integração dos sistemas produtivo, financeiro e sociocultural. Essa rede influencia a organização territorial ao destacar o papel das cidades como polos organizadores de atividades econômicas e sociais, bem como como locais fundamentais para a tomada de decisões (MOURA, 2017).

Moura (2009) afirma que as redes representam as forças produtivas da economia globalizada e, essencialmente, refletem as dinâmicas da circulação do capital. Sua importância na atualidade é tão significativa que, erroneamente, surgiram afirmações de que o espaço estava perdendo sua relevância diante desse novo universo de conexões em rede. A autora ainda aborda que o espaço se torna um meio fazendo a mediação necessária à reprodução do capital em escala globalizada (MOURA, 2009).

O que se pode notar é que nas últimas décadas o espaço passou por uma modificação e a natureza das relações entre as cidades vem se alterando, enfatizando a importância da conectividade, sem descartar a proximidade e a mobilidade na criação de laços entre os lugares. Brenner (2013, p. 61), ao abordar sobre a cidade contemporânea, demonstra que “aglomerações se formam, expandem-se, contraem-se e se transformam de maneira contínua, porém sempre por intermédio de densas redes de relações com outros lugares, territórios e escalas, incluídos os âmbitos tradicionalmente classificados como alheios à condição urbana”.

Dessas aglomerações e redes de conexão surgem as redes urbanas. E uma rede urbana é composta por um conjunto funcionalmente articulado de centros urbanos e suas hinterlândias, envolvendo uma complexa diferenciação entre cidades e que se torna importante para a compreensão de uma determinada região ou país. Desse modo, a rede

urbana é um espaço hierarquizado por meio da influência econômica, social, política e cultural e cada cidade representa um papel nessa rede, conforme sua concentração demográfica e os serviços em que oferece, relacionados à saúde, educação, comércio, lazer, entre outros.

De acordo com a compreensão dos estudiosos de geografia urbana, a centralidade em áreas urbanas refere-se à posição relativa e à importância de determinados locais dentro de uma cidade ou região urbana. Estes lugares, conhecidos como centros ou núcleos centrais, são caracterizados pela concentração de atividades comerciais, culturais, administrativas e de serviços, além de possuírem acessibilidade e facilidade de deslocamento (Christaller, 1933; Burgess, 1925; Sternberg, 1967; Harvey, 1989).

Nesse mesmo contexto, em 1933, Walter Christaller, renomado geógrafo alemão, publicou sua obra intitulada "Os Lugares Centrais na Alemanha Meridional", um estudo seminal sobre redes urbanas e os chamados "lugares centrais". A teoria dos lugares centrais, elaborada por Christaller, destaca-se por integrar o sistema urbano em sua análise, desenvolvendo um modelo hierárquico que explica a localização de atividades de acordo com as características intrínsecas de cada lugar central, em diferentes níveis hierárquicos (CROCCO et al, 2008).

De acordo com Milton Santos (2012), Christaller sistematiza uma análise de relações entre diferentes aglomerados da rede urbana e mostra as relações de subordinação, resultando em uma noção de hierarquia. O autor ainda considera que essa teoria é uma justificativa teórica para a existência de grandes concentrações e disparidades em suas estruturas.

A principal suposição da Teoria dos Lugares Centrais é que a hierarquia dos lugares se desenvolve por meio de uma rede de interdependência, onde a centralização surge como uma tendência intrínseca. Christaller (1966) destaca que essa hierarquia é determinada pela variedade e escala dos bens e serviços oferecidos. Sua teoria também pode ser entendida como a teoria da localização do comércio e das instituições urbanas.

Christaller estabelece que uma cidade é considerada central quando oferece uma gama de serviços que incluem instituições administrativas, culturais e religiosas de destaque, instalações de saúde e higiene, instituições sociais relevantes, órgãos para coordenação da vida econômica e social, estabelecimentos comerciais e financeiros, instituições profissionais, oportunidades de emprego significativas e infraestrutura de transporte e comunicação. O autor evidencia que certos núcleos urbanos são dotados de funções centrais

e desempenham um papel singular como distribuidores de bens e serviços. Correa (1994) aponta sobre os núcleos urbanos:

Todas são dotadas de funções centrais, isto é, atividades de distribuição de bens e serviços para uma população externa, residente na região complementar (hinterlândia, área de mercado, região de influência), em relação à qual a localidade central tem uma posição central. A centralidade de um núcleo, por outro lado, refere-se ao seu grau de importância a partir de suas funções centrais: maior o número deles, maior a sua região de influência, maior a população externa atendida pela localidade central, e maior a sua centralidade (CORRÊA, 1994, p. 21).

De acordo com Crocco et al. (2008), a teoria do lugar central é comparada a um "modelo tipo shopping". O autor explica que os serviços são influenciados pelo mercado, atendendo tanto aos consumidores quanto aos fornecedores de outras funções e sendo distribuídos a partir de um ponto centralizador, assemelhando-se à imagem de um shopping center com suas diversas vitrines exibindo uma variedade de produtos. Essa orientação mercadológica das funções de oferta revela uma correspondência entre a distribuição espacial da oferta e da demanda, cuja intensidade, segundo Christaller, é determinada pelos custos de transporte e pelas economias de escala.

Segundo Crocco et al. (2008), compreender o modelo de sistema urbano de Christaller requer mais empiria do que análises puramente econômicas. O autor destaca que o modelo se fundamenta em dois pressupostos:

1) a necessidade de que se uma função com uma área de mercado dada for abastecida por um centro particular, este centro também abastecerá todas as funções que tenham áreas de mercado iguais ou menores; 2) e a existência de um fator constante  $k$  de crescimento do tamanho da área de mercado (pressuposto este que pode ser facilmente flexibilizado). Com esses pressupostos Christaller constrói seu sistema de lugares centrais hierárquicos (CROCCO et al, 2008, p. 8).

Assim, Crocco et al. (2008) demonstram que Christaller (1933) observou uma correlação direta entre os núcleos urbanos e sua organização espacial. Conforme Christaller (1933), o desenvolvimento de uma cidade está vinculado à sua especialização em serviços urbanos (CROCCO et al., 2008). A velocidade desse desenvolvimento é determinada pela

demanda por esses serviços na área circundante à cidade. Além disso, as próprias áreas complementares manifestam disparidades entre si, originando diversas hierarquias que resultam numa rede urbana.

De acordo com Corrêa (1994), a rede urbana pode ser classificada como “um conjunto de centros funcionalmente articulados, constituindo-se em um reflexo social, resultado de complexos e mutáveis processos engendrados por diversos agentes sociais” (CORRÊA, 1994, p. 8). O autor afirma que as redes urbanas amplificam os traços sociais e econômicos do território, estando presentes tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento, embora nestes últimos possam apresentar uma complexidade menor.

Para Corrêa (1994), para se existir uma rede urbana é necessário:

Primeiramente haver uma economia de mercado com uma produção que é negociada por outra que não é produzida local ou regionalmente. Esta condição tem como pressuposto um grau mínimo de divisão territorial do trabalho. Em segundo lugar verificar-se a existência de pontos fixos no território onde os negócios acima referidos são realizados, ainda que com certa periodicidade e não de modo contínuo. Tais pontos tendem a concentrar outras atividades vinculadas a esses negócios, inclusive aquelas de controle político-administrativo e ideológico, transformando-se assim em núcleos de povoamento dotados, mas não exclusivamente, de atividades diferentes daquelas da produção agropecuária e do extrativismo vegetal: comércio, serviços e atividades de produção industrial. A terceira condição refere-se ao fato da existência de um mínimo de articulação entre os núcleos anteriormente referidos, articulação que se verifica no âmbito da circulação, etapa necessária para que a produção exportada e importada se realize plenamente, atingindo os mercados consumidores (CORRÊA, 1994, p. 6-7).

De acordo com Sposito (2001), a rede urbana brasileira é considerada recente, visto que foi estruturada somente no século XX. A autora explica que no Brasil, durante o período colonial, a urbanização se desenvolveu sem uma integralização entre os núcleos urbanos, demonstrando que os fluxos entre as aglomerações e suas áreas de comando eram significativos, porém as relações entre elas eram mínimas (SPOSITO, 2001).

Segundo Sposito (2001), a articulação entre os núcleos urbanos existentes se deu somente a partir da década de 1930, em que houve uma expansão dos fluxos internos no território brasileiro, causada pela transição da economia agrário-exportadora para urbano industrial. Corrêa (2001) demonstra que, em 1960, a rede urbana nacional pôde ser definida por três aspectos em especial: a baixa complexidade funcional dos centros urbanos; o baixo

grau de articulação entre os centros, definindo um padrão de articulação marcado vigorosamente por relações regionais e, por fim, o modelo espacial da rede urbana.

A rede urbana brasileira se organizou baseada em hierarquias e se transformou para atender às mudanças ocorridas na economia nacional e nas conexões com a economia internacional, causadas especialmente pela globalização. Dessa forma, Sposito (2010) coloca que a globalização possibilitou que as relações econômicas se intensificassem, especialmente nas décadas de 1980 e 1990, redefinindo a divisão internacional do trabalho e gerando um processo claro de mundialização da economia. Com isso, as relações das redes urbanas foram redefinidas através da ampliação das possibilidades de articulação entre cidades de diferentes portes, pertencentes a redes urbanas consolidadas e em contextos históricos diferentes (SPOSITO, 2001).

Isto posto, observa-se que a rede urbana é resultado da história do desenvolvimento econômico do país, pois é por intermédio dela, tendo-a como base material, que as elites econômicas e políticas fazem a gestão do território (SOUZA, 2003). Para Corrêa, ocorre então uma reestruturação do espaço que pode ser entendida na “recriação das diferenças entre regiões e centros urbanos, assim como nas articulações entre ambos e entre os centros” (CORRÊA, 1994, p. 44).

Para que se tenha conhecimento de uma rede urbana é preciso identificar os diferentes níveis hierárquicos das cidades que a compõe, os eixos viários e os meios de comunicação que possibilitam os fluxos diversos entre elas, assim como quais são esses fluxos, suas direções e intensidades. Estes fluxos são, segundo Ablas (1982), resultantes da interação: homem-homem, sendo esse consumidor ou produtor.

A hierarquia urbana é um modelo estrutural das cidades e determina a estrutura econômica em diversas escalas de organização, o que cria uma rede de ligações e influências entre os centros urbanos do mundo - pequenas, médias e grandes cidades. O conceito de hierarquia constitui uma estrutura vertical de subordinações e poderes. Portanto, uma cidade grande exerce alta influência econômica sobre as médias e pequenas. Já as cidades médias influenciam as pequenas. Essas relações criam uma cadeia que, conseqüentemente, resultam na rede urbana, caracterizada pela oferta de infraestrutura, transportes, comunicação, etc. De acordo com Santos (1959, p. 8):

O problema da rede urbana é paralelo ao da centralidade. Cada aglomeração tem o seu raio de influência, que é um dado instável, em virtude da competição que sofre, necessariamente, de outras unidades do mesmo nível. Mas, acima de cada um desses núcleos, outros se colocam na

hierarquia urbana, presidindo a um espaço maior, que compreende vários núcleos de importância menor. A hierarquia urbana é um resultado, mais ou menos vigoroso, do papel de centro representado pelos diversos núcleos (SANTOS, 1959, p. 8).

Essa noção de hierarquia, mencionada anteriormente, é uma característica importante para conceituar uma rede urbana. Miranda e Gomes Júnior (2017) afirmam que o papel das cidades na rede urbana só é identificado quando podemos detectar uma capacidade de “intermediação” da cidade, sendo a compreensão sobre suas articulações interurbanas fundamental.

Corrêa (2011) aponta três condições mínimas para a existência de uma rede urbana: uma economia de mercado desenvolvida, vários pontos no espaço para realizar as transações econômicas e uma importante diferenciação hierárquica derivada das duas condições anteriores. Segundo esse Corrêa, “deve haver um mínimo de interações entre esses pontos fixos, interações que refletem e ratificam uma diferenciação hierárquica e/ou em termos de especialização produtiva entre eles” (2011, p. 94).

Dessa forma, considera-se que a articulação das cidades na rede urbana é o que lhes permite exercer de forma duradoura uma relação com outras situadas no lugar, na região ou fora dela; o ritmo de crescimento da população das cidades no conjunto do país e nas respectivas regiões importa para determinar a intensificação dos fluxos de pessoas e mercadorias; e os vetores de investimento produtivo e/ou em infraestrutura podem estar relacionados ao aumento da intermediação de bens e serviços que um determinado conjunto de cidades foi ampliando e não apenas uma cidade individualmente (MIRANDA E GOMES JÚNIOR, 2017).

Nesse contexto, para compreender a rede urbana brasileira e a fim de diagnosticar a hierarquia entre os centros assim como sua hinterlândia, o IBGE elaborou alguns estudos sobre essa temática. Em 1972 foi publicada pelo IBGE a Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas, realizada em 1966 e que partia de variáveis de relacionamentos urbanos e localização dos assalariados externos na atividade industrial (IBGE, 2008). Nesse estudo, que foi realizado apenas uma vez, constavam os nomes dos centros com os quais determinado município se relacionava e o tipo de ligação estabelecida – como distribuição e prestação de bens e serviços e/ou fluxos agrícolas. Os centros urbanos eram classificados por níveis hierárquicos e eram determinadas suas áreas de influência.

Outro estudo realizado foi a Região de Influência das Cidades (REGIC), com versões publicadas nos anos de 1972, 1987, 2000, 2008 e 2018. A primeira edição da REGIC,

publicada em 1972, selecionou 1.416 cidades que deveriam dispor de um número mínimo de atividades urbanas que potencialmente as habilitassem a exercer uma centralidade extramunicipal (IBGE, 1987). Desse estudo resultaram cinco níveis hierárquicos de classificação das cidades, de acordo com o agrupamento dessas atividades por nível.

A segunda REGIC foi publicada no ano 2000 e foi baseada em dados de 1993. Nela foram elaboradas matrizes descritivas a partir de 46 funções centrais (bens e serviços), entre elas 14 consideradas de baixa complexidade e frequentes nas cidades de hierarquia mais baixa ou de menor nível de centralidade, 30 funções de fluxo de média e elevada complexidade e definidores de hierarquias mais elevadas que as primeiras. Foram acrescentadas duas funções relativas à busca de serviços de informação.

A REGIC publicada em 2008, baseia-se em dados de 2007. Foram estudados 4.625 de municípios, dos 5.564 existentes no ano estudado. Esse estudo aborda alguns parâmetros de desenvolvimento urbano e regional para a classificação dos centros urbanos. Dentre os principais aspectos considerados pela REGIC, tem-se: gestão do território, atividades de serviços e comércio, atividades financeiras, educação e serviços de saúde. Na classificação, quanto maior o número total de fluxos entre os municípios e maior quantidade dos equipamentos, maior o nível de relacionamento destas cidades, o que pode implicar em uma maior dependência da cidade origem para a cidade destino, resultando na polarização urbana (IBGE, 2008).

Seguindo as categorias adotadas na versão anterior da Regic (REGIC, 2008), as cidades foram classificadas em cinco grandes níveis com subdivisões internas: metrópoles, capitais regionais, centros sub-regionais, centros de zona e centros locais. Conselheiro Lafaiete, a cidade polo do Arranjo Populacional, foi classificada como Centro Sub-regional, apresentando atividades de gestão menos complexas, menor porte populacional e com áreas de influência de menor extensão que as das Capitais Regionais.

A REGIC publicada no ano de 2018 utiliza a mesma metodologia da REGIC de 2008, e “atualiza a rede urbana nacional, indicando quais cidades estão subordinadas a quais, e até onde se estendem suas influências no território” (REGIC, 2018). Essa edição apresenta o deslocamento dos habitantes no território em busca dos centros urbanos ofertantes de bens e serviços, com os dados secundários levantados sobre a hierarquia dos centros e as ligações imateriais entre as cidades.

É interessante observar como a abrangência quantitativa da pesquisa evoluiu no decorrer dos anos. Os dados que compõem a pesquisa avançaram para além dos

questionários. “Informações secundárias e registros administrativos, tanto de órgãos estatais quanto de empresas privadas” (IBGE, 2008, p. 130) foram incorporados junto a estudos enfocando diferentes equipamentos e serviços. Essas variáveis contribuíram para a identificação dos núcleos de gestão do território. A finalização da pesquisa abordou a relação entre as cidades componentes dos diferentes níveis de gestão do território e as respectivas áreas de influência.

Ainda no âmbito dos estudos regionais, o IBGE publicou um estudo sobre as Regiões Geográficas (2017). As Regiões Geográficas estão divididas entre as Intermediárias e as Imediatas. As Regiões Geográficas Intermediárias organizam o território, articulam as Regiões Geográficas Imediatas por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade. Já as Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; prestação de serviços públicos; entre outros (IBGE, 2017).

A unidade urbana de análise e exposição dos resultados da pesquisa da REGIC é um conjunto formado por Municípios e Arranjos Populacionais. Conforme citado anteriormente, de acordo com o IBGE, “um arranjo populacional é o agrupamento de dois ou mais municípios onde há uma forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais” (IBGE, 2016).

A interação entre os municípios pertencentes a um mesmo arranjo populacional se relaciona com o que Milton Santos (2006) aborda sobre hierarquia dos lugares, que vem sendo transformada no período do meio técnico científico informacional, faz com que a antiga hierarquia dos lugares seja reconfigurada e as redes – que ligam os lugares, tanto físico quanto imaterialmente – se tornem globais. Santos (2006) também demonstra que cada lugar apresenta uma função e desempenha um papel dentro da sua rede, seja ela local ou global.

A partir do estudo de Santos (2006), é possível observar que alguns arranjos populacionais também podem ser encarados como arranjos produtivos, como uma região especializada que cumpre uma função na divisão territorial do trabalho. A região em si cumpre uma função no todo, e dentro de si, há uma nova divisão do trabalho para

desempenhar a função do trabalho desempenhada. Santos (2006) afirma que a divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e, segundo a sua distribuição espacial, redefine a capacidade de agir das pessoas, firmas e instituições.

Com a mudança do cenário econômico e territorial das grandes metrópoles e das cidades médias, a rede urbana brasileira se modificou, trazendo à tona a importância da análise não só dos arranjos populacionais, como também dos arranjos urbano-regionais – discutidos por Moura (2009) – e dos arranjos intermediários – discutidos por Miranda e Gomes Júnior (2017). Destaca-se que mesmo antes dessa distribuição da população em outros grandes núcleos, Milton Santos (2009) já havia identificado esse processo como desmetropolização.

Rosa Moura (2009) defende em sua tese que concentração, conhecimento, mobilidade, conectividade e proximidade são importantes componentes na configuração dos arranjos urbano-regionais e determinantes de sua posição de impulsionador na inserção do Estado/região na divisão social do trabalho. Contudo, seus efeitos beneficiam apenas os municípios que já apresentam um mínimo de condições técnicas, científicas, institucionais e culturais capazes de colaborar para a reprodução e acumulação do capital, condicionando os demais à margem do processo.

Para analisar historicamente a atuação dos municípios integrantes de um arranjo urbano-regional, em seus mais diversos graus de integração à dinâmica principal, Moura (2009) utiliza como referência indicadores dos movimentos da população e da economia, dotação e qualificação funcional dos centros, presença de infraestrutura e de ativos institucionais. A natureza dos elementos dados, a função que desempenham e a intensidade das relações que estabelecem configuram e qualificam arranjos distintos (MOURA, 2009).

O conceito de arranjos urbanos intermediários, trazido por Miranda e Gomes Júnior (2017), analisa um conjunto de cidades, denominadas como intermediárias<sup>5</sup>, em que a intensidade da urbanização, que é quando a velocidade do crescimento da população urbana de uma cidade é maior que a de crescimento de sua população total, passa a ser notada nas áreas não metropolitanas de determinadas regiões brasileiras. Os autores afirmam ser importante analisar essa categoria de arranjo, visto que, como decorrência do processo denominado por Santos (2009) de desmetropolização, o crescimento do número de cidades

---

<sup>5</sup> Miranda e Gomes Júnior (2017) conceituam as cidades como intermediárias aquelas que crescem fora das áreas metropolitanas de urbanização mais concentrada e as que criam maiores vínculos com outras cidades em áreas de urbanização mais dispersa, formando elos dentro e fora da região.

com população entre 100 e 500 mil habitantes demonstra uma mudança nas hierarquias urbanas.

Desse modo, torna-se necessário compreender essa categoria de arranjo para analisar a emergência de comandos intermediários nas hierarquias urbano-regionais das áreas não metropolitanas do Brasil. Miranda e Gomes Júnior (2017) argumentam que essa importância se dá porque as cidades que compõem esses novos arranjos urbanos adquirem maior ou menor centralidade (posição, tamanho, função, forma e estrutura) devido aos impactos dos investimentos em infraestrutura de transportes e do crescimento do setor de serviços em função das atividades de agroexportação.

Miranda e Gomes Júnior (2017) apresentam que os arranjos urbanos intermediários correspondem a subgrupos ou novos agrupamentos urbanos participam de um contexto espacial em que as cidades estão mais dispersas, principalmente pelo tipo de atividade econômica realizada, como a agroexportação, a mineração e os investimentos em grandes obras de infraestrutura. A base para determinação desses arranjos é a existência de uma grande área para a exploração de determinada economia especializada, o que favorece a dispersão das cidades dos arranjos urbanos pelo território, como também para além das aglomerações concentradas dos arranjos urbano-regionais. Desse modo, são duas funções substanciais que os arranjos urbanos intermediários apresentam: obter capacidade de mediação espacial interurbana, local-regional, para adensar as relações socioeconômicas no território e desenvolver capacidade de interação com cidades distantes, em decorrência dos fluxos extra locais que os empreendimentos instalados geram, nacional e internacionalmente (MIRANDA E GOMES JÚNIOR, 2017).

Nessa análise, os arranjos urbanos intermediários são complementares ou mesmo suplementares no que se refere aos arranjos urbano-regionais. Ainda, são lugares dispersos em que a população, em um primeiro movimento, direciona-se aos arranjos urbano-regionais, em virtude da fixação de uma grande infraestrutura de suporte às atividades econômicas especializadas desenvolvidas no território e, em um segundo movimento, pode regressar para os arranjos intermediários de outros lugares na região, atendendo a outros tipos de estímulos. As cidades com maior capacidade de mediação-interação se localizariam entre o lugar disperso e o concentrado, o que tem a ver com o balanço entre ganhos e perdas de centralidade do arranjo urbano, quando influenciado por certos vetores de mudanças (MIRANDA E GOMES JÚNIOR, 2017).

É importante analisar e compreender as diversas escalas da rede urbana para poder desenvolvê-la. Para Perobelli et al. (1999), o desenvolvimento de uma região está atrelado a três fatores: a alocação de recursos, a política econômica e a estrutura institucional e social na região. Dessa forma, o estado e a região se destacam como atores deste cenário: o estado enquanto definidor de políticas econômicas e a região enquanto negociadora, visando sempre o crescimento (PEROBELLI ET AL., 1999). Além disso, é importante a realização de um diagnóstico para realizar um melhor planejamento.

A consolidação de novas redes urbanas e novos centros intermediários ocasionou uma reconfiguração territorial e desconcentração espacial da economia. Das alterações provocadas por essa reconfiguração observa-se a descentralização dos empregos e o crescimento das cidades pertencentes a uma mesma rede, não somente da cidade polo, que auxiliam na modificação das estruturas urbanas e alteram os padrões e processos de deslocamento, transformando a relação entre o local de trabalho e o de residência, um aspecto fundamental na compreensão da mobilidade urbana (COLLA, 2017).

Endlich (2006) demonstra a necessidade de aperfeiçoar o conceito de “cidade”. Segundo a autora, para serem classificadas como cidades, é necessário apresentar alguns requisitos, ainda que em estágios mínimos. Tais requisitos estariam associados não só a uma aglomeração espacial de pessoas, “mas ao grau de acessibilidade e demanda destas em uma economia de mercado” (Endlich, 2006, p.87).

Ao citar algumas condições para a denotação do termo “cidade”, Endlich (2006) reconhece que a realidade urbana deve ser analisada e deve-se considerar suas contradições, pois o processo de urbanização se materializou de diferentes maneiras e escalas. Para a autora, para referir-se a uma cidade como pequena é preciso estabelecer comparações com outras cidades, além de levar em conta a variabilidade do fenômeno, visto que critérios que classificam uma cidade como pequena em um determinado contexto podem classificá-la como média em outro contexto, que é o caso dos municípios de Congonhas e Ouro Branco, analisados nesse estudo.

Autores como Endlich (2006), Lacerda (2016) e Corrêa (2011) tratam do tema “pequenas cidades”, de forma a buscar um conceito para defini-las e um melhor entendimento sobre suas dinâmicas econômicas, sociais e espaciais. Assim como as cidades médias, este tema exige levar em consideração algumas variáveis, não sendo possível classificar esses locais a partir da análise de um único critério.

O termo “cidade pequena” não se restringe à comunidade acadêmica, sendo utilizado também pelo senso comum e pelo Estado (Sposito; Jurado da Silva, 2013). Isso faz com que se precise recorrer a diferentes pontos de vista, que levam diferentes fatores em consideração.

“Empregada amplamente pela mídia e pelos leigos, a ideia de “cidade pequena” ganha uma conotação muitas vezes vaga e seu sentido geográfico é perdido, distorcido ou mesmo negligenciado. Por isso, em muitos casos, diz-se que tais locais são pacatos e seguros, polos de recepção de idosos e com altíssimo nível de qualidade de vida, sem ao menos se realizar uma investigação acurada para provar ou não tais afirmações” (SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013, p.20).

Sposito e Jurado da Silva (2013) também afirmam que o estudo das cidades pequenas envolve comparação, já que, segundo eles, a cidade pequena não deve ser analisada isoladamente.

“Trata-se de uma construção social e coletiva, além de uma elaboração teórica e prática de membros da comunidade científica, a qual produz reflexões analíticas, algo consensual e/ou reconhecido/negado para a compreensão do urbano e da estruturação da sociedade” (SPOSITO e JURADO DA SILVA, p.17, 2013).

Corrêa (2011) aponta que a pequena cidade é, antes de mais nada, “um núcleo dotado da função de sede municipal”, na qual o padrão dominante está ligado à função político-administrativa. A cidade pequena não abrangeria outras funções básicas à sobrevivência dos seus habitantes, que precisariam recorrer a outros locais para a obtenção de serviços. É essa relação de dependência que Sposito e Jurado da Silva (2013) sugerem existir entre as pequenas cidades e os centros maiores. Para os autores, mesmo estando bem localizadas, as cidades pequenas podem não se desenvolver ao ponto de oferecer tais serviços devido ao seu crescimento diretamente influenciado pelos centros maiores. Assim, as pequenas cidades ficariam constantemente dependentes, ocupando sempre o mesmo lugar inferior na rede urbana. Esse fator é facilmente observado nas cidades de Jeceaba, Queluzito e São Brás do Suaçuí<sup>6</sup>, que apesar de estarem bem localizadas geograficamente, dependem de Conselheiro Lafaiete, Ouro Branco e Congonhas na busca de trabalho, educação, saúde, comércio e serviços.

---

<sup>6</sup> Queluzito e São Brás serão analisadas nos itens a seguir.

Corrêa (2011), classifica as cidades pequenas sem abordar questões relativas à organização do espaço intraurbano ou aos modos de vida, mas as analisa sob um âmbito da rede de cidades. De acordo com o autor, a cidade pequena é um habitat concentrado que pode tanto anteceder o povoamento da hinterlândia quanto verificar-se posteriormente; não há um limite rígido entre o rural e o urbano; é um núcleo dotado da função de sede municipal, em que se encontra mais fortemente a presença da função político-administrativa; pode ser melhor definida pelo seu grau de centralidade do que pelo seu porte demográfico, por ter um papel de centro local para a população que vive dispersa do território municipal, dedicando-se principalmente às atividades agrárias; entre outros (Corrêa, 2011).

Wanderley (2004) também aborda que uma cidade pequena pode ter diversas classificações, mas que se deve considerar, principalmente, o exercício das funções propriamente urbanas atribuído a toda aglomeração, sede municipal, qualquer que seja o seu tamanho; ao lento e frágil processo de urbanização, assim como serem precários os recursos disponíveis; a presença do mundo rural; o modo de vida dominante e a dinâmica da sociabilidade local (Wanderley, 2004). Dessa forma, a autora acredita que é possível realizar uma tipologia das cidades pequenas.

Moreira Júnior (2009) demonstra que as pequenas cidades são dependentes dos centros urbanos de maior porte. Segundo o autor, elas desempenham um papel reduzido na rede urbana e sua relação é maior com o campo. Dado este fato e às dinâmicas que envolvem essas cidades e sua relação com a rede urbana em que estão inseridas, Moreira Júnior (2009) sugeriu que, para estudar as pequenas cidades, é preciso considerar aspectos qualitativos. Como apontaram Sposito e Jurado da Silva, para o entendimento desses locais, é preciso compreender “do sítio e da situação, à análise da rede urbana, ao papel e ao significado do núcleo urbano face às contradições do capitalismo e à divisão territorial do trabalho” (p.40, 2013), que é o que estamos realizando nesse estudo de doutoramento.

Corrêa (2011) também afirma a importância de pensar em aspectos qualitativos, visto que os dados demográficos não são suficientes para classificar uma cidade enquanto pequena, média ou grande. Coutinho (2011) considera os aspectos qualitativos e os quantitativos (número de habitantes) em uma mesma análise, uma vez que as cidades pequenas se caracterizam pelas “dimensões espaciais, o número de habitantes, a pouca diversidade de funções urbanas, a dependência de um centro maior, a temporalidade lenta, a relação com a vida rural e a proximidade entre as pessoas” (Gonçalves apud Coutinho, p.88, 2011). Dessa forma, percebe-se que, quando se estuda um lugar, é necessário realizar uma

ampla caracterização, não descartando nenhum dado a princípio. Estes devem ser analisados e relacionados, possibilitando uma melhor compreensão do todo. Este fato também pode se observar no estudo das cidades médias.

Para se ir além da discussão do conceito de cidade pequena, Santos (1979, p.70) estabeleceu o conceito de “cidade local”, correspondente à dimensão mínima na qual as necessidades inadiáveis da população seriam servidas. Para o autor, cidades que não atingissem uma complexidade mínima seriam “pseudocidades” ou “cidades de subsistência”, - aquelas ligadas, geralmente, a um só tipo de atividade (em geral atividades primárias) - ou aquelas chamadas de cidades-dormitório. Para Bacelar (2012, p.95), as localidades com menos de 10.000 habitantes só seriam consideradas cidades por uma questão de coerência, ligada à Constituição de 1988 e ao pacto federativo por ela proposto.

Souza (2015, p. 201-202) complementa a discussão quando classifica a escala local como “a cidade”. E completa:

“a escala local propriamente dita se refere a recortes espaciais que, em graus variáveis, de acordo com o seu tamanho, expressam a possibilidade de uma vivência pessoal intensa do espaço, para além do nível ‘nano’ – e, adicionalmente, a possibilidade de formação de identidades socioespaciais bastante particulares sobre a base dessa vivência”.

Souza (2015, p.201-202) discorre sobre os centros locais, pautado na questão administrativa. Sobre isso, dentre outras coisas, o autor cita a maior proximidade física entre os cidadãos e a sede do poder estatal, ao mesmo tempo em que tal proximidade pode, algumas vezes, ser “politicamente muito enganosa” e “objeto de manipulação ideológica”.

Apesar das pequenas cidades (e centros locais) serem conhecidas como lugares pacatos e referência de qualidade de vida, o que se percebe na maioria das vezes são cenários de conflitos. A ausência de planejamento urbano é um fator a ser considerado. Aragão e Souza (2017) respaldam essa afirmativa ao relacionar a suscetibilidade a conflitos ao – na maioria das vezes – inexistente planejamento socioambiental, sendo que essas cidades não são dotadas de orientação e preocupação nesse sentido. A esse processo, acrescentam-se as modificações na sua morfologia, sendo que elas recebem “formas, objetos, conteúdos e problemas - violência, drogas, pressão imobiliária - até então exclusivos de núcleos maiores” (Henrique, 2010).

Outros problemas são enfrentados nas pequenas cidades. Segundo Moreira Júnior (2009), nas pequenas cidades é ainda mais acentuada a exclusão de uma parcela da

população. Isso se dá devido ao tamanho territorial dessas cidades, que implica em uma série de processos de ordem econômica, política e social. Assim, Moreira Júnior (2009) nomeia esses locais como “cidades dos excluídos”, ao se referir sobre os habitantes desses locais que pouco podem usufruir de seus direitos básicos. Os procedimentos mais complexos de atendimento à saúde e o transporte coletivo são alguns desses problemas.

Corrêa (2011) cita alguns fatores históricos que influenciaram as dinâmicas das pequenas cidades e as consequências disso em um contexto posterior. Esses fatores dão início ao entendimento de alguns dos conflitos que as pequenas cidades enfrentam. Dentre eles, o autor realça o desenvolvimento da indústria, que demandou novas matérias primas. A cidade passou a atrair a população do campo, levada pela oferta de empregos, oportunidade de conseguir melhor qualidade de vida. Para o autor, a migração rural-urbana é um importante ponto a ser retomado no estudo das pequenas cidades. Isso porque, segundo Corrêa (2011), os impactos foram duplos: ao mesmo tempo em que a comunicação com os grandes centros foi facilitada, esses locais se tornaram mais excluídos, à medida que o novo espaço de fluxos lhe atribuiu uma importância menor.

Outro fator que Corrêa (2011) cita é a reestruturação do comércio atacadista varejista, que foi substituído por modelos diferentes de comercialização da produção agrária, que pode acontecer através das cooperativas e do contato direto entre produtor e empresa industrial. Dessa forma, as pequenas cidades não se beneficiaram com essa transformação, que acabou por tornar filiais de venda ou representantes comerciais menos importantes.

Os fatores citados mostram que as pequenas cidades ficam, em geral, à margem do desenvolvimento, e por vezes podem nem mesmo ser consideradas cidades por alguns estudiosos. Entretanto, no Brasil, formalmente, as pequenas cidades são consideradas localidades urbanas, já que desempenham o papel de sedes dos municípios. Em outros países, para chegar a tal constatação, é realizada uma análise de critérios de população, localização e tamanho (Veiga, 2003, p.23). Considerando o contexto brasileiro, Sposito e Jurado da Silva (2013) adotam a ideia que a pequena cidade é o nível mais básico do urbano e não cumprem papel de destaque nas relações urbanas, mas ainda assim são meios de comunicação com outros centros. Essa reflexão direciona à busca do entendimento sobre o papel que essas cidades desempenham, no limiar entre a sua classificação como urbana ou rural, e de como acontecem as dinâmicas sociais e territoriais nesses lugares.

Torna-se importante definir, ainda que rapidamente, o conceito de cidade média. A definição de cidade média continua sendo tema de debate dentro dos estudos urbanos. É

evidente a falta de consenso no meio acadêmico sobre um conceito que possa ser amplamente aceito por profissionais de diversas áreas, como arquitetos, geógrafos, sociólogos, economistas, demógrafos, entre outros. No Brasil, pesquisadores como Amorim Filho e Serra, Amorim Filho, Sposito, Corrêa, Batella e outros têm se dedicado a investigar cidades médias, buscando analisar e compreender esse fenômeno por meio de pesquisas empíricas e reflexões teórico-metodológicas.

Para estudar e caracterizar as cidades médias, o critério demográfico é frequentemente utilizado como uma primeira abordagem, embora não seja o único aspecto central para sua definição. Nesse sentido, pode servir como um indicador do tamanho do mercado local, da infraestrutura urbana ou da concentração de atividades, levando em conta o período e o contexto estudado (Amorim Filho; Rigotti, 2003). No entanto, é importante notar que esse parâmetro pode levar a uma hierarquização rígida do território, sem considerar as particularidades e os contextos específicos de cada país ou região.

Percebe-se, assim, que uma série de variáveis passou a ser considerada para análise. As cidades médias possuem particularidades que transcendem a simples classificação baseada no tamanho demográfico. Sua especificidade está relacionada a um conjunto de características que englobam não apenas o tamanho da população, mas também as funções urbanas desempenhadas e a organização do espaço intraurbano, evidenciando a cidade como um polo funcional dentro de uma rede urbana e com uma organização espacial em outra escala (Corrêa, 2007). Portanto, as funções intermediárias desempenhadas pelas cidades e sua localização geográfica são igualmente relevantes para a caracterização das cidades médias (Amorim Filho, 2005).

Desde meados do século XIX, as cidades médias definiam suas funções principalmente com base na localização geográfica, além de, em alguns casos, nos papéis político-administrativos que desempenhavam. No entanto, uma característica persistente das cidades médias desde essa época é sua capacidade de exercer influência sobre uma determinada área ou região (Sposito et al, 2007).

As funções desempenhadas pelas cidades médias na rede urbana estão em constante evolução, e Sposito (2007) descreve os processos em andamento que contribuem para essa redefinição. Esses processos incluem a concentração e centralização econômicas, a melhoria dos sistemas de transporte e telecomunicações, as novas formas de organização espacial das atividades econômicas relacionadas ao comércio de bens e serviços, e o consumo de

produtos e serviços especializados ligados à modernização do setor agropecuário (SPOSITO, 2007).

Sposito (2009) destaca que as cidades médias se distinguem das classificadas como de porte médio, principalmente em termos demográficos. Com base nas atividades que abrigam e nas lideranças que representam, essas cidades têm a capacidade de se desenvolver e desempenhar um papel político, econômico e social no crescimento de toda uma área. A autora esclarece que as cidades médias também desempenham um papel de intermediação na rede urbana, posicionando-se entre as cidades pequenas e grandes e, ainda, exercem influência sobre uma região e a polarizam, como é o caso de Conselheiro Lafaiete.

A partir do entendimento das diversas escalas da rede urbana, torna-se oportuno analisar os fenômenos pertencentes a essas novas dinâmicas. Dessa forma, é pertinente definir e compreender os conceitos de mobilidade urbana e movimentos pendulares, fenômenos presentes no Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete.

### **2.3. Mobilidade urbana e os movimentos pendulares**

O surgimento de cidades policêntricas tem transformado a relação entre o local de trabalho e o de residência, um aspecto fundamental na compreensão da mobilidade urbana (COLLA, 2017).

A temática da mobilidade humana prende a atenção dos geógrafos há um certo tempo. Nos estudos da população, a compreensão das causas, da natureza, do ritmo e da intensidade dos deslocamentos pode evidenciar as causas de diversos fenômenos essencialmente geográficos (PERPETUA, 2010). Observa-se que os estudos populacionais realizados no âmbito da Geografia diferenciam-se dos da Demografia, especialmente em razão da orientação de sua perspectiva analítica, que têm como foco a espacialização dos fenômenos (MOURA; CASTELLO BRANCO e FIRKOWSKI, 2005 p. 123).

A mobilidade sempre foi uma característica intrínseca à vida humana, em qualquer período e em todas as sociedades. Por diversos motivos, em todos os modos de produção já vivenciados na história os cidadãos foram obrigados a se deslocar sobre o espaço urbano; contudo, em nenhum deles, a mobilidade assumiu tamanha centralidade e importância como no capitalismo (PERPETUA, 2010).

Não somente as pessoas passaram a se movimentar em ritmo acelerado com a eclosão do sistema do capital, mas tudo – matérias-primas, mercadorias, informações, dinheiro, capitais etc. – o que compõe um processo produtivo em que a circulação representa uma das esferas constitutivas. Este fato se dá pela tendência inerente ao próprio sistema de

especialização e fragmentação da produção e, por consequência, do próprio trabalho, em um processo multifacetado, contínuo e sempre crescente de divisão social, técnica e territorial do trabalho (SMITH, 1988).

Contudo, o período atual demonstra uma forte intensificação dessa mobilidade, fazendo da aceleração vertiginosa da velocidade e do aumento da quantidade dos fluxos – materiais e imateriais – um dos traços mais marcantes do espaço urbano da contemporaneidade. Nesse contexto, a temática da mobilidade ganha notoriedade e passa a ser inequivocamente “um dos fenômenos mais importantes da sociedade contemporânea”, fazendo-se necessárias novas leituras que transcendam a ideia de que é apenas uma medição de fluxos ou dos deslocamentos físicos (MARANDOLA JR., 2008, p. 199).

Esse fenômeno trouxe também uma mudança na configuração espacial das atividades. Essa estrutura está diretamente ligada à distribuição de empregos, um dos principais impulsionadores da migração e mobilidade populacional. No entanto, essa mesma configuração possibilita a separação entre o local de trabalho e o de residência, destacando a relevância da pendularidade como uma opção de deslocamento.

A mobilidade residencial, influenciada principalmente pelas características do mercado imobiliário, desempenha um papel crucial na interligação entre migração e movimentos pendulares, ao promover a separação entre o local de residência e o de trabalho (COLLA, 2017). Schwanen et al. (2004) argumentam que a regulamentação rigorosa dos mercados de habitação e terra pode ter dificultado a co-localização de moradias e empregos no mesmo município ou em proximidade próxima, resultando em desequilíbrios na distribuição de habitação e emprego. Os preços elevados e a escassez de terrenos e habitação nas áreas centrais representam obstáculos para a aquisição de uma residência próxima ao local de trabalho.

Os movimentos pendulares são caracterizados por deslocamentos da população entre municípios que não o de residência, em busca de melhores condições de educação, trabalho e renda. Cintra et al (2012) afirmam que “tais deslocamentos resultam da dissociação entre local de moradia e local de trabalho/estudo, dada a distribuição e hierarquia de funções entre municípios integrantes de uma mesma aglomeração, com concentração de oportunidades, em geral, em municípios (ou conjunto deles) de maior porte”. Dessa forma, observa-se que os movimentos pendulares causam interações complexas entre municípios de um mesmo arranjo populacional – ou de uma rede urbana, em que os deslocamentos acontecem, em sua maior parte, dos municípios de menor para os de maior porte.

Esse tipo de movimento populacional ocorre, comumente, na escala urbana ou regional e tem por contexto temporal o cotidiano dos indivíduos. São deslocamentos comuns em muitos centros urbanos, sobretudo de grande e médio porte, e têm se tornado, atualmente, cada vez mais frequentes (PERPETUA, 2010).

A intensidade do movimento pendular demonstra a extensão do fenômeno urbano no território, estabelecendo uma informação utilizada na delimitação de grandes áreas urbanas, especialmente por institutos de pesquisa estatística. O Bureau do Censo dos Estados Unidos baseia a definição e delimitação de grandes conjuntos metropolitanos em informações sobre movimento pendular por motivo de trabalho (RATCLIFFE, 2001). Atualmente, na França, o INSEE<sup>7</sup> utiliza o dado de deslocamento pendular por motivo de trabalho na identificação de polarização de uma área urbana (JULIEN, 2000). A identificação das aglomerações de Londres, que utilizou o movimento pendular nas décadas de 50/60, foi realizada com base no número de passageiros das linhas férreas, diante do percentual de pessoas de outros condados, que trabalhavam no condado de Londres (SOARES, 1968).

Nos Estados Unidos, a partir da década de 1960, observou-se uma crescente mobilidade da população, tanto em termos de migração quanto de deslocamentos diários. Nesse cenário, os municípios suburbanos viram um aumento de migrantes e um desenvolvimento crescente, enquanto os centros urbanos enfrentaram uma redução constante da população. Apesar desse declínio demográfico, as cidades americanas continuam sendo importantes polos de emprego, atraindo um grande número de trabalhadores pendulares (Shuai, 2012).

Grande parte das teorias de migração prioriza os fatores econômicos como principais influências na decisão de deslocamentos pendulares. Dentro desses fatores, os custos da migração e a distância têm um peso significativo na tomada de decisão. No entanto, muitos padrões migratórios que eram predominantes em períodos anteriores estão sendo redirecionados e modificados pelas novas perspectivas de organização do espaço.

De acordo com Congdon (1983), a migração pode ocorrer tanto por motivos relacionados à habitação quanto por motivos de trabalho, e está correlacionada com as características dos domicílios, como a fase do ciclo de vida, e a disponibilidade de moradias. Além disso, a migração pode ser facilitada pela existência de transporte eficiente para os locais de trabalho em outras áreas dentro da rede urbana.

---

<sup>7</sup> Institut National de la Statistique et des Etudes Economiques.

Na década de 1960 o IBGE criou o Grupo de Áreas Metropolitanas. Seu objetivo era delimitar áreas dessa natureza, definindo-as como

o conjunto de municípios integrados econômica e socialmente a uma metrópole, principalmente por dividirem com ela uma estrutura ocupacional e uma forma de organização do espaço característica e por representarem, no desenvolvimento do processo, a sua área de expansão próxima ou remota (GALVÃO et al., 1969, p. 56).

No processo de delimitação dessas áreas, uma das características mais relevantes consideradas foi a das relações metropolitanas. Ou seja, a integração, representada por inúmeros fluxos - de bens, de comunicações e, principalmente, de pessoas. Uma de suas formas de materialização é o deslocamento diário de população entre o local de residência e o local de trabalho (MOURA; CASTELLO BRANCO e FIRKOWSKI; 2005).

Em busca de suprir as demandas básicas como trabalho, estudo, consumo, etc. muitas pessoas são constantemente obrigadas a atravessar os limites territoriais do município em que residem. Quando isso ocorre diariamente elas estão realizando movimentos pendulares. Os movimentos pendulares fazem parte do fenômeno da mobilidade humana que têm ganhado relevância cada vez maior na contemporaneidade, que se observa há algumas décadas em regiões metropolitanas e mais recentemente naquelas que são polarizadas por cidades médias, como é o caso do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete (PERPETUA, 2010).

Como indicou Aranha (2005, p. 96), este fato se relaciona ao avanço do processo de urbanização no Brasil, sobretudo nas últimas décadas do século passado e início deste século, e ao desenvolvimento e expansão dos meios de transporte, que permitiram maior acessibilidade a áreas urbanas próximas ou contíguas. Além desses aspectos, Moura, Castello Branco e Firkowski (2005, p. 121), revelam que na atualidade se verifica a ocorrência de um aumento significativo das distâncias entre local de origem e de destino desses deslocamentos.

Existem alguns dados que evidenciam a amplitude deste tipo de fenômeno no atual contexto urbano, relacionados à quantidade de pessoas que realizavam atividades básicas em outros municípios que não os que residiam no ano de 2000. De acordo com o censo demográfico do IBGE para o referido ano, 7,4 milhões de brasileiros trabalhavam ou estudavam em municípios diferentes daqueles no qual residiam (ARANHA, 2005, p. 96).

Aos planejadores públicos, a análise dos movimentos pendulares tem se apresentado como importante chave explicativa. Como afirmaram Stamm e Staduto, “a mobilidade populacional dessa natureza apresenta valor estratégico nas transformações socioeconômicas e físicas do território” (2008, p. 131), por diversos motivos, em que cabe destacar a responsabilidade a eles atribuída pela modificação provisória, apresentando um aumento ou diminuição, do volume populacional dos municípios envolvidos (ARANHA, 2005). Além disso, são fortes indicadores de decadência ou de influência econômica e evidenciam relações entre lugares distintos, sendo frequentemente utilizados como parâmetro para a definição das dimensões de regiões funcionais e/ou metropolitanas pelos planejadores urbanos.

Aranha (2005, p. 96) expõe algumas das principais características desses deslocamentos, tais como a grande diversidade dos seus motivos geradores, sejam eles para trabalho, estudos, compras e/ou lazer, e o fato de refletirem, em geral, as desigualdades sócio-espaciais, a medida que indicam, por meio da observação do sentido dos fluxos, as áreas mais e menos dinâmicas e melhor ou pior dotadas de certos equipamentos e serviços.

A migração ou mobilidade emerge como um dos elementos mais cruciais da dinâmica demográfica na configuração urbana atual, especialmente com a significativa redução da fecundidade e mortalidade. Nesse contexto, um dos tipos de mobilidade que mais claramente reflete as transformações urbanas, tanto em termos econômicos quanto sociais, é a pendularidade (COLLA, 2017).

Dentro desse contexto, busca-se compreender como os movimentos pendulares e as novas dinâmicas urbanas influenciam no território dos municípios do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, que serão analisados nos capítulos a seguir.

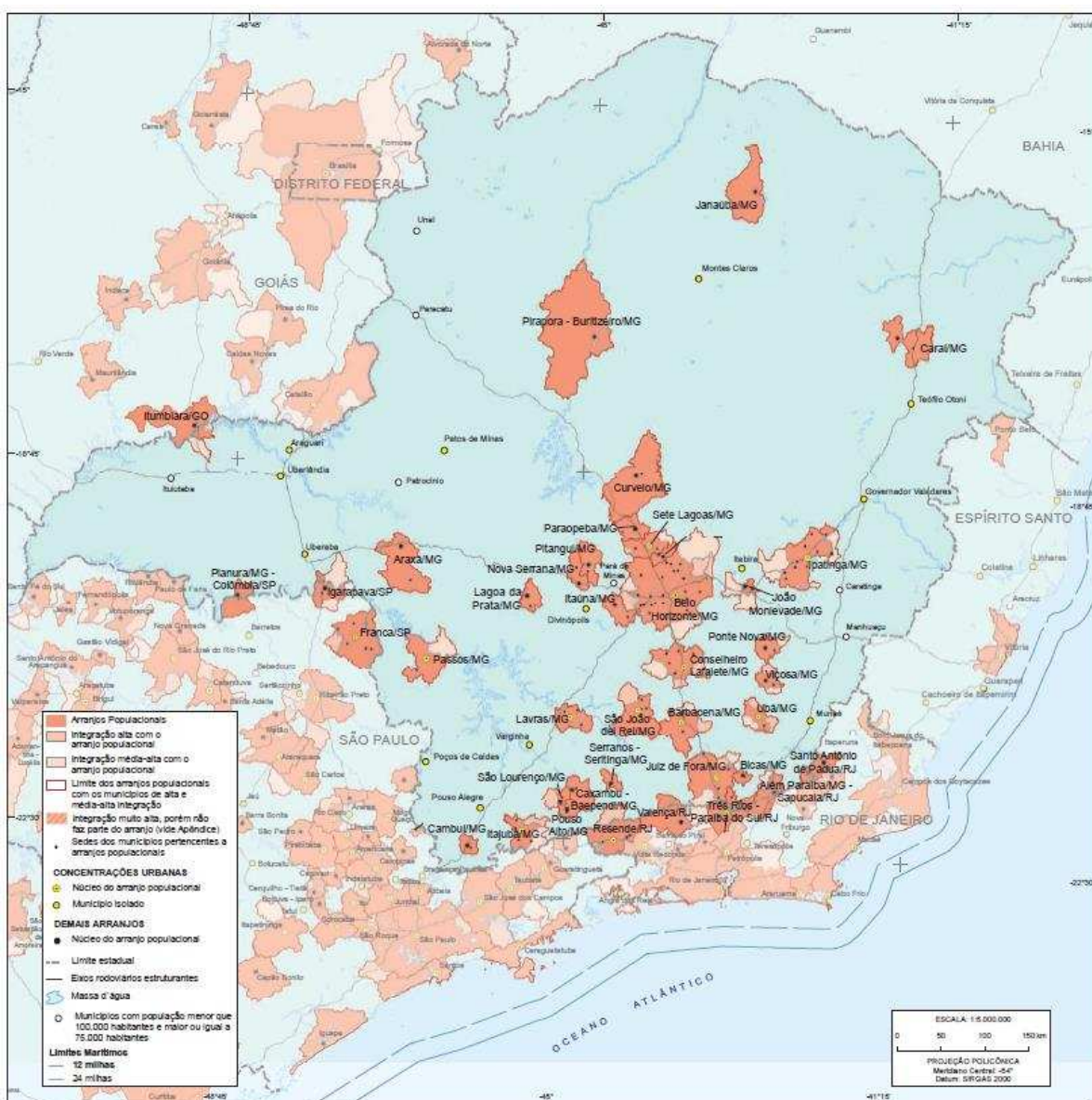
### **3. O ARRANJO POPULACIONAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE, MINAS GERAIS**

Neste capítulo será feita uma descrição da metodologia de classificação dos arranjos populacionais no Brasil e uma caracterização dos municípios pertencentes ao Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete. Essa caracterização dos municípios contará com uma análise sobre o tecido urbano, a economia e a população.

#### **3.1. Arranjos populacionais de acordo com o IBGE (2016)**

Para compreender o objeto de estudo analisado é preciso antes fazer uma síntese dos critérios de classificação dos Arranjos Populacionais utilizados pelo IBGE (2016). Conforme falado anteriormente, o estado de Minas Gerais possui 23 arranjos populacionais (Figura 3).

Figura 3: Arranjos Popacionais e Concentrações Urbanas em Minas Gerais



Fonte: IBGE, Arranjos Popacionais (2016).

Para identificação dos arranjos populacionais, o IBGE (2016) utilizou os seguintes critérios: noção de integração, medida pelos movimentos pendulares para trabalho e estudo; ou a contiguidade urbana, que condensa vários processos envolvidos. Para o reconhecimento dos arranjos populacionais, não foram adotadas questões referentes às funções dos centros urbanos, visto que são consideradas mais apropriadas aos estudos de articulação entre municípios. Contudo, a interação entre municípios será estudada durante a análise do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete, para que se possa compreender a lógica da rede urbana e para o entendimento dos processos envolvidos. Essa abordagem encontra-se presente em estudos de Geografia Urbana, como os apresentados em Regiões de Influência das Cidades 2007 (REGIC) e Divisão Urbano-regional (2013), ambos realizados pelo IBGE.

Ao retomar os estudos dos Arranjos Populacionais (IBGE, 2016), na análise dos resultados, dois enfoques foram adotados: o primeiro refere-se aos arranjos populacionais propriamente ditos, tendo como finalidade apreender dinâmicas de mobilidade populacional; o segundo leva em conta o conceito de concentrações urbanas. Este último constitui um termo geral que supera, como escala de urbanização, as noções de arranjos populacionais e de municípios isolados: refere-se a unidades urbanas que impelem ao movimento um volume cada vez maior de pessoas, que veem, nos médios e grandes centros, oportunidades de trabalho e estudo, compatíveis com os novos padrões econômicos do capitalismo contemporâneo (IBGE, 2016).

Um arranjo populacional é o agrupamento de dois ou mais municípios onde há uma forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais. A escolha dos critérios que formam um arranjo populacional pelos pesquisadores do IBGE está baseada na noção de existência de ligações cotidianas por grande parte da população entre dois ou mais municípios. As interações existem devido a alguns fatores, tais como: crescimento de uma cidade (os casos mais comuns são os metropolitanos, onde a capital costuma atrair população do entorno); emancipação de um município; processos históricos de formação; localização de indústrias, em que uma fábrica em um pequeno município demanda população dos municípios vizinhos; entre outros. Considera-se, assim, o termo integração como o mais apropriado para sintetizar esses diversos contextos (IBGE, 2016).

Para mensurar e conseqüentemente identificar os arranjos populacionais, o IBGE (2016) utilizou três critérios de integração:

- Forte intensidade relativa dos movimentos pendulares para trabalho e estudo. O valor da intensidade deve ser maior ou igual a 0,17 do índice de integração, medido de acordo com a seguinte fórmula:

$$II_A = \frac{X_{AB} + X_{BA}}{X_A} \quad \text{e} \quad II_B = \frac{X_{AB} + X_{BA}}{X_B}$$

Onde:

II A	Índice de integração do Município A;
II B	Índice de integração do Município B;
X AB	Total de pessoas que moram no Município A e trabalham e estudam no Município B;

X BA	Total de pessoas que moram no Município B e trabalham e estudam no Município A;
XA	Total de pessoas que moram no Município A e trabalham e/ou estudam;
XB	Total de pessoas que moram no Município B e trabalham e/ou estudam.

- Forte intensidade absoluta dos movimentos pendulares para trabalho e estudo. Isso significa que há um volume absoluto de pessoas que se deslocam para trabalho e estudo, entre A e B, igual ou superior a 10.000 pessoas; ou
- Contiguidade das manchas urbanizadas. Compreende-se como contiguidade quando a distância entre as bordas das manchas urbanizadas principais de dois municípios é de até 3 km.

### 3.1.2 Metodologia para identificação dos arranjos populacionais

Para a identificação dos arranjos populacionais, o IBGE levantou, por município e a partir dos dados da amostra do Censo Demográfico 2010, o número de pessoas que só estudam (pessoas não ocupadas que estudavam), o número de pessoas que só trabalham (pessoas ocupadas que não estudavam) e o número de pessoas que trabalham e estudam (pessoas ocupadas que também estudavam). Esses dados forneceram o volume de trabalhadores e estudantes em cada município (IBGE, 2016).

Em seguida foram selecionados os dados sobre deslocamento para trabalho e estudo entre municípios, ou seja, o número de pessoas que têm trabalho principal, estudo ou as duas atividades em município diferente do que moram. Esses dados foram analisados a partir da soma dos deslocamentos entre os municípios  $A \rightarrow B$  com os deslocamentos entre os municípios  $B \rightarrow A$ . Desse modo, sabe-se que não importa o sentido do deslocamento e sim a quantidade total de pessoas circulando naquela ligação ( $A \rightarrow B + B \rightarrow A = A \leftrightarrow B$ ). Esse procedimento desenvolvido pelo IBGE fornece um dos critérios de formação de arranjos populacionais: o de volume total de pessoas igual ou maior que 10.000 pessoas se deslocando para trabalhar e/ou estudar entre dois municípios (IBGE, 2016).

Com a base de dados pronta e a partir da base gráfica, foi possível visualizar, em mapa, o relacionamento para trabalho e estudo entre os municípios, assim como as manchas contíguas para, assim, fazer os devidos filtros que auxiliaram na identificação dos arranjos populacionais. Uma vez atendidos os critérios de contiguidade e/ou de intensidade no

movimento pendular (relativo ou absoluto), foi possível agrupar os municípios em arranjos populacionais (IBGE, 2016).

### **3.1.2 Tipos de arranjos populacionais**

Para analisar os tipos de arranjos populacionais, é importante compreender dois conceitos principais nos quais eles estão apoiados: a urbanização e o desmembramento municipal. A urbanização estrutura as atividades econômicas e produtivas de forma a agregar os municípios em torno de um núcleo principal. Já o desmembramento municipal é fruto de ações políticas que criam novas unidades territoriais em ambientes que já são, algumas vezes, integrados e que formavam uma única unidade (IBGE, 2016).

Incluídos a esses dois conceitos, outros processos existem de forma a intensificá-los. Desse modo, é fundamental o entendimento das atividades econômicas que promovem a divisão territorial do trabalho, aspectos relacionados ao local (fronteira, litoral, entroncamento viário e fluvial etc.), aspectos culturais e questões políticas ligadas à história de ocupação. Os arranjos populacionais identificados, apesar de terem características semelhantes devido aos critérios de integração e conurbação adotados, possuem particularidades que devem levar em conta os processos supracitados, individualmente. Esse fator se torna mais uma justificativa para o desenvolvimento desta pesquisa de doutoramento, visto que é relevante a compreensão e análise das particularidades do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete.

Existem algumas categorias de Arranjos Populacionais e aqui serão tratados os que apresentam mais de 100.000 habitantes, por serem o caso do objeto de estudo deste trabalho. Estes arranjos possuem a urbanização como principal processo indutor da integração dos municípios, assim como no Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete. Como estão diretamente relacionados ao fenômeno urbano e suas dinâmicas, o IBGE decidiu nomeá-los de Concentrações Urbanas. As concentrações urbanas foram assim definidas: Municípios Isolados e Arranjos Populacionais, ambos com população acima de 100.000 habitantes. Esses arranjos apresentam alto grau de integração entre os municípios componentes, em particular com o núcleo, possuindo grande tamanho populacional e podendo ter manchas de urbanização que resultam da expansão de uma ou mais cidades, formando conurbações com formas variadas (IBGE, 2016).

Em 2010, de acordo com o Censo, o Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete apresentava 211.068 habitantes<sup>8</sup>, tornando-se uma Concentração Urbana. O número de pessoas que se deslocam para trabalhar ou estudar em outro município do arranjo é de 14.397, o número de pessoas que trabalham e estudam em municípios do arranjo é de 144.090, e o índice de integração interna é 0,10 (IBGE, 2016).

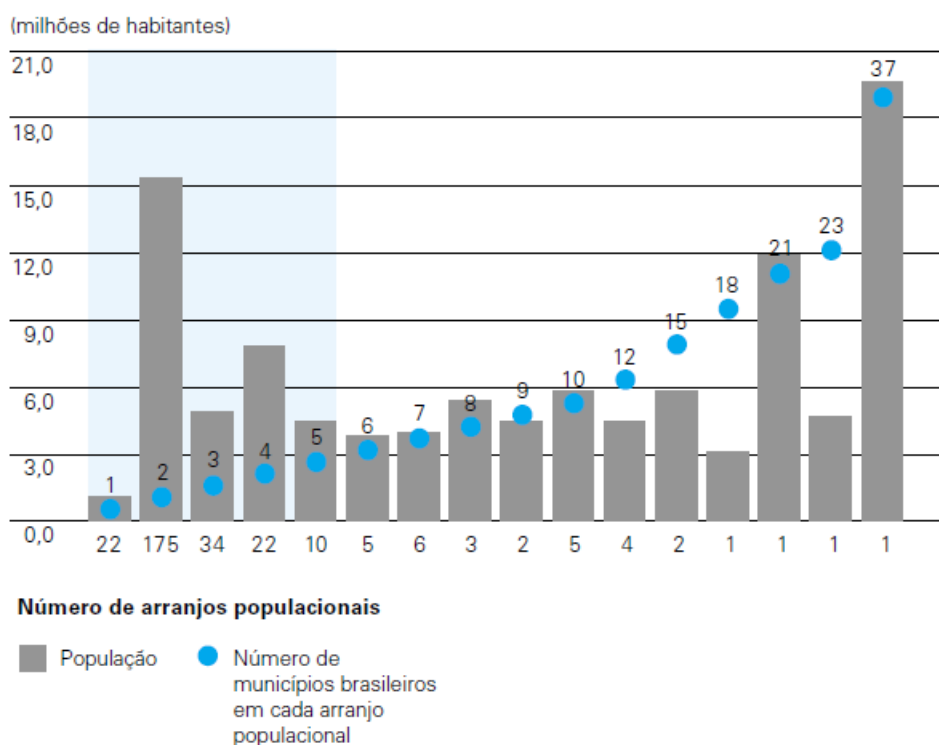
De acordo com o IBGE (2016), existem as Médias e as Grandes Concentrações Urbanas. São consideradas Médias Concentrações Urbanas os municípios isolados e os arranjos populacionais com uma população entre 100.000 e 750.000 habitantes. Já as Grandes Concentrações Urbanas englobam os arranjos populacionais com mais de 750.000 habitantes e os municípios isolados – que não formam arranjos – na mesma faixa populacional (IBGE, 2016). De acordo com o órgão, é importante avaliar e compreender tanto os municípios isolados quanto os arranjos populacionais, visto que, juntos, demonstram o médio grau da urbanização brasileira.

Na Figura 4 é possível compreender a composição dos arranjos populacionais no Brasil, no ano de 2010. Observa-se que os Arranjos Populacionais compostos por até 5 municípios são maioria, correspondendo a 90% do total dos Arranjos. O Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete está dentre os 10% restantes, apresentando 6 municípios.

---

<sup>8</sup> Sendo 92,7% urbano e 7,3% rural (IBGE, 2010).

Figura 4: Composição dos arranjos populacionais – Brasil - 2010



Fonte: IBGE, 2016.

No Brasil são, no total, 80 municípios isolados, 78 arranjos populacionais e uma 1ª Integração de Arranjo Populacional, somando 380 municípios. Os arranjos formados por mais municípios são 1ª Integração de "Presidente Prudente/SP", com 15, seguido de "São José do Rio Preto/SP," com 12, de "Ipatinga/MG", "Criciúma/SC" e "Maringá/PR", com 10 municípios cada um (IBGE, 2016). Na Figura 5 é possível visualizar a distribuição das médias concentrações urbanas analisadas.

Figura 5: Distribuição das médias concentrações urbanas consideradas. Brasil 2010.



Fonte: IBGE, Arranjos Populacionais (2016).

O Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete é considerado uma Média Concentração Urbana. Infere-se uma dependência de alguns municípios para trabalho e estudo, devido ao índice de integração (IBGE, 2016). Ao se avaliar o índice de integração (Figura 6) dessas médias concentrações urbanas, o maior valor ocorre em Jeceaba com relação a Conselheiro Lafaiete, em Minas Gerais. Observa-se que esse índice chega a 0,79, e sendo 99,6% destes deslocamentos ligados somente a trabalho (IBGE, 2016).

Figura 6 – Fluxos de deslocamentos entre municípios de arranjos populacionais acima de 100.000 a 750.000 habitantes, com índice de integração maior que 0,34

Tabela 6 Fluxos de deslocamentos entre municípios de arranjos populacionais acima de 100 000 a 750 000 habitantes, com índice de integração maior que 0,34 – Brasil - 2010

Município A	Município B	Índice de integração		Pessoas que se deslocam entre os municípios A e B			
		Município A	Município B	Total	Percentual, por motivo do deslocamento (%)		
					Trabalho e estudo	Trabalho	Estudo
Conselheiro Lafaiete	Jeceaba	0,03	0,79	2 285	0	99,6	0,4
Santa Cruz de Minas	São João del Rei	0,54	0,05	2 869	3,9	54,6	41,5
Ipatinga	Santana do Paraíso	0,05	0,45	8 019	4	76,4	19,5
Araraquara	Gavião Peixoto	0,01	0,43	1 490	0,7	95,6	3,8
Catanduva	Catiguá	0,02	0,42	1 997	1,3	96	2,7
Ipiguá	São José do Rio Preto	0,41	0	1 182	4,6	80,5	15
Jundial	Várzea Paulista	0,11	0,4	30 008	4,9	76,6	18,5
Porto Real	Resende	0,4	0,05	4 754	0,8	93,8	5,4
Maringá	Sarandi	0,09	0,4	24 213	3	86,1	10,9
Maringá	Paçandu	0,04	0,39	10 531	3,3	89,7	7
Birigui	Brejo Alegre	0,01	0,39	698	1,4	87,1	11,5
Capivari de Baixo	Tubarão	0,38	0,08	6 027	4,9	73,4	21,7
Aparecida	Potim	0,18	0,38	4 843	2,6	79,1	18,3
Franca	Restinga	0,01	0,37	1 727	1,8	82,7	15,5
Capão do Leão	Pelotas	0,36	0,02	5 418	2,9	77,8	19,3
Álvares Machado	Presidente Prudente	0,35	0,04	5 891	2,7	80,4	16,8
Armação dos Búzios	Cabo Frio	0,35	0,05	7 016	1,3	78,4	20,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Notas: 1. Arranjos populacionais identificados segundo metodologia desenvolvida pela Coordenação de Geografia do IBGE.

2. Para "Presidente Prudente/SP", considerou-se a 1ª Integração do Arranjo Populacional. Os Arranjos Populacionais de "Taubaté - Pindamonhangaba/SP" e "Novo Hamburgo - São Leopoldo/RS" não foram considerados.

Fonte: IBGE, Arranjos Populacionais (2016).

Para melhor compreensão do objeto de estudo, será feita caracterização dos 6 municípios pertencentes ao Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete: Conselheiro Lafaiete, Congonhas, Ouro Branco, Jeceaba, Queluzito e São Brás do Suaçuí.

### 3.2. Conselheiro Lafaiete

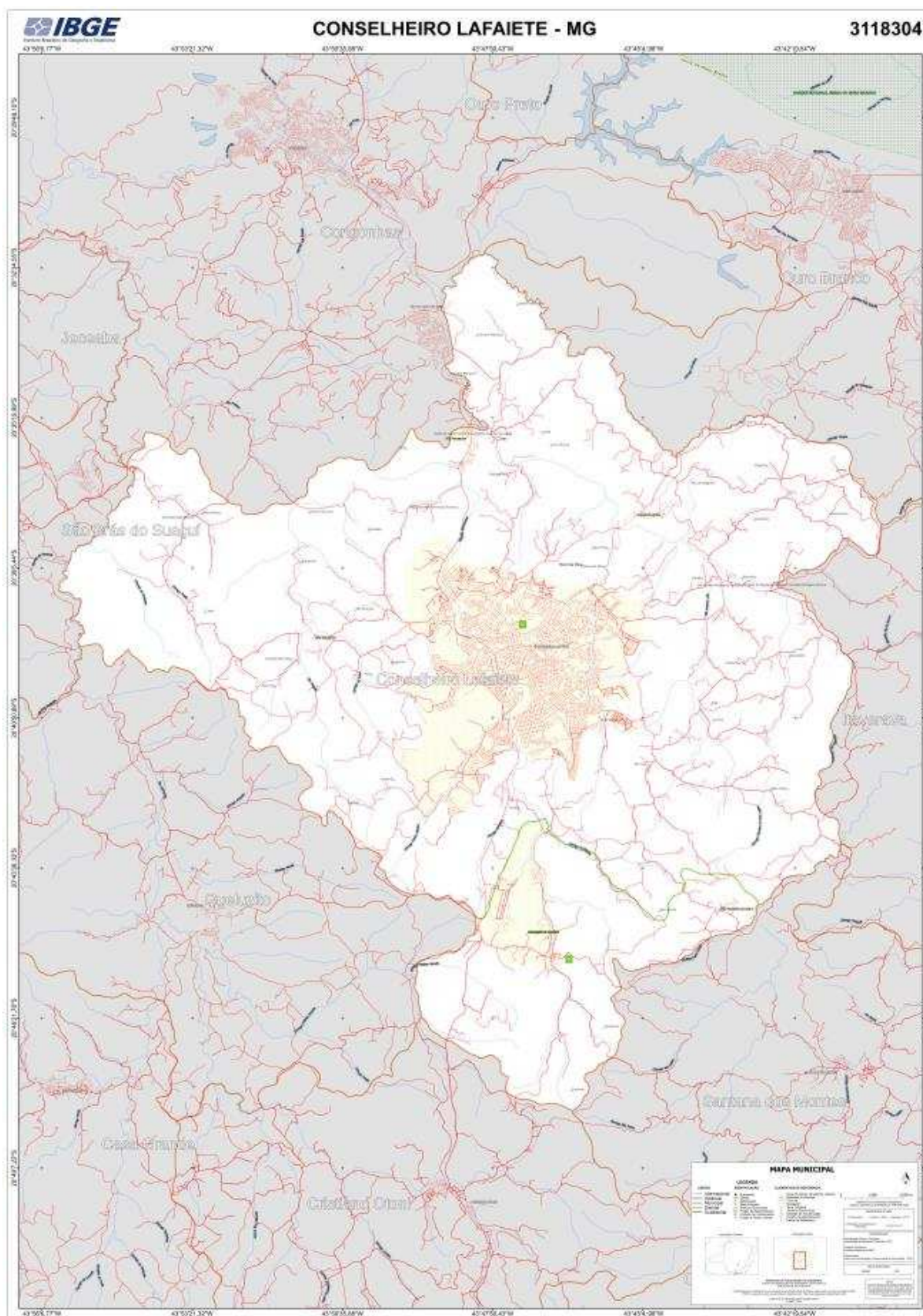
Conselheiro Lafaiete apresenta a maior população do Arranjo Populacional, com 131.621 habitantes e uma densidade demográfica de 355,50 habitantes por quilômetro quadrado, de acordo com o Censo do IBGE de 2022. É uma das cidades mais antigas de Minas Gerais, está localizada a 96 km da capital Belo Horizonte, é cortada pelo Rio Paraopeba<sup>9</sup> e pela BR 040<sup>10</sup>. O setor terciário é o principal responsável pela economia de Conselheiro Lafaiete, que em 2021 apresentou um PIB de R\$23.881,55, IDHM de 0,76 no ano de 2010 e salário médio mensal de 1,8 salários mínimos em 2021.

<sup>9</sup> Sua nascente está localizada ao sul no município de Cristiano Ottoni e sua foz está na represa de Três Marias, ambos em Minas Gerais. A extensão do rio é de 510 km e sua bacia cobre 13.643 km<sup>2</sup> e 35 municípios. É um dos principais afluentes do Rio São Francisco (ALMEIDA, 2012).

<sup>10</sup> A BR-040 é uma rodovia federal radial do Brasil, em que seu ponto inicial está localizado em Brasília, no entroncamento com a BR-450 e com a DF-001, e o ponto final está localizado no Rio de Janeiro.

Conselheiro Lafaiete apresenta uma posição geográfica central, por ser cortada pela BR 040, uma das principais rodovias brasileiras, que dá acesso aos municípios de Congonhas e à capital Belo Horizonte; pela rodovia MG-129, que liga Conselheiro Lafaiete a Ouro Branco; e pela rodovia MG-482, que conecta aos municípios da Zona da Mata. Essas rodovias possibilitam um maior raio de influência de Conselheiro Lafaiete no contexto regional. Além disso, o município conta com a presença da Ferrovia Centro Atlântica (FCA). (Pereira, 2019). Na Figura 7 observa-se a área da Unidade Territorial de Conselheiro Lafaiete.

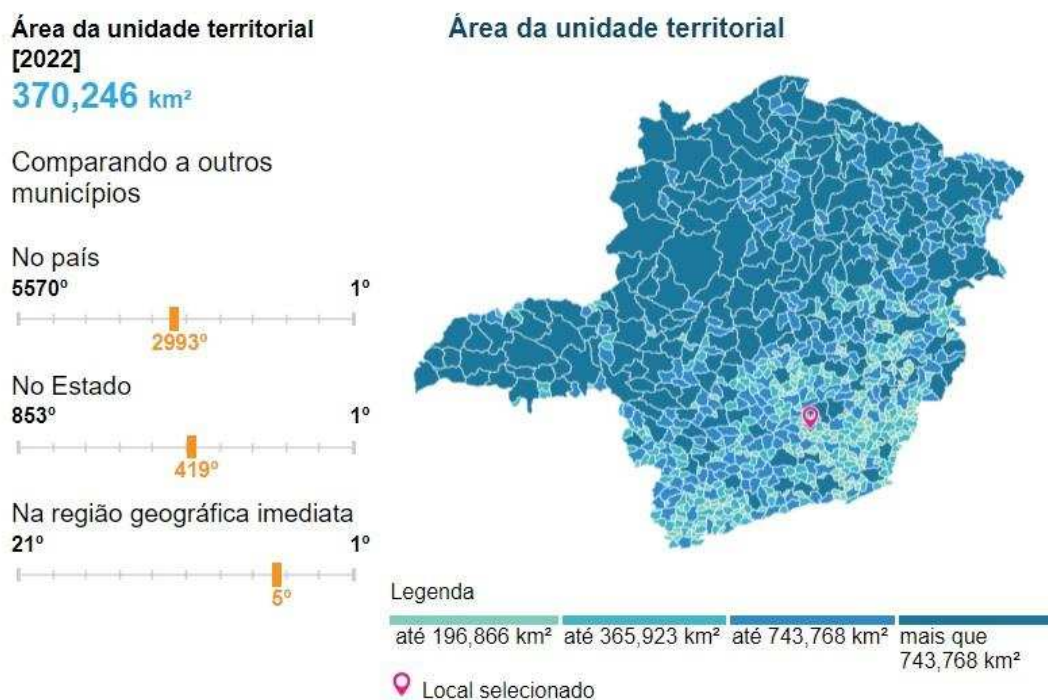
Figura 7: Área da Unidade Territorial de Conselheiro Lafaiete



(disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/conselheiro-lafaiete>)

Conselheiro Lafaiete é o principal município do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete e, de acordo com o Região de Influência<sup>11</sup> do IBGE (2018) está subordinada ao Arranjo Populacional de Belo Horizonte. Na Figura 8 é possível ver a área da unidade territorial de Conselheiro Lafaiete comparada a outros municípios tanto do Brasil quanto de Minas Gerais.

Figura 8: Área da Unidade Territorial de Conselheiro Lafaiete



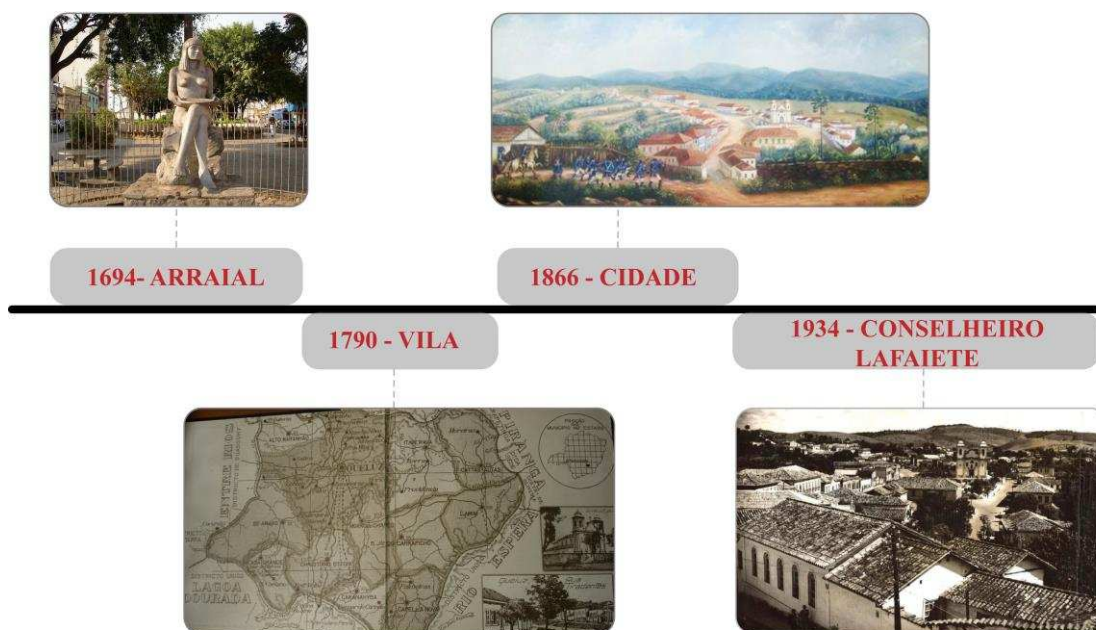
Fonte: IBGE Cidades.

(disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/conselheiro-lafaiete/panorama>)

Da mesma forma que diversas cidades em Minas Gerais, sua história remonta ao início da exploração do ouro no estado, no final do século XVII. O arraial foi fundado com o propósito de servir como base de apoio para os mineradores de Ouro Preto, Ouro Branco, Mariana, Itaverava, Sabará e outras localidades (Almeida, 2012). Na Figura 9 é possível observar uma linha do tempo da evolução urbana do município.

<sup>11</sup> Cada Cidade se vincula diretamente à região de influência de pelo menos uma outra cidade, vínculo que sintetiza a relação interurbana mais relevante da cidade de origem, tanto para acessar bens e serviços quanto por relações de gestão de empresas e órgãos públicos (IBGE, 2018).

Figura 9: Linha do tempo da transformação de Conselheiro Lafaiete de arraial para cidade



Fonte: organizado pela autora (2019).

Ao contrário das localidades especializadas na mineração de ouro, Conselheiro Lafaiete - na época conhecida como Real Vila de Queluz - teve como principal sustentáculo econômico, desde os estágios iniciais do desenvolvimento urbano do Alto Paraopeba, o comércio. É importante salientar que, apesar da ênfase comercial do centro, também ocorria a extração de ouro, embora em escala e importância menores se comparada a outros núcleos da região na mesma época. Desde sua fundação, a cidade testemunhou um crescimento constante e progressivo. Após o período da mineração, Lafaiete expandiu-se de forma radial. (Pereira, 2019).

A introdução da linha ferroviária em 1883 e a construção de um ramal em direção a Ouro Preto incentivaram a chegada de empresas mineradoras em Conselheiro Lafaiete. A exploração de manganês na área circundante ao núcleo urbano, ocorrida na transição entre os séculos XIX e XX, representou o primeiro passo para a introdução da mineração de ferro e manganês em larga escala na região, atraindo empresas estrangeiras para o local (Santos, 2008). Adicionalmente, devido a sua melhor infraestrutura em comparação com outros municípios da região e ao aumento da industrialização no século XX, várias mineradoras e siderúrgicas se estabeleceram nas proximidades do município, consolidando Conselheiro Lafaiete como um centro de suporte para as cidades vizinhas (Pereira, 2019).

Em 1916, foi estabelecida no município a Companhia Santa Matilde, originalmente uma fábrica de laticínios, que mais tarde se integrou à linha ferroviária em 1920. Posteriormente, na década de 1940, a empresa expandiu suas operações para incluir a manutenção e construção de vagões ferroviários, tornando-se uma importante fonte de empregos na região naquela época. A fundação da Companhia Santa Matilde, o início da exploração do manganês e a construção da estação ferroviária se converteram em impulsionadores do crescimento urbano no município. (Pereira, 2019).

A partir dos anos 1970, teve início a construção da Açominas – atualmente denominada como Gerdau e localizada, em sua grande parte, em Congonhas – uma iniciativa que alterou significativamente o panorama econômico tanto do município quanto da região. Nesse período, Conselheiro Lafaiete viu-se em declínio na produção industrial, em decorrência do desmantelamento do sistema ferroviário, que anteriormente havia fornecido suporte essencial para a produção e transporte de equipamentos (Costa e Flores, 2011).

Durante o período de construção da planta industrial da Açominas, os municípios mais afetados foram Congonhas, que abrigava aproximadamente 80% da área física da fábrica, e Ouro Branco, por ter a área urbana mais próxima da futura siderúrgica, ambos limítrofes de Conselheiro Lafaiete. No entanto, Conselheiro Lafaiete, com sua infraestrutura mais desenvolvida e maior população na região, emergiu como o destino de residência preferido para muitos trabalhadores de alta renda, tanto das empresas de construção quanto da própria Açominas, que ainda estava em fase de implantação (Costa e Flores, 2011).

A partir dos anos 1980, Conselheiro Lafaiete consolidou-se como um polo de serviços, especialmente em apoio à mineração e à indústria. Na Figura 10 é possível observar algumas fotografias desse período. Em associação a essas atividades, diversos estabelecimentos comerciais, de serviços, educacionais e de saúde foram progressivamente estabelecidos. Com o desenvolvimento e consolidação desse polo, os principais municípios da região do Alto Paraopeba - Conselheiro Lafaiete, Ouro Branco e Congonhas - passaram a integrar suas funções, com Congonhas sendo um polo minerário, Ouro Branco um polo industrial e Conselheiro Lafaiete um polo comercial e de serviços (Pereira, 2019).

Figura 10: Conselheiro Lafaiete na década de 1980



Fonte: autoria desconhecida. Acervo do Museu Antonio Perdigão.

Nas últimas décadas do século XX, o modelo fordista de produção entrou em crise, levando a uma reestruturação econômica e mudanças significativas no mundo do trabalho e na atuação dos Estados. Essas transformações foram reconhecidas por alguns estudiosos como um regime de acumulação flexível (Sposito, 2015). Conselheiro Lafaiete viu um significativo influxo de migrantes de cidades da região a partir da década de 1970, refletindo o regime de acumulação flexível e contribuindo para o crescimento demográfico do município, que é observado até os dias atuais (Costa e Flores, 2001).

Essa reestruturação produtiva e econômica fez com que Conselheiro Lafaiete também transformasse seu território, sofrendo a modificação de uma economia industrial para uma maior participação do setor terciário. Assim, nota-se um aumento significativo na oferta de serviços e comércio no município, incluindo a inauguração de centros médicos e odontológicos, a abertura de franquias e lojas de departamento, o estabelecimento de novos cursos de graduação, aumento de abertura de lojas de vestimentas e calçados, entre outros empreendimentos (Pereira, 2019).

Um dado que corrobora com o fato de Conselheiro Lafaiete ser um polo comercial e de serviços na região é a participação dos setores no Valor Adicionado<sup>12</sup> do município no ano de 2011. O setor de comércio e serviços foi equivalente a 60% do PIB arrecadado no município, enquanto o setor industrial e de construção civil atingiram 16%, o setor administrativo apresentou 23% e o setor da agricultura 1%.

Conselheiro Lafaiete abriga uma variedade de instituições de ensino técnico e superior, tanto públicas quanto privadas, que impulsionam o desenvolvimento local, junto às atividades industriais e comerciais. A presença de instituições de ensino superior, como FDCL, FASAR, UNIPAC, CESCL, e *campi* do IFMG em Ouro Branco e Congonhas, além

<sup>12</sup> De acordo com a FJP, o Valor Adicionado corresponde ao valor que a atividade acrescenta aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades. No cálculo do valor adicionado os impostos são desconsiderados. E o setor de serviços engloba o comércio.

do campus Alto Paraopeba da UFSJ em Ouro Branco, oferecendo uma ampla gama de cursos, tem sido um importante atrativo para a região. Isso tem contribuído para o aumento da migração para Conselheiro Lafaiete, uma vez que muitos funcionários e estudantes dessas instituições optam por residir na cidade (Pereira, 2019).

Pode-se notar que o município experimentou um aumento da escala devido aos processos de concentração populacional na região (tanto como mercado consumidor quanto como fonte de mão de obra), à concentração de meios de produção e à proximidade de matérias-primas. Esse crescimento substancial de Conselheiro Lafaiete resultou em uma economia mais complexa, levando a uma reconfiguração da divisão social do trabalho no município (Pereira, 2019).

O padrão de crescimento de Conselheiro Lafaiete reflete uma tendência comum no desenvolvimento das cidades brasileiras. O município expandiu-se com poucos recursos técnicos e uma falta de planejamento urbano eficaz, uma realidade compartilhada por outras cidades médias na região.

Por isso torna-se tão importante rediscutir o conceito de cidade, independentemente do tamanho e da relevância na rede urbana, visto que as cidades apresentam “formas repletas de fixidez e, neste sentido, apresenta uma relativamente grande capacidade de refuncionalização” (Corrêa, 2006, p. 280). A cidade está em constante atualização por meio da contínua criação de novas funções e formas correspondentes, uma característica das estruturas espaciais capitalistas.

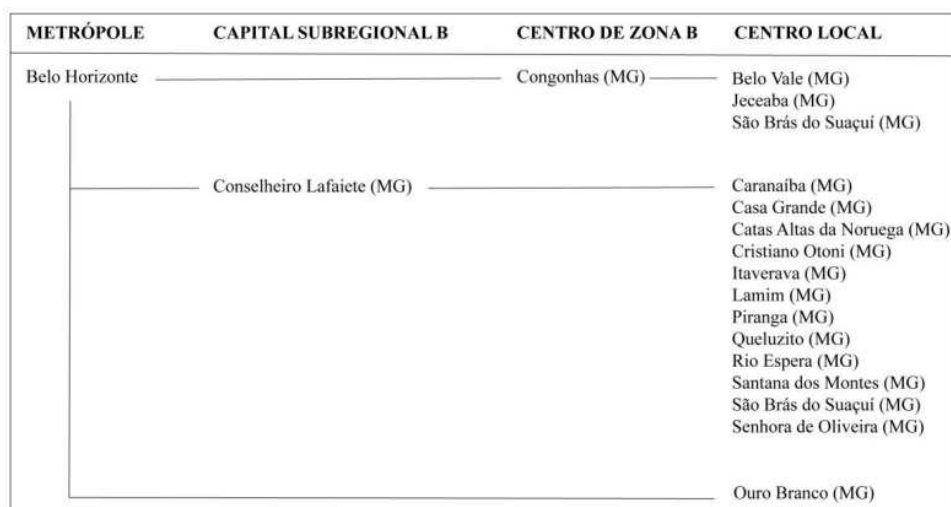
Por meio de algumas particularidades presentes no município, como suas atividades econômicas predominantes, seu papel influenciador na sua microrregião, pelos aumentos significativos da população nas últimas décadas superior às cidades de seu entorno e pela atuação do mercado imobiliário, Conselheiro Lafaiete foi classificada como uma cidade média neste estudo.

De acordo com a classificação do IBGE (2021), Conselheiro Lafaiete é uma Capital Subregional B na hierarquia urbana<sup>13</sup>, como se pode observar na Figura 11.

---

<sup>13</sup> A hierarquia urbana se estabelece com base na centralidade de uma cidade, determinada pela sua capacidade de atrair populações de outros centros urbanos em busca de acesso a bens e serviços, além do nível de articulação territorial que ela mantém ao se envolver em atividades de gestão pública e empresarial. São cinco níveis hierárquicos, com onze subdivisões: Metrôpoles (1A, 1B e 1C), Capitais Regionais (2A, 2B e 2C), Centros Sub-Regionais (3A e 3B), Centros de Zona (4A e 4B) e Centros Locais (5). Alguns Municípios são muito integrados entre si e constituem apenas uma cidade para fim de hierarquia urbana, tratam-se dos Arranjos Populacionais, os quais são indicados no complemento da hierarquia urbana quando ocorrem (IBGE, 2018).

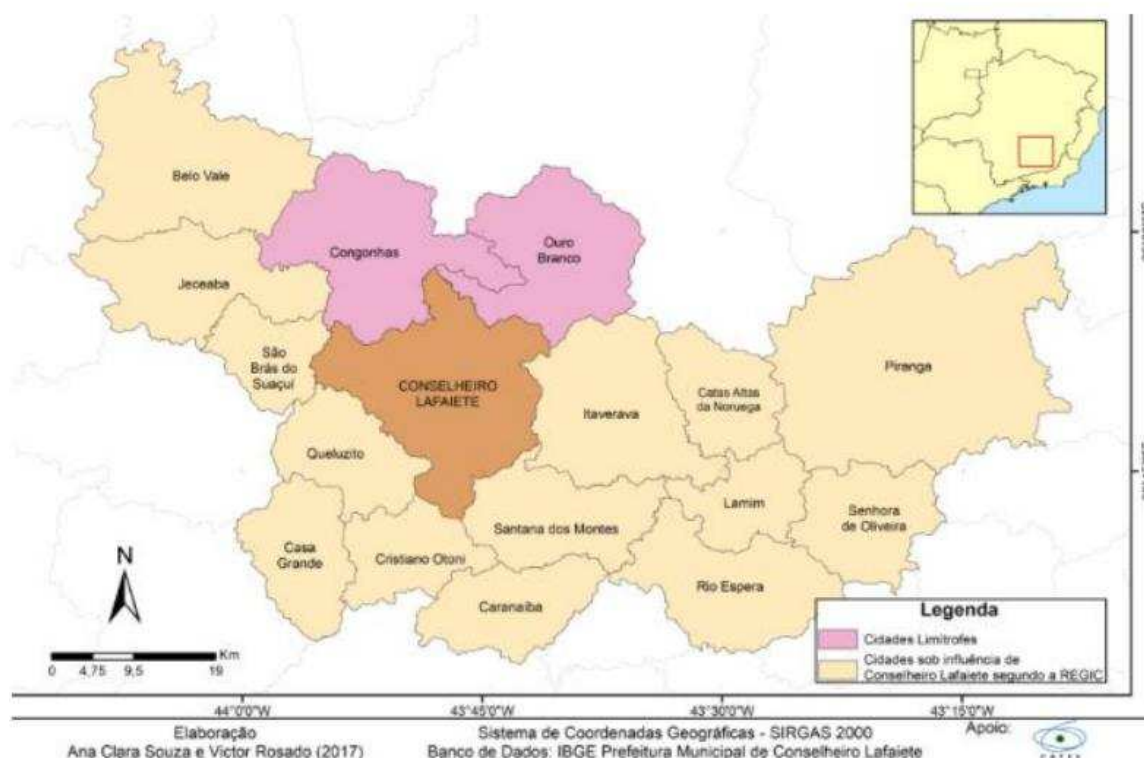
Figura 11 – Região de Influência de Belo Horizonte



Fonte: REGIC 2007 (IBGE, 2008), organizado pela autora (2020).

A Figura 12 ilustra os municípios sob influência de Conselheiro Lafaiete, também de acordo com a REGIC de 2008. Pode-se observar que o número de municípios é maior do que os pertencentes ao Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete, visto que os critérios para classificação de um arranjo populacional são diferentes dos critérios usados para classificação das áreas de influência das cidades.

Figura 12 - Localização dos municípios sob influência de Conselheiro Lafaiete, segundo a REGIC (2008)



Fonte: Ana Clara Pereira e Victor Rosado (2017).

Com todas essas características apresentadas do município, é possível observar a relação de destaque que Conselheiro Lafaiete exerce em sua região. Castello Branco (2006) afirma que essa é a principal característica de uma cidade média, uma vez que:

Nela se apoia o seu poder de articulação entre os diferentes níveis de centros urbanos, a sua atuação como centro de oferta de bens e serviços para a sua área de influência, e como nó de diferentes tipos de rede, funções que estão no cerne do conceito de centralidade (CASTELLO BRANCO, 2006, p. 250).

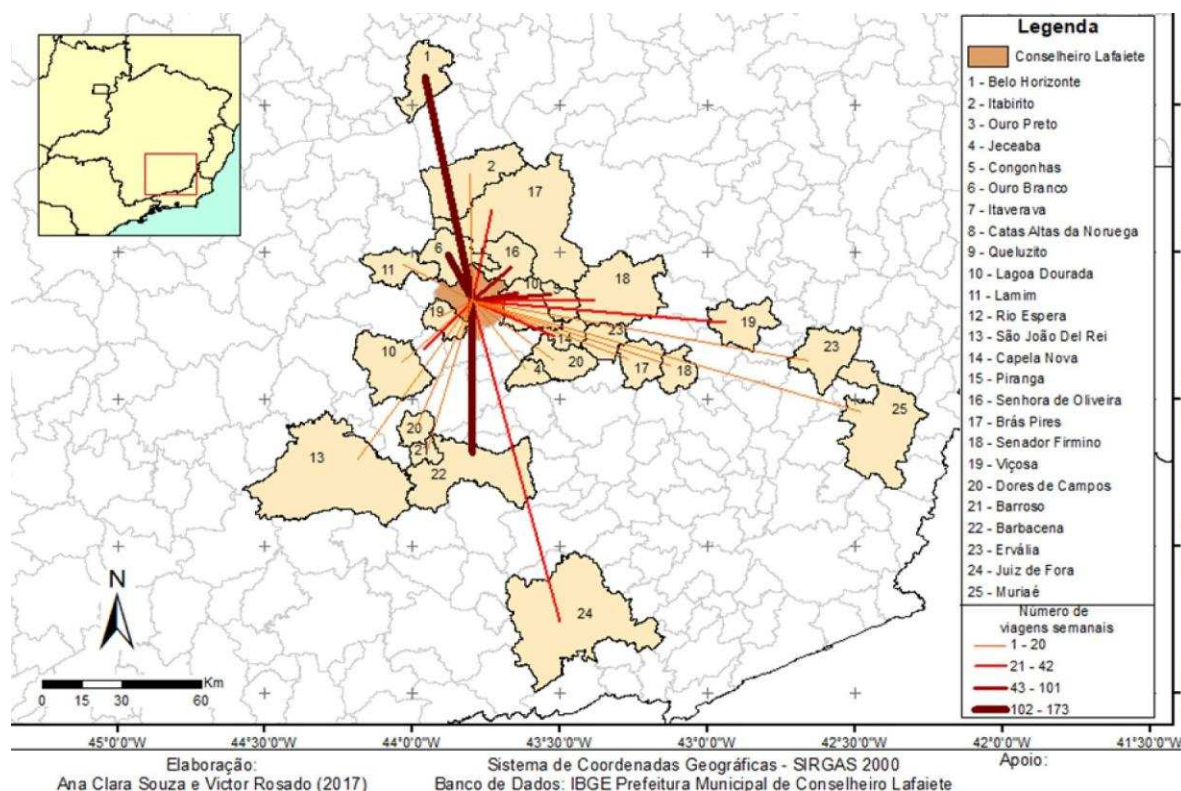
Conselheiro Lafaiete pode ser relacionado aos estudos de Castello Branco (2006), que associam as cidades médias a centros que oferecem uma gama variada de bens e serviços especializados para sua área de influência e também servem como pontos de conexão para outros níveis da rede urbana. É evidente que Conselheiro Lafaiete disponibiliza serviços relacionados ao comércio, saúde, educação, lazer e outros para os municípios de sua rede, ao mesmo tempo em que atua como um centro que articula a região geográfica imediata com cidades de diferentes escalas na rede urbana brasileira, como Belo Horizonte e Rio de Janeiro. A autora destaca que, comparadas aos centros urbanos maiores, as cidades "intermediárias" têm sistemas mais equilibrados em seu território e enfrentam

menos problemas ambientais, conflitos e custos sociais. No entanto, elas têm menor poder de competitividade econômica e enfrentam maiores desafios de acesso aos fluxos de informação e capital (Castello Branco, 2006).

Pereira (2019) realizou uma análise do número de viagens de ônibus semanais partindo de Conselheiro Lafaiete. Essa variável evidencia as cidades com as quais Conselheiro Lafaiete tem uma relação mais estreita, considerando que um grande número de viagens indica a presença de um significativo fluxo de pessoas (Pereira, 2019).

A autora elaborou um mapa para analisar esse fenômeno. Foram coletados dados na Prefeitura e na rodoviária de Conselheiro Lafaiete para verificar o número de viagens partindo do município. Vale ressaltar que muitos dos destinos das linhas de ônibus envolvem conexões em outros municípios que não estão mencionados no mapa.

Figura 13 - Viagens semanais de ônibus partindo de Conselheiro Lafaiete



Fonte: Ana Clara Pereira e Victor Rosado (2017).

O que se pode observar com essa análise é que cidades próximas a Conselheiro Lafaiete, como Congonhas, Ouro Branco e Itaverava, registram um alto número de viagens semanais, indicando uma considerável movimentação de pessoas dentro da área de influência de Conselheiro Lafaiete. Essa movimentação está associada a atividades relacionadas à saúde, educação e trabalho.

A cidade de Belo Horizonte registra o maior número de viagens semanais, o que é esperado, dado que Conselheiro Lafaiete também está sob sua influência, sendo Belo Horizonte a capital do estado. Além disso, a linha Conselheiro Lafaiete X Belo Horizonte desempenha um papel importante no transporte de pessoas de outras cidades do entorno para a capital estadual.

Assim, é essencial destacar a significativa hierarquia de influência que Conselheiro Lafaiete exerce sobre as cidades circunvizinhas, tanto próximas quanto mais distantes. A ampla oferta de serviços e infraestrutura, que inclui desde estabelecimentos comerciais locais, franquias, bares e restaurantes até instituições de ensino superior, consultórios médicos, hospitais, laboratórios e outros; sua posição central como polo regional do setor de serviços; e sua localização geográfica estratégica, são características essenciais que conferem a Conselheiro Lafaiete a capacidade de influenciar as demais localidades de sua região imediata.

Amorim Filho (2007) ressalta a relevância de analisar o espaço intraurbano de uma cidade média, considerando a diferenciação desse espaço em relação a outras cidades. Apesar das singularidades de cada localidade, o autor destaca a tendência das cidades médias em apresentar um padrão morfológico-funcional semelhante.

Ao aplicar o modelo morfológico-funcional de Amorim Filho (2007) à análise de Conselheiro Lafaiete, observa-se um centro urbano complexo que transcende os limites locais. Desde sua consolidação como polo regional de serviços e comércio, o centro da cidade abriga uma variedade de estabelecimentos, como grandes magazines (Casas Bahia, Magazine Luiza, Ponto Frio, Ricardo Eletro, Rede Eletroson), diversas franquias (Cacau Show, Subway, Bob's, Carmen Steffens, O Boticário, Pernambucanas, Arezzo, Itapuã Calçados, Drogaria Araújo), além de várias agências bancárias (Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Sicoob, Santander). A rodoviária também está situada no centro, que conta ainda com inúmeros bares, restaurantes, lanchonetes e cafeterias, além da presença de um centro universitário. Ao se analisar o município também se pode constatar que Conselheiro Lafaiete apresenta diversos subcentros que atendem às necessidades da população local.

Sposito (2007) relata que

do ponto de vista do mercado consumidor, as cidades médias continuam a desempenhar o papel de polos para os quais moradores de cidades menores e de áreas rurais estão dispostos a se deslocar para realizar o consumo de bens e serviços mais sofisticados do que aqueles a que tem acesso nas cidades de menor porte (Sposito et al, 2007, p. 49).

Observa-se, também, que com a melhoria dos meios de transporte e das estradas, os consumidores estão cada vez mais dispostos a percorrer distâncias maiores, o que, por sua vez, amplia as áreas de influência dessas cidades médias, como é o caso de Conselheiro Lafaiete.

Nas últimas décadas, é crucial considerar que as cidades médias têm passado por significativas transformações relacionadas à introdução de novos serviços, principalmente os de informação, de comunicação, logísticos, de transportes, de educação e de turismo. Assim, surgiram como uma alternativa de moradia, oferecendo melhores condições e qualidade de vida em comparação com as áreas metropolitanas (Sposito et al, 2007).

Por outro lado, para atrair investimentos em diversas atividades, especialmente no setor terciário, uma localidade precisa ter uma densidade suficiente de consumidores. Nesse sentido, Conselheiro Lafaiete emerge como um espaço atrativo para investimentos, dada a sua função na oferta de bens e serviços para os habitantes de sua área de influência.

Percebe-se, assim, que o papel de Conselheiro Lafaiete como centro de serviços terciários a posiciona como uma cidade média. A influência dessas funções em sua região imediata e até mesmo no estado ressalta e atualiza o papel de Conselheiro Lafaiete na rede urbana.

Esse processo reforça o papel de Conselheiro Lafaiete como um centro de consumo, tanto local quanto regional, além de consolidar sua intermediação e centralidade na região. Portanto, é essencial analisar a rede urbana e os papéis desempenhados pelo município como nós de intermediação nas relações, levando em consideração todas as suas perspectivas empíricas e teóricas, devido às significativas mudanças no sistema de acumulação do modo capitalista de produção. Assim como também é importante analisar os outros municípios pertencentes ao Arranjo Populacional.

### **3.3. Congonhas**

Congonhas é a segunda cidade com a maior população do Arranjo, com 52.890 habitantes e densidade demográfica de 173,94 habitantes por quilômetro quadrado, de acordo com o Censo do IBGE de 2022. Está localizada a 86 km da capital mineira. Congonhas possui um histórico de mineração desde sua fundação no século XVIII, é conhecida mundialmente por seu conjunto arquitetônico e urbanístico, tombada pelo

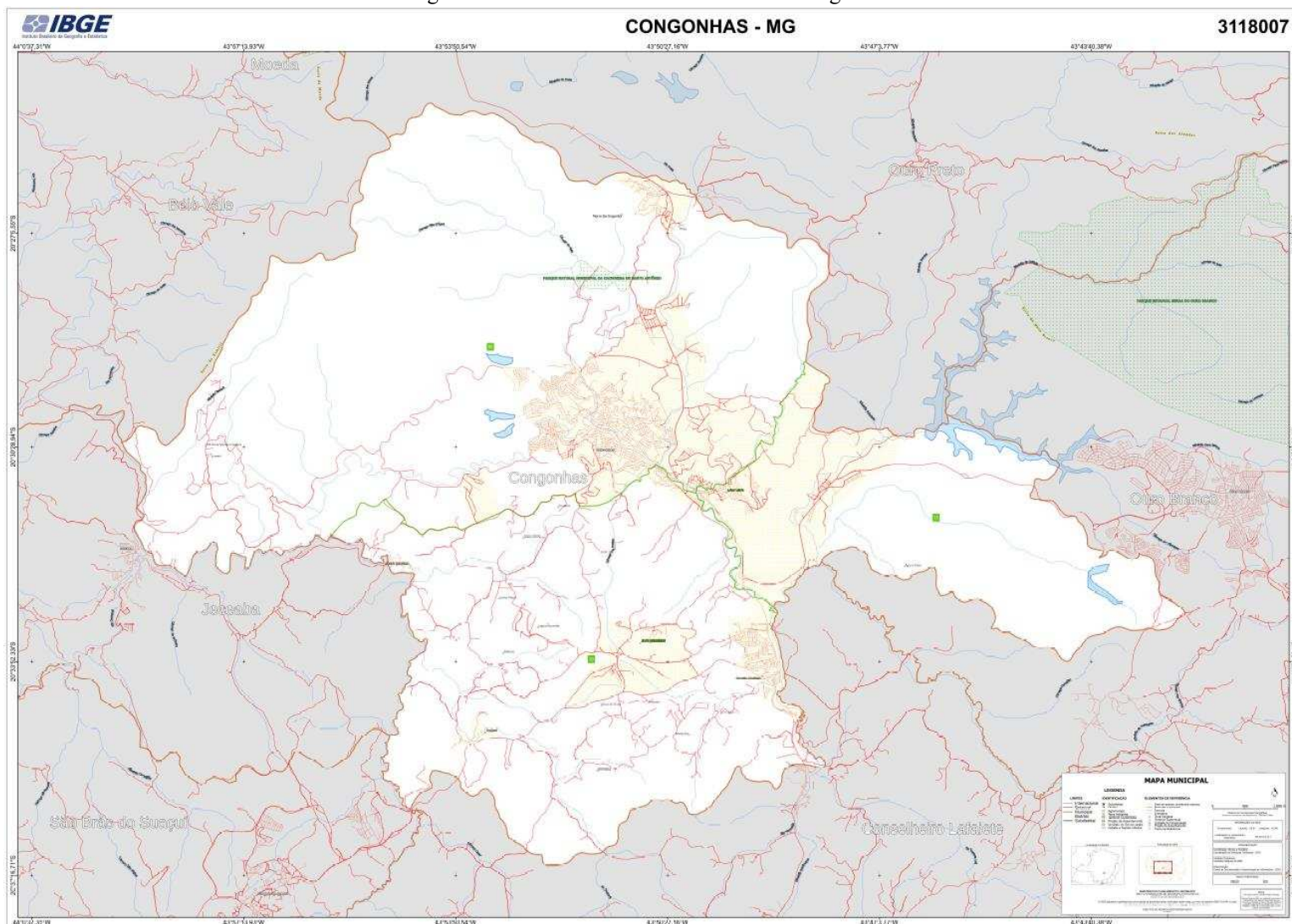
IPHAN<sup>14</sup> em 1941, além do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos elevado pela Unesco a Patrimônio Mundial, em 1985 (Congonhas, 2021).

De acordo com o IBGE (2021), Congonhas apresentou um salário médio mensal de trabalhadores formais de 2,9 salários mínimos e IDHM (2010) de 0,753. Na Figura 14 é possível observar a Área da Unidade Territorial de Congonhas.

---

<sup>14</sup> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

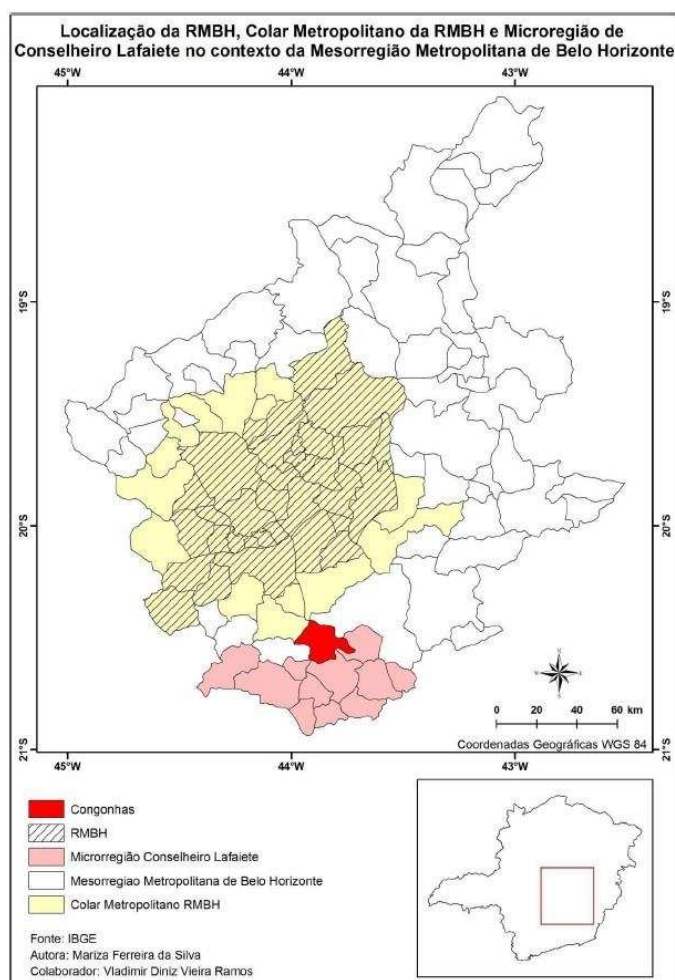
Figura 14: Área da Unidade Territorial de Congonhas



Fonte: IBGE Cidades. (disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/congonhas>)

Nos registros oficiais de mapeamento, o município não está categorizado como integrante da conurbação<sup>15</sup> da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) nem está oficialmente incluído na área designada como colar metropolitano. No entanto, encontra-se na interface entre essas duas regiões e está inserido no Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete (SILVA, 2019). No mapa desenvolvido por Silva (2019), apresentado na Figura 15, é possível observar que o município está localizado no limiar do colar metropolitano<sup>16</sup> da RMBH e que os municípios pertencentes ao Arranjo Populacional estudado também fazem parte da Mesorregião de Belo Horizonte.

Figura 15: Contexto Geográfico da Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte



Fonte: Silva (2019).

<sup>15</sup> Conurbação é a união de duas ou mais cidades, em consequência de seu crescimento geográfico. Geddes definiu o conceito de conurbação como a “a fusão física de espaços urbanos cuja origem é distinta e que é provocada pela urbanização não controlada que se difunde sobre território determinado” (HIDALGO et al. apud ARENAS; GONZÁLES, 2007, p.500).

<sup>16</sup> O termo "colar metropolitano" refere-se ao conjunto de municípios vizinhos a uma região metropolitana. Embora não seja um termo oficial, é comumente empregado no Brasil em documentos oficiais, especialmente quando as regiões metropolitanas são formalizadas por meio de legislação local.

A expansão da atividade mineradora no século XVIII deu origem às primeiras cidades mineiras, que foram erguidas sob a influência do culto católico e da abundância de ouro na região. Essa interação entre a Igreja Católica e a riqueza proveniente da exploração de minérios, especialmente o ouro, naquela época, resultou no Estado de Minas Gerais possuindo hoje um valioso tesouro artístico do período barroco brasileiro em suas numerosas igrejas construídas nesse período (Araújo, 2021). Na Figura 16 tem-se o Santuário de Bom Jesus de Matosinhos e os Profetas de Aleijadinho, grandes representantes do tesouro artístico de Congonhas.

Figura 16: Profetas de Aleijadinho e ao fundo o Santuário Bom Jesus de Matosinhos



Fonte: acervo pessoal da autora.

A evolução da ocupação de Congonhas ao longo de sua história pode ser compreendida através de três eventos marcantes: inicialmente, no século XVIII, a exploração do ouro nas margens do Rio Maranhão, numa direção leste-oeste; em seguida, a implantação e inauguração da ferrovia no início do século XX, que não apenas atraiu um grande número de devotos para a cidade, mas também facilitou sua expansão industrial; por fim, a extração de ferro e manganês, resultado do processo de industrialização no século XX. Após esse período, pode-se observar no início do século XXI um “boom da mineração”, que também desempenhou um forte papel no desenvolvimento territorial de Congonhas (Silva; Castriota, 2018).

O surgimento do arraial remonta ao século XVIII, quando as lavras de ouro às margens do Rio Maranhão<sup>17</sup> deram origem à localidade. Situada no centro da atual Congonhas, essa região já fez parte dos territórios das cidades de Ouro Preto e Conselheiro Lafaiete. A estrutura urbana colonial perdurou até o século XX, período marcado por recessões econômicas e pelo solo impróprio para atividades agropastoris, o que resultou na estagnação do município até a implantação da ferrovia no início do século XX. A ferrovia desempenhou um papel crucial nas transformações posteriores (Silva; Castriota, 2018).

Em relação à ocupação do território de Congonhas, é possível observar que no século XVIII, o espaço urbano e seus recursos naturais eram explorados para a extração do ouro e como área de residência. Já no século XIX, houve uma adaptação desse espaço para dar suporte à industrialização e à crescente população de fiéis do Bom Jesus de Matosinhos, além de atender às novas demandas associadas a essas mudanças, o que incluiu o desenvolvimento de uma infraestrutura urbana mais adequada às novas funções (Silva; Castriota, 2018).

Na década de 1970, a implantação efetiva da Açominas (Gerdau) – iniciada nos anos 60, mas com operação plena apenas na década seguinte (BRASIL, 1988) – impulsionou a extração de minério e a siderurgia, resultando em um rápido crescimento demográfico e, por conseguinte, em uma urbanização desordenada que modificou os bairros existentes e levou à formação de novos aglomerados (BRASIL, 1988). Durante esse período, foi observado um aumento significativo da ocupação ao longo do eixo leste-oeste em direção à BR-040, além do surgimento de novos bairros (Silva; Castriota, 2018).

A extração mineral e a indústria metalúrgica ainda fazem parte das principais fontes de renda do município, destacando-se a mina de Casa de Pedra, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Mina de Fábrica (incorporada à Vale S.A.), a Mina Viga e a antiga Ferrous Resources do Brasil (também incorporada à Vale) e a usina siderúrgica da Gerdau Açominas indústria (Congonhas, 2021).

---

<sup>17</sup> O Rio Maranhão tem origem no rio Bananeiras, cuja nascente fica a 1.060 metros de altitude na Serra do Espinhaço, em Conselheiro Lafaiete/MG. Bananeiras e Maranhão formam um só rio e seu deságue acontece no Rio Paraopeba, na divisa de Congonhas com o município de Jeceaba/MG. Um dos fatores que impulsionaram a ocupação territorial de Congonhas no século XVII foi a descoberta de ouro no Rio Maranhão (ARAÚJO, 2021).

Como resultado da extração mineral, Congonhas desfruta de uma situação econômica bastante confortável em comparação com o total de municípios do país, especialmente em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Segundo o IBGE (2019), o PIB de Congonhas atingiu o valor de R\$ 1.646.173.880,00 em 2017, resultando em um PIB per capita de R\$ 30.573,59 (trinta mil, quinhentos e setenta e três reais e cinquenta e nove centavos). Desse montante, R\$ 491.562.200,00 (quatrocentos e noventa e um milhões, quinhentos e sessenta e dois mil e duzentos reais) foram provenientes da indústria, sendo predominantemente representada no município pelas empresas mineradoras (Araújo, 2021).

De acordo com o IBGE, (2010), no período entre 2000 e 2010, o crescimento populacional de Congonhas foi equivalente a 17,60% em Minas Gerais e 09,53% no Brasil. Já na década seguinte, entre 2000 e 2010, o crescimento populacional em Congonhas foi equivalente a 17,60% em Minas Gerais e a 12,34% no Brasil, demonstrando um crescimento populacional superior à do Estado e do País nesse período (IBGE, 2010). Mas, de acordo com Souza (2015), é importante ressaltar que a produção minerária cresceu significativamente no Brasil nesse período e, especificamente, em Congonhas e seu entorno imediato, justificando, dessa forma, o crescimento populacional averiguado.

O setor de serviços, que engloba não apenas o turismo, mas também outros segmentos, contribui com um montante significativo para a economia de Congonhas, totalizando R\$ 577.510.580,00 (quinhentos e setenta e sete milhões, quinhentos e dez mil, quinhentos e oitenta reais), conforme dados do IBGE de 2019. Essa cifra supera a arrecadação proveniente da indústria, indicando a relevância do desenvolvimento desse setor para a economia local. Embora esse valor não seja exclusivamente proveniente de atividades turísticas, evidencia a importância do turismo na exploração do Patrimônio Histórico da cidade (Araújo, 2021).

O turismo em Congonhas é predominantemente focado em suas ricas áreas histórica e religiosa. Seus principais pontos turísticos estão concentrados no Núcleo Histórico, que abrange a Basílica do Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, a Romaria, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, o Museu da Imagem e Memória e o Museu de Congonhas. Além disso, o Parque da Cachoeira destaca-se como um destino para o turismo ecológico na região. Antes de se tornar conhecida como a "Cidade dos Profetas" de Aleijadinho, Congonhas já era um importante centro de peregrinação, especialmente devido ao Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, que atrai anualmente milhares de fiéis (Araújo, 2021).

O Turismo cultural também é um ponto forte de Congonhas, visto que a cidade faz parte do Circuito do Ouro, que é um conjunto de cidades cuja história está ligada à mineração de ouro, como Ouro Preto, Mariana, Sabará e Ouro Branco (Araújo, 2021). Nas Figuras 17 e 18 tem-se o núcleo histórico de Congonhas, um grande atrativo turístico-cultural do município.

Figura 17: Núcleo histórico de Congonhas



Fonte: acervo pessoal da autora. 2023.

Figura 18: Centro histórico de Congonhas



Fonte: acervo pessoal da autora. 2023.

Congonhas faz parte do Quadrilátero Ferrífero, situado no centro de Minas Gerais e marca o limite ocidental da Mata Atlântica. Com vértices nas cidades de Belo Horizonte,

Santa Bárbara, Mariana e Congonhas, abrange uma área de 7.500 km<sup>2</sup>. Durante o ciclo do ouro, foi uma região aurífera de grande importância. Hoje, é a principal área de produção de minério de ferro no Brasil, fornecendo matéria-prima para as usinas siderúrgicas nacionais e grande parte da produção é destinada à exportação. Reconhecido internacionalmente, o Quadrilátero Ferrífero abriga diversos depósitos minerais valiosos, incluindo não apenas ferro e ouro, mas também urânio, manganês, alumínio (bauxita), calcário, entre outros (Ferreira, 2012).

A zona rural de Congonhas é composta principalmente por propriedades de pequeno a médio porte, onde são realizadas atividades agrícolas familiares em escala reduzida e criação de animais para subsistência. As culturas predominantes incluem milho, feijão e batata-inglesa, embora gerem um valor econômico limitado. Algumas propriedades são destinadas ao lazer, como pesque-pague, sítios e chácaras, frequentados pelos proprietários ou visitantes apenas nos fins de semana. Nas últimas décadas, no entanto, a expansão das atividades de mineração de ferro afetou diretamente o solo rural e as áreas próximas à zona urbana de Congonhas (Ferreira, 2012).

De acordo com dados do IBRAM<sup>18</sup> (2011), Minas Gerais contribui com 35% da produção mineral total do Brasil. O estado é líder na produção nacional de minério de ferro, sendo responsável por 70% das 350 milhões de toneladas produzidas em 2007. Além disso, destaca-se na produção de fosfato, ouro, tantalita, zinco e é o maior produtor mundial de nióbio. Em 2006, conforme informações da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, o setor mineral representou 35% do total das exportações do estado, equivalente a US\$ 5,98 bilhões, o que corresponde a 85% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual em 2007.

De modo geral, a região é fortemente influenciada pelas atividades minero-siderúrgicas, e o município de Congonhas está inserido nesse contexto. Empresas como CSN – Companhia Siderúrgica Nacional, Ferrous-Resources do Brasil LTDA, Vale S.A., Namisa – Nacional Minérios S/A, VSB – Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil e Gerdau S.A. são as principais responsáveis por grandes empreendimentos no Alto do Paraopeba. Os investimentos estão concentrados na expansão das minas, ampliação e instalação de usinas siderúrgicas, pelotização, mineroduto e na criação de um distrito industrial. Todos esses projetos envolvem uma área significativa do município de Congonhas (Ferreira, 2012).

---

<sup>18</sup> IBRAM é o Instituto Brasileiro de Mineração, uma organização nacional privada e sem fins lucrativos, que representa as empresas e instituições que atuam no setor mineral.

CSN, Ferrous e Vale representam as três principais empresas de mineração em Congonhas. A Vale, maior exportadora de minério de ferro do Brasil, estabelece o padrão de preços anuais para o minério, influenciando as negociações de outras empresas do setor. Segundo o boletim especial da CSN (CSN - Ano I, 2010), o projeto de expansão da Mineração Casa de Pedra teve um impacto significativo no desenvolvimento de Congonhas e da região do Alto Paraopeba. Esse projeto resultou na criação de mais de 20 mil empregos diretos e indiretos e em um investimento de aproximadamente 12 bilhões de reais no projeto (FERREIRA, 2012). A Figura 19 representa a dimensão da barragem da mina Casa de Pedra em relação a Congonhas.

Figura 19: Barragem da mina Casa de Pedra em relação à cidade de Congonhas



Fonte: correio brasiliense.

O crescimento da indústria de mineração em Congonhas desencadeou um aumento significativo na construção civil, levando muitos proprietários de imóveis a expandir e elevar os pavimentos de suas construções existentes. Como resultado, tornou-se comum na paisagem local a presença de prédios com quatro pavimentos, algo que anteriormente era menos comum. Além disso, houve um aumento no número de placas publicitárias e a construção de novos edifícios com materiais e tipologias diferentes, contribuindo para o adensamento urbano da região (Silva; Castriota, 2018). Associado aos fatores construtivos, é interessante atentar que a conservação do Patrimônio Histórico de Congonhas advém de recursos obtidos com a atividade mineradora, sob a forma de impostos (Araújo, 2021).

Entretanto, verifica-se que o crescimento populacional neste século não foi tão acentuado quanto em períodos anteriores, especialmente entre 1960 e 1990. De acordo com dados do IBGE, a população de Congonhas em 2010 era de 48.519 habitantes, dos quais mais de 97% residiam em áreas urbanas. Isso contrasta com pouco mais de 25 mil habitantes

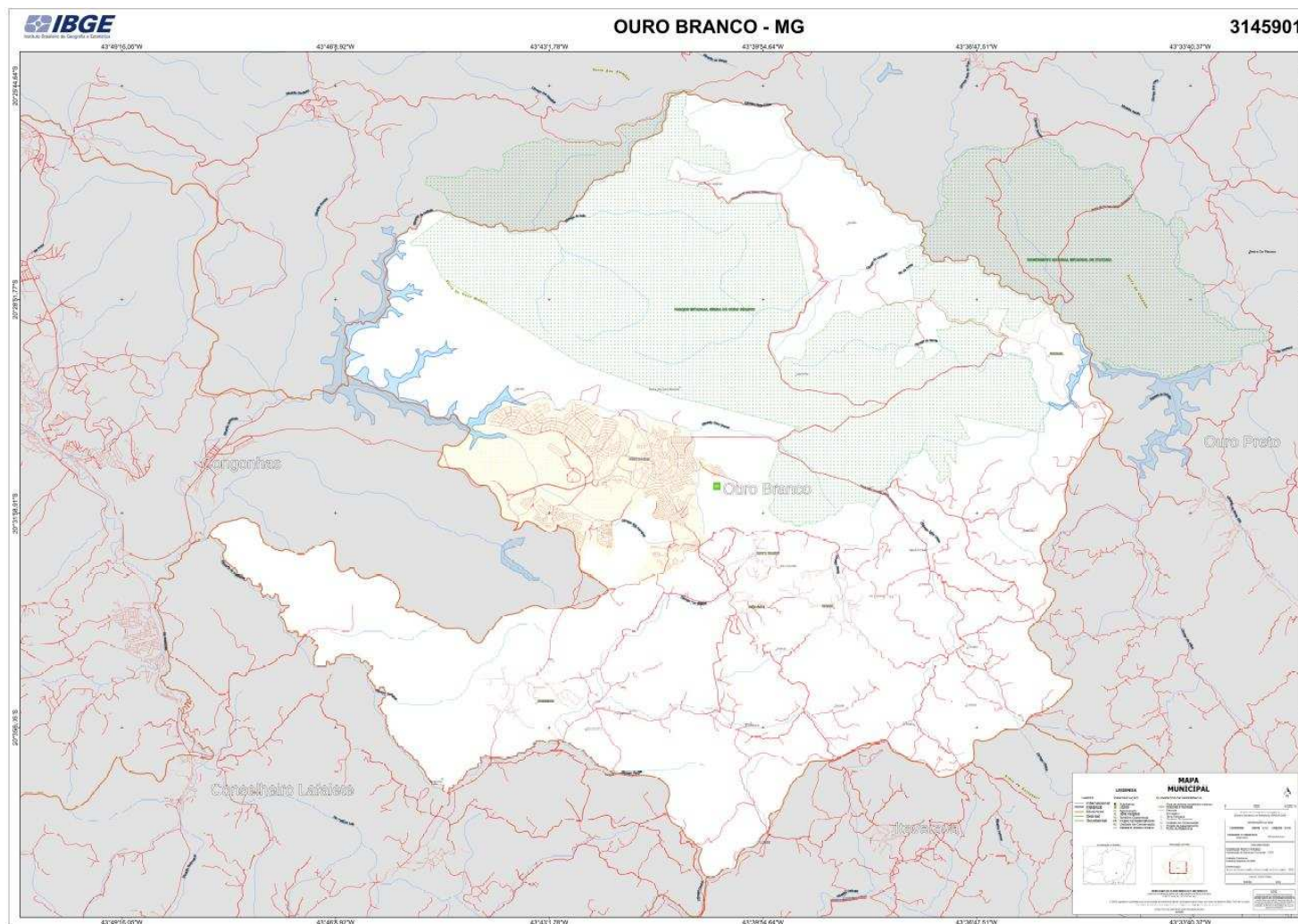
em 1981, representando um aumento de 192% em 29 anos. Em 2010, havia 14.076 domicílios permanentes, um número significativamente maior em comparação com as 200 unidades existentes no final do século XIX, evidenciando a expansão da ocupação no território de Congonhas ao longo do tempo (Silva; Castriota, 2018).

Tendo em vista as dinâmicas urbanas apresentadas no território de Congonhas, torna-se complexo classificá-la enquanto cidade média. O município apresenta alguns conceitos de cidades médias que foram citados anteriormente, porém ainda possui algumas características de cidades pequenas. Dessa forma, nesse estudo Congonhas será analisado como centro urbano emergente, em transição avançada para cidade média, e essa classificação é amparada pelos estudos de Silva (2019).

### **3.4. Ouro Branco**

Ouro Branco é a terceira cidade com maior população do arranjo, com 38.724 habitantes de acordo com o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, apresentando uma densidade demográfica de 149,6 habitantes por quilômetro quadrado. A cidade está localizada a 95 km da capital Belo Horizonte e a 32 km de Ouro Preto. As rodovias próximas e que cortam a cidade são: a MG-030, que liga a cidade à BR-040, caminho para Belo Horizonte e o Rio de Janeiro, e a MG-129, para Conselheiro Lafaiete e Ouro Preto. Tem-se, na Figura 20, a área da unidade territorial de Ouro Branco.

Figura 20: Área da unidade territorial de Ouro Branco



Fonte: IBGE Cidades. (disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ouro-branco>)

O município de Ouro Branco é notavelmente caracterizado pela imponente Serra de Ouro Branco, considerada o ponto de partida sul da Cadeia do Espinhaço. Essa cadeia de montanhas se estende por cerca de 1.100 quilômetros até a Bahia, apresentando uma variedade de altitudes ao longo de seu percurso. A presença desse marcante elemento natural é uma parte integral da paisagem da cidade, sendo visível de qualquer ponto devido à sua imponente altura.

Figura 21: Serra de Ouro Branco



Fonte: autoria desconhecida.

A economia do município já girou em torno da mineração do ouro e do cultivo de uva e batata, porém desde a década de 1970, com a implantação da Aço Minas Gerais S.A. (atual Gerdau), a principal responsável pela economia é a indústria (Ouro Branco, 2021). O PIB per capita de Ouro Branco no ano de 2021 foi de R\$219.860,00, o IDHM em 2010 foi de 0,76 e o salário médio mensal de 2021 foi de 3,8 salários mínimos.

A ocupação do território onde Ouro Branco está localizada começou no final do século XVII, atraída pela mineração de ouro, já que era a última parada antes de se chegar às minas, na Estrada Real que ligava o Rio de Janeiro a Ouro Preto (Ouro Branco, 2021). No entanto, com a decadência da mineração o comércio e a agricultura emergiram como sustentáculos do povoado, impulsionados pela passagem de tropas que seguiam do Rio de Janeiro em direção a Vila Rica pelo antigo caminho real. O núcleo transformou-se em um local de trânsito e estadia, com estabelecimentos comerciais, pousadas e oficinas instaladas em torno da Igreja da Matriz e ao longo da Estrada Real (Viana, 2018).

Em 1924, foi autorizada a criação do Complexo Siderúrgico da Açominas, como parte do Plano Siderúrgico Nacional desenvolvido pela Siderbras. Sua construção estava prevista para o Vale do Paraopeba, que corresponde à região dos municípios de Conselheiro Lafaiete, Congonhas, Ouro Branco, Belo Vale, Entre Rios de Minas, Jeceaba e São Brás do Suaçuí. No entanto, somente em 1966, ocorreu a constituição acionária da usina e, em 1976,

teve início efetivo a construção. Naquela época, segundo o Censo de 1970, Ouro Branco contava com 6.329 habitantes, sendo a maioria residente na zona rural (Viana, 2018).

Até 1976, o município de Ouro Branco não experimentou um crescimento econômico significativo, mantendo-se as atividades agrícolas e a indústria extrativista como os principais meios de subsistência local. Além da produção de batata inglesa, Ouro Branco cultivava milho, feijão, arroz, café, mandioca, banana e laranja, destinados principalmente aos centros consumidores de Belo Horizonte, Juiz de Fora, Barbacena e Conselheiro Lafaiete. Embora a indústria extrativista tenha desempenhado um papel relevante na economia do município, sua importância vinha diminuindo ano após ano (Ouro Branco, 2007).

O plano de instalação da Açominas na década de 1970 demandou uma expansão significativa da cidade preexistente, de origem colonial e infraestrutura limitada. O plano urbano elaborado visava atender, a curto prazo, uma população de 60.000 habitantes, com projeções de crescimento para cerca de 180.000 habitantes em duas décadas, sendo aproximadamente 90% desse aumento concentrado no novo núcleo urbano do município<sup>19</sup> (Viana, 2018). Esperava-se também um impacto substancial nos municípios vizinhos, particularmente em Congonhas e Conselheiro Lafaiete, pela localização em relação à planta industrial. Semelhante ao que ocorreu no Vale do Aço, previa-se a formação de um aglomerado urbano dinâmico, com interações significativas e complementares entre os municípios envolvidos (Costa; Costa, 1997).

Embora o plano inicial tenha visado integrar o núcleo urbano preexistente ao traçado dos novos bairros, observa-se que esse objetivo não foi plenamente alcançado após a conclusão da expansão. Isso se deve, em parte, a questões políticas e econômicas que impediram a empresa de atingir o crescimento esperado, resultando na não concretização do aumento previsto para a população. Apesar disso, ao longo dos anos, a cidade passou por significativas transformações, evoluindo de um vilarejo de origem colonial para um centro industrial. A instalação da usina provocou alterações na dinâmica espacial e social, com a chegada de novos moradores e uma reconfiguração do tecido urbano (Viana, 2018).

Viana (2018) destaca que a Serra de Ouro Branco serve como divisor de três importantes sub-bacias de grandes bacias hidrográficas do Brasil: a sub-bacia do Rio das

---

<sup>19</sup> Os parâmetros adotados para as projeções foram: tamanho médio da família igual a 5,2 pessoas; relação entre população inativa e ativa de 2,6; geração de 1,8 empregos indiretos para cada emprego direto; relação entre casados e solteiros igual a 2/3 (COSTA; COSTA, 1997).

Velhas e a sub-bacia do Rio Paraopeba, ambas pertencentes à bacia do Rio São Francisco, e a sub-bacia do Rio Piranga, integrante da bacia do Rio Doce. Essa região abriga uma vasta quantidade de nascentes e cursos d'água, que são responsáveis por fornecer toda a água consumida pela população de Ouro Branco. Consequentemente, a abundância de recursos hídricos foi um dos fatores determinantes na escolha do local para a implantação da usina, resultando no desenvolvimento da cidade entre as barreiras físicas representadas pela Serra de Ouro Branco e pelos córregos locais (Viana, 2018).

Apesar de a economia do município girar majoritariamente em torno da indústria, Ouro Branco vem se desenvolvendo no setor educacional também, pois abriga duas instituições de ensino superior: UFSJ (Universidade Federal de São João Del Rey) e IFMG (Instituto Federal de Minas Gerais), que atraíram um público jovem para o município. No entanto, essa população é considerada flutuante, pois não se estabelece na cidade após concluir os estudos. Isso ocorre porque nem todos os cursos oferecidos pelas instituições educacionais estão diretamente relacionados aos empregos disponíveis na usina siderúrgica local, que é a principal fonte de emprego na cidade.

Figura 22: Imagem aérea de Ouro Branco com a Serra de Ouro Branco ao fundo

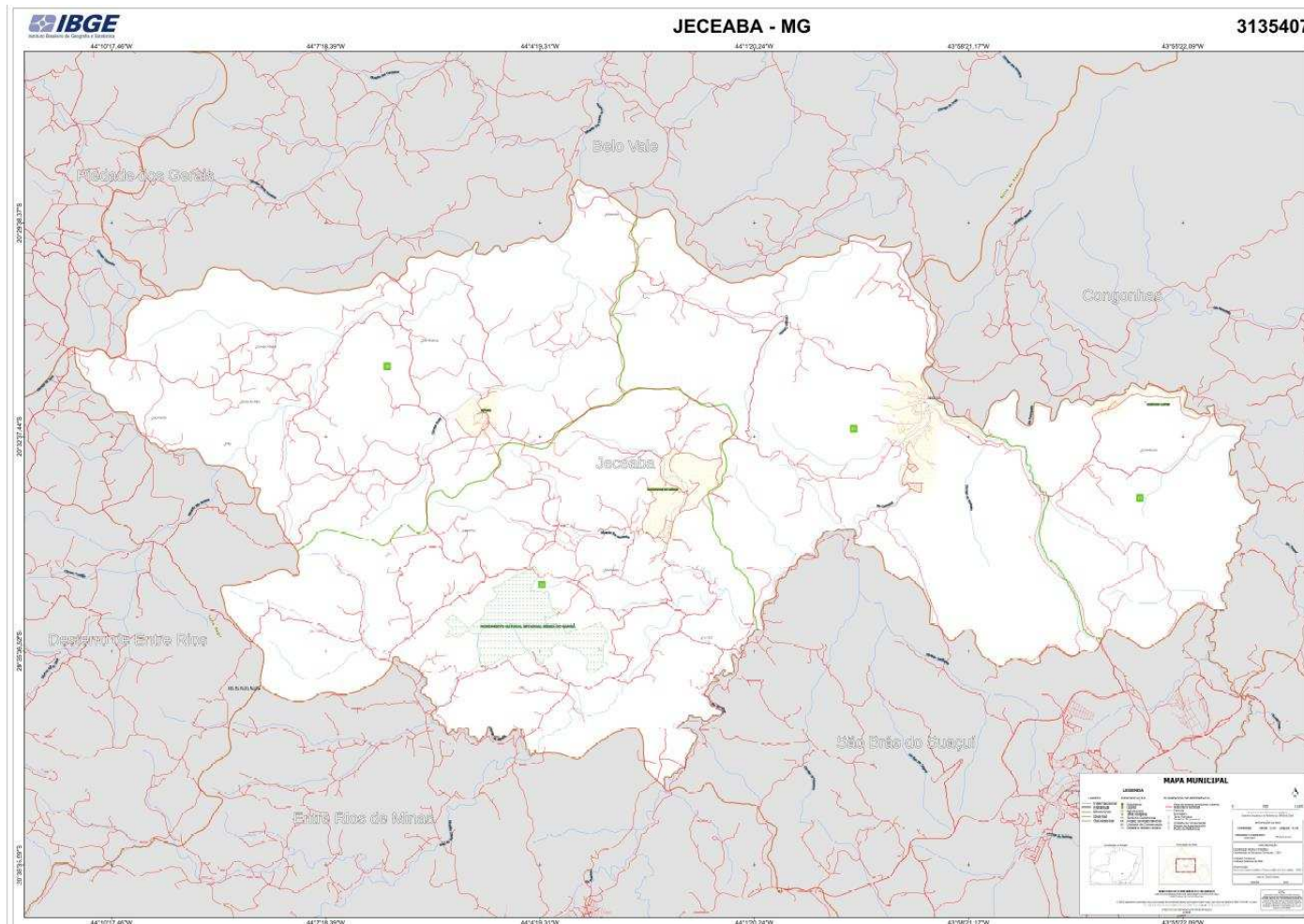


Fonte: Lucas Torisu. Sem data.

### 3.5. Jeceaba

Jeceaba é uma cidade pequena que faz parte do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete, com população de 6.197 habitantes no ano de 2022 (IBGE, 2022), densidade demográfica de 26,23 habitantes por quilômetro quadrado e localizada a 115 km da capital do estado. O PIB de Jeceaba foi de R\$147.812,00 em 2017, apresentando um IDHM de 0,66 em 2010 e salário médio mensal de 4,9 salários mínimos. Na Figura 23 observa-se a área da unidade territorial de Jeceaba

Figura 23: Área da unidade territorial de Jeceaba



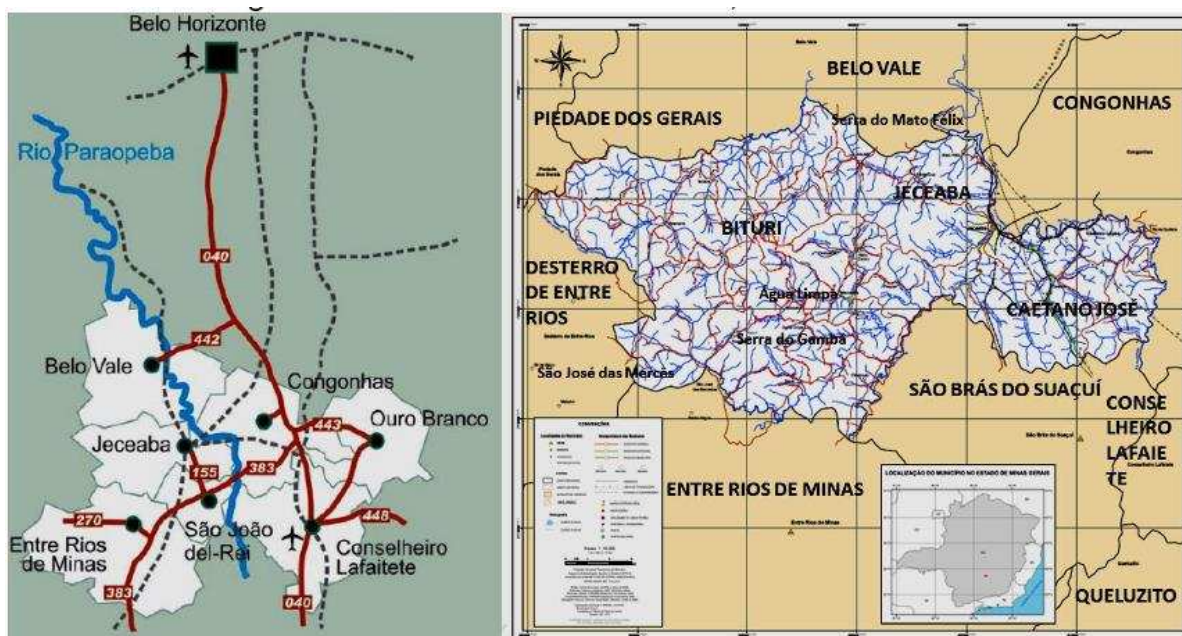
Fonte: IBGE Cidades. (disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/jeceaba>)

A cidade foi fundada no início do século XX, quando portugueses, italianos e espanhóis chegaram às terras para construção do Ramal Paraopeba da Estrada de Ferro Central do Brasil. Jeceaba começou a se desenvolver após a inauguração do ramal, que ligava o povoado de Conselheiro Lafaiete a Belo Horizonte (Jeceaba, 2021).

Enquanto ainda era um povoado, o primeiro nome de Jeceaba foi Camapuã, um termo indígena que significa 'o monte redondo'. Sua origem remonta aos anos 1910, quando chegaram os primeiros portugueses, espanhóis e italianos para a construção do ramal Paraopeba da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB). Naquele período, o povoado contava com apenas 30 casas. A construção do ramal desse trecho ferroviário foi lenta e trabalhosa, com montanhas sendo rasgadas manualmente, perfuração de pedreiras e remoção de entulhos por tração animal. Naquela época, a localidade ainda pertencia ao município de Entre Rios de Minas.

Na Figura 24 é possível analisar a localização de Jeceaba na sua região imediata, em que se observa que o município faz divisa com Belo Vale, Congonhas, Piedade dos Gerais, Desterro de Entre Rios, Entre Rios de Minas, São Brás do Suaçuí e Conselheiro Lafaiete.

Figura 24: Território de Jeceaba



Fonte: Prefeitura de Jeceaba (2020)

Após a inauguração do ramal Paraopeba da Estrada de Ferro Central do Brasil, que ligou o povoado de Camapuã a Conselheiro Lafaiete e, posteriormente, a Belo Horizonte, iniciou-se um período de maior desenvolvimento. Muitos autores atribuem o desenvolvimento de Jeceaba aos trabalhadores da construção da ferrovia. Além disso, era a

única estação ferroviária de uma ampla região agropecuária, o que facilitou a instalação de grandes estabelecimentos comerciais, especialmente atacadistas. Dessa forma, Jeceaba passou a contar com as maiores casas comerciais do município de Entre Rios de Minas, quando ainda era pertencente à localidade.

Entre os habitantes mais antigos de Jeceaba, muitos são ferroviários, incluindo portugueses, espanhóis e italianos, que se estabeleceram na localidade após a conclusão do ramal ferroviário. O ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil é uma referência para toda a região, pois foi pioneiro na ligação das cidades e povoados do Alto-Médio Paraopeba com Belo Horizonte e Conselheiro Lafaiete, alcançando posteriormente a cidade do Rio de Janeiro (BIBLIOTECA IBGE, 2018). Em Jeceaba, destaca-se um grande pontilhão ferroviário, que enriquece a paisagem e potencializa tanto a contemplação paisagística quanto as atividades de turismo de aventura vertical (Figura 25).

Figura 25: Imagem da cidade de Jeceaba com pontilhão ferroviário ao fundo



Fonte: autoria desconhecida. Disponível em:

<https://wikimapia.org/7957044/pt/Esta%C3%A7%C3%A3o-Ferrov%C3%A1ria-de-Jeceaba>

Jeceaba sempre se caracterizou por suas comunidades agrárias tradicionais, mas foi fortemente influenciada pela mineração e siderurgia proeminentes no Alto Paraopeba. Em

2007, a cidade recebeu o parque industrial da Mannesmann (Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil), o que trouxe novas perspectivas para o município e seu entorno.

A implementação desse parque industrial fez com Jeceaba apresentasse um dos maiores Distritos Industriais de Minas Gerais e recebesse diversos investimentos pela sua participação na siderurgia, visto que abriga em seu território a usina siderúrgica e fábrica de tubos de aço sem costura. As usinas são o segundo maior empregador da cidade depois da prefeitura, contribuindo com 70% da renda municipal (Jeceaba, 2021).

Para se compreender a magnitude do empreendimento, a área destinada à implantação do Distrito Industrial é de 11.872.120,00 m<sup>2</sup> (Minas Gerais, 2007a). Em comparação, a soma dos perímetros urbanos das sedes municipais de Entre Rios de Minas, Jeceaba e São Brás do Suaçuí, localizadas na área de influência do Distrito Industrial, totaliza 24.661.914,84 m<sup>2</sup>. Assim, a área de um único empreendimento equivale a quase 50% da soma das áreas dos principais núcleos urbanos da região.

Após a conclusão da construção do empreendimento da Vallourec, a região experimentou um período de maior desenvolvimento, alinhado com as possibilidades de uma urbanização desenfreada, impactando as cidades vizinhas. Contudo, devido à recessão econômica de 2015, o complexo industrial reduziu suas atividades e não opera mais em capacidade máxima.

De acordo com o IBGE, o município possui três estabelecimentos de ensino fundamental e uma escola de ensino médio (IBGE, 2021). Em relação à saúde, possui 6 estabelecimentos de saúde com atendimento do SUS e somente 47,7% de esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2010).

Jeceaba é classificada nesse estudo como uma cidade pequena, assim como Queluzito e São Brás do Suaçuí. Essa classificação se dá por apresentarem diversas características que foram apontadas na revisão de literatura (Capítulo 2).

### **3.6 Queluzito**

Queluzito é a menor cidade do Arranjo Populacional estudado, apresentando 1.770 habitantes no ano de 2022 e uma densidade demográfica de 11,53 habitantes por quilômetro quadrado, de acordo com o IBGE. A cidade está localizada a 118 km de Belo Horizonte e a 13km de Conselheiro Lafaiete. Em 2021 o PIB de Queluzito foi de R\$20.557,60, o IDHM

em 2010 foi de 0,682 e o salário médio mensal em 2021 foi de 1,7 salários mínimos. Observe na Figura 26 a área da unidade territorial de Queluzito.



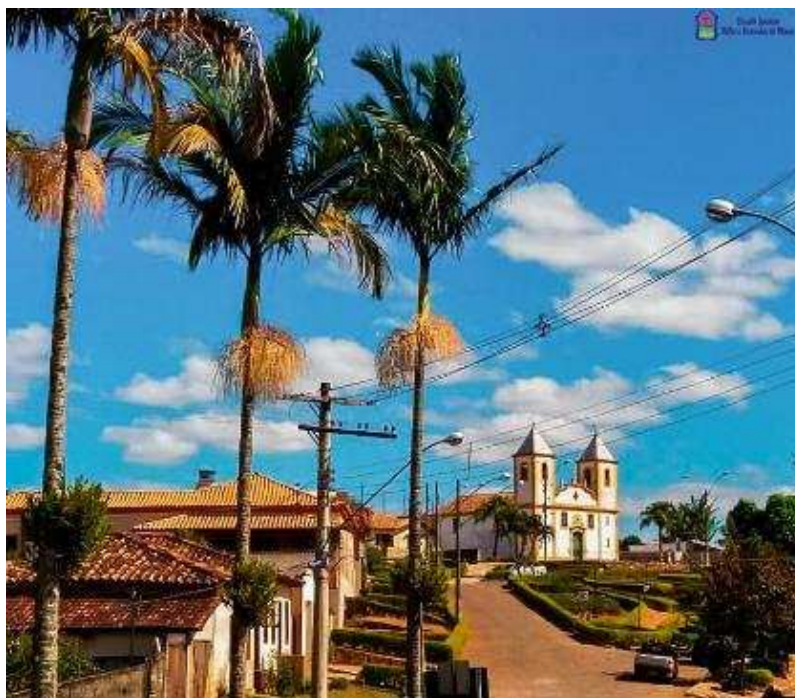
De acordo com estudos realizados pela equipe do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal de Juiz de Fora, foram confirmadas a presença de assentamentos indígenas na região nos séculos XI e XVI. No século XVIII o povoado começou a ser ocupado por bandeirantes que passavam pelo Caminho Novo da Estrada Real. Nesse período várias fazendas foram estabelecidas como entrepostos em meio à Mata Atlântica. Esta região foi descrita e documentada por importantes exploradores, como o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire e o médico alemão Georg Heinrich von Langsdorff, além de outros viajantes europeus a serviço das cortes imperiais que percorreram a área com objetivos científicos em diferentes épocas (Porto, 2012).

O povoado onde se iniciou a história da cidade foi fundado na primeira metade do século XVIII, com o nome de Santo Amaro do Camapuã, conforme registrado no Livro de Tombo da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Campo Alegre dos Carijós. Em 1830, o relatório do Termo da Villa Real de Queluz menciona que havia apenas cinco casas no local. O crescimento em torno da capela de Santo Amaro ocorreu somente nas primeiras décadas do século XIX, quando a região começou a se dedicar ao abastecimento agropastoril, com uma parte considerável de sua produção sendo vendida para São João Del Rei (Porto, 2012). O intenso crescimento comercial levou à elevação do povoado a freguesia de Santo Amaro de Camapuã em 1838 e seu crescimento é atribuído também por sua localização geográfica, visto que o povoado estava no caminho entre a antiga Villa Rica (Ouro Preto) e São João Del Rei (Queluzito, 2021).

Foi somente em 1943 que o distrito de Santo Amaro do Camapuã, então subordinado à Villa de Queluz (antigo nome de Conselheiro Lafaiete), recebeu a denominação de Queluzito, sendo elevada à categoria de cidade somente no ano de 1962 (Queluzito, 2021). A cidade apresenta edificações com características arquitetônicas ligadas ao início da sua construção, como se pode observar na Figura 27.

De acordo com o IBGE, Queluzito possui dois estabelecimentos de ensino fundamental e uma escola de ensino médio (IBGE, 2021). Em relação à saúde, possui um estabelecimento de saúde com atendimento do SUS e somente 47,9% de esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2010)

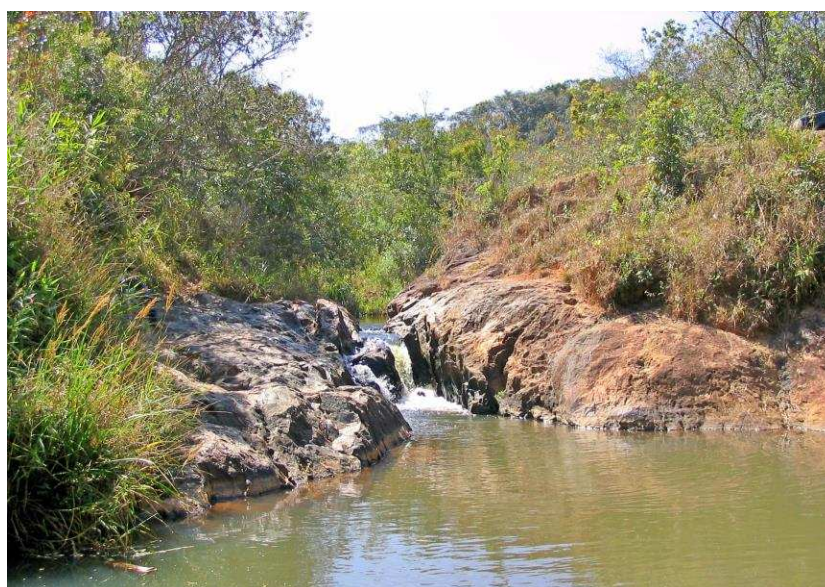
Figura 27: Praça de Santo Amaro em Queluzito, MG



Fonte: autoria desconhecida. Disponível em <https://villasefazendas.com.br/cidade/queluzito>

O município está localizado em uma extensão da Serra da Mantiqueira e a região é drenada pela bacia hidrográfica do Rio Paraopeba. A ampla zona rural possui potencial para o cultivo de madeiras de corte, bem como para atividades de ecoturismo, devido às diversas pequenas cachoeiras que podem ser visitadas, como a Cachoeira do Maciel (Figura 28). Uma das localidades na zona rural é conhecida como Serra dos Caixetas.

Figura 28: Cachoeira do Maciel, Queluzito MG



Fonte: Instituto Estrada Real. Disponível em <https://institutoestrada-real.com.br/tema/natureza/atrativo/cachoeira-do-maciel>

Queluzito, com seus atrativos históricos, geográficos e culturais, integra o Circuito Turístico Villas e Fazendas de Minas Gerais, criado em 2001. Esse circuito foi formado pela associação de oito municípios com identidades culturais, sociais e econômicas semelhantes, todos situados próximos às históricas cidades de Congonhas e Ouro Preto, exemplificando o turismo sustentável. Entre os destaques culturais de Queluzito estão a Congada, a Festa do Produtor Rural, as Folias de Reis, Folia de São Sebastião e Exposição Agropecuária de Queluzito, além de várias celebrações religiosas.

Figura 29: Fachadas de casarões antigos em Queluzito

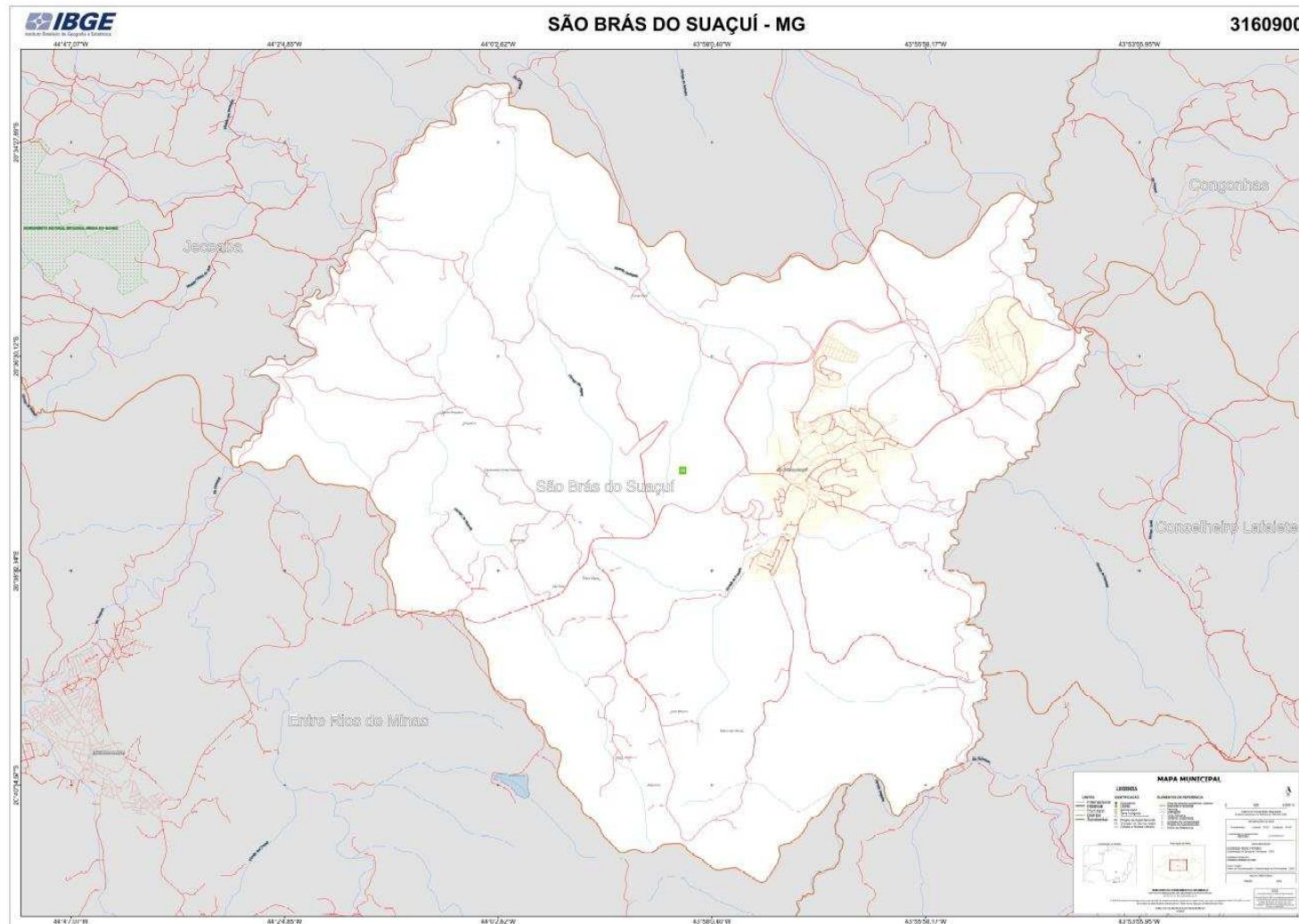


Fonte: acervo pessoal da autora. 2023.

### 3.7. São Brás do Suaçuí

São Brás do Suaçuí, está localizada a 105 km de Belo Horizonte e 32 km de Conselheiro Lafaiete. De acordo com o Censo do IBGE do ano de 2022, a cidade apresentou uma população de 3.989 habitantes e densidade demográfica de 36,26 habitante por quilômetro quadrado. Na Figura 30 é possível observar a área da unidade territorial de São Brás do Suaçuí.

Figura 30: Área da Unidade Territorial de São Brás do Suaçuí



Fonte: IBGE Cidades. (disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-bras-do-suacui>)

Foi fundada no século XVIII e foi distrito do município de Entre Rios de Minas até 1953, quando foi elevada a categoria de cidade (PREFEITURA DE SÃO BRÁS DO SUAÇUÍ, 2021).

A cidade conta com um posto de abastecimento de locomotivas localizado na Ferrovia do Aço, próximo à divisa do município de Jeceaba. Encontra-se em São Brás do Suaçuí um posto de compressão de gás, denominado como *City Gate*, de onde saem ramificações de gás natural para o Vale do Aço e para as principais minerações da região central do estado (PREFEITURA DE SÃO BRÁS DO SUAÇUÍ, 2021).

A economia da cidade é majoritariamente agrícola, com produção de carvão vegetal e plantio de eucalipto. O Produto Interno Bruto em 2021 foi de R\$ 21.354,17, o IDHM em 2010 foi de 0,66 e o salário médio mensal em 2021 foi de 1,9 salários mínimos.

De acordo com o IBGE, São Brás do Suaçuí possui uma escola de ensino fundamental e uma escola de ensino médio (IBGE, 2021). Em relação à saúde, possui um posto de saúde com atendimento do SUS e somente 47,9% de esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2010)

A cidade é conhecida na região pelo talento do seu povo para a música. A prefeitura, em parceria com a Gerdau Açominas, por meio de leis de incentivo à cultura, criou a Escola de Música de São Brás do Suaçuí, que desenvolve um trabalho consistente e contínuo de formação de músicos, através da execução de instrumentos musicais e do canto. Atualmente a escola apresenta aproximadamente 100 alunos, que formam um Coro de Câmara, uma Orquestra de Cordas, um Coro Infantil e uma Orquestra Infantil. Todos os cursos da escola são gratuitos.

Além de sua rica tradição musical, a cidade preserva um acervo de arquitetura no estilo barroco. A Igreja Matriz (figura 28), a Capela Monsenhor dos Passos (Figura 31) e o Casarão dos Herdeiros do Sr. José Campos (Figura 32) compõem a paisagem histórica de São Brás do Suaçuí. A cidade também é um atrativo turístico, especialmente no verão, quando as águas da pedreira atraem muitos visitantes em busca de frescor. A Fonte do Mato, localizada no centro da cidade, encanta os turistas com suas águas cristalinas.

Figura 31: Igreja Matriz de São Brás do Suaçuí, São Brás do Suaçuí



Fonte: acervo pessoal da autora. 2023.

Figura 32: Capela Monsenhor dos Passos, São Brás do Suaçuí



Fonte: autoria desconhecida. Disponível em: <https://guiadaestrada.com.br/2020/10/20/capela-monsenhor-dos-passos-sao-bras-do-suacui-mg/>

Figura 33: Casarão dos Herdeiros do Sr. José Campos, São Brás do Suaçuí



Fonte: autoria desconhecida. Disponível em: <https://institutoestradareal.com.br/cidades/sao-bras-do-suacui-mg/>

Figura 34: Fachadas de casarões antigos em São Brás do Suaçuí



Fonte: acervo pessoal da autora. 2023.

Agora que os seis municípios pertencentes ao Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete – Conselheiro Lafaiete, Congonhas, Ouro Branco, Jeceaba, Queluzito e São Brás do Suaçuí foram analisados e caracterizados individualmente, no próximo capítulo serão analisadas em conjunto as dinâmicas urbanas e sócio-espaciais decorrentes da interação entre esses municípios.

#### **4. DINÂMICAS SÓCIO-ESPACIAIS NO ARRANJO POPULACIONAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE E OS IMPACTOS NO ESPAÇO URBANO DOS MUNICÍPIOS**

No capítulo anterior cada município do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete foi caracterizado individualmente para que a partir desse estudo pudéssemos analisar o Arranjo como um todo e as dinâmicas decorrentes dessas inter-relações. A partir dessa análise inicial é possível relacionar as cidades do Arranjo Populacional estudado com os lugares tratados por Milton Santos (2006), que são industriais, de serviços, agropastoris, residenciais, entre outros. Dessa forma, percebe-se a

heterogeneidade do Arranjo, visto que cada lugar apresenta uma função e que existem relações de subordinação – em diferentes escalas – entre os municípios, mas ao mesmo tempo se observa outras importantes relações dentro do Arranjo, fazendo com que cada município se destaque em um quesito.

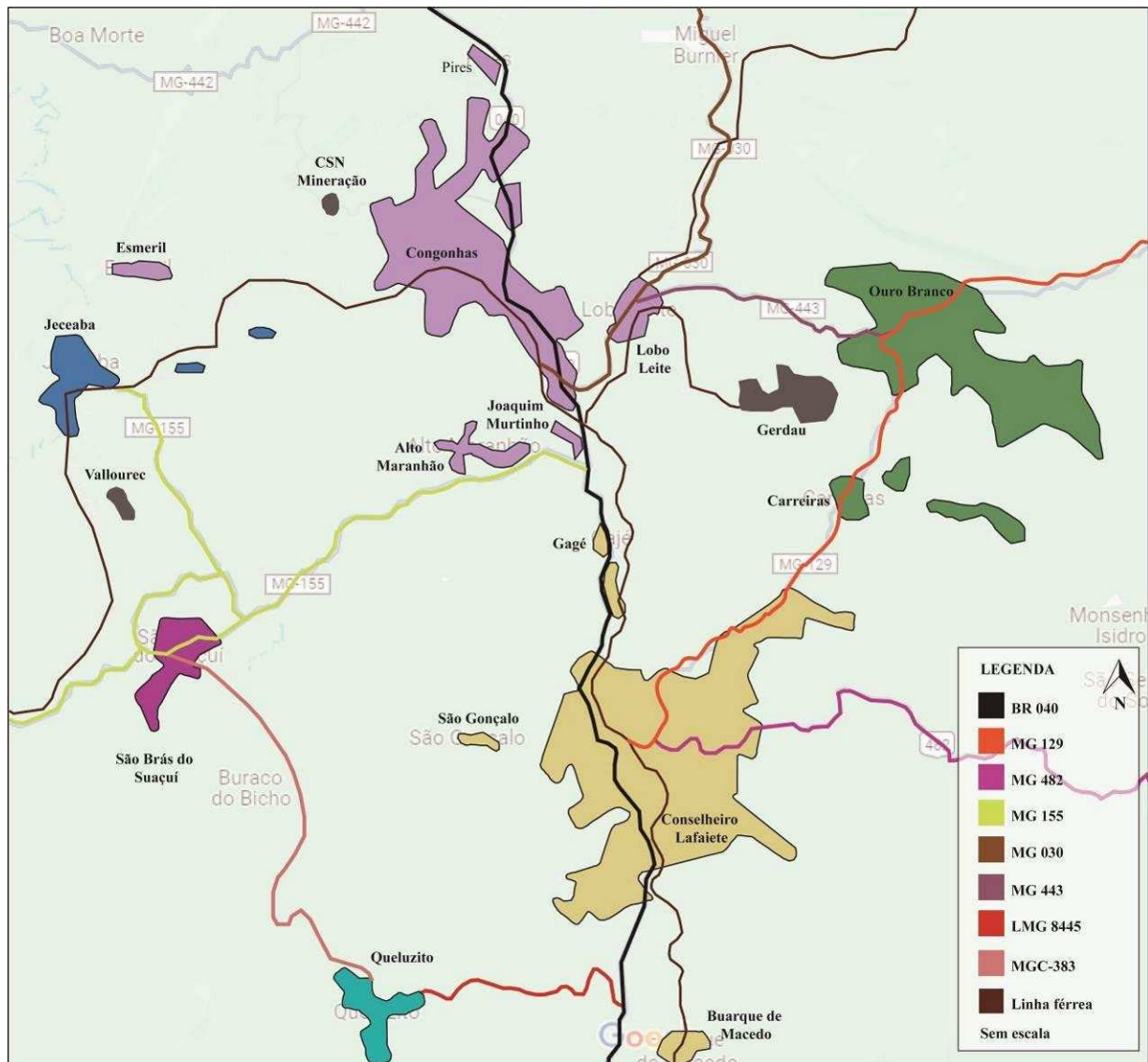
Sabendo que a articulação entre núcleos funcionalmente distintos gera fluxos de naturezas e intensidades diversas, os dados que serão apresentados neste capítulo serão analisados dentro do contexto do Arranjo Populacional, para que se possa compreender como determinados fenômenos influenciam ou alteram as dinâmicas urbanas regionais. A interação entre núcleos com especializações distintas e suas conexões cria uma complementaridade funcional, e sua análise permite determinar o nível de inserção de cada núcleo na rede urbana.

#### **4.1. Configuração socioeconômica dos municípios do Arranjo**

De acordo com o estudo do IBGE sobre os Arranjos Populacionais (2016), é importante refletir sobre esses espaços a partir das atividades econômicas e produtivas, visto que essas atividades estruturam a urbanização, e vice-versa, integrando os municípios em torno de um núcleo principal. Para isso, torna-se necessário entender quais atividades econômicas promovem a divisão territorial do trabalho, para que assim possamos compreender como a interação entre esses municípios se refletem no tecido urbano.

Na Figura 35 é possível observar a localização das áreas urbanas municípios pertencentes ao Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete e como acontece a ligação entre eles. O Quadro 02 apresenta as distâncias entre as sedes dos municípios para auxílio da compreensão da localização e da distância entre os municípios do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete. Observa-se que a distância mais longa entre municípios do Arranjo é entre Jeceaba e Queluzito, apresentando uma distância de 58 km, em contrapartida a distância mais próxima é entre Jeceaba e São Brás do Suaçuí, com 14km.

Figura 35: Manchas dos municípios do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete, com principais rodovias e linha férrea



Fonte: organizado pela autora (2024).

Quadro 02: Distâncias entre os municípios do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete

<b>Cidade A</b>	<b>Cidade B</b>	<b>Distância</b>
Conselheiro Lafaiete	Congonhas	24km
Conselheiro Lafaiete	Ouro Branco	21km
Conselheiro Lafaiete	Jeceaba	41km
Conselheiro Lafaiete	São Brás do Suaçuí	32km
Conselheiro Lafaiete	Queluzito	19km
Congonhas	Ouro Branco	24km
Congonhas	Jeceaba	21km
Congonhas	São Brás do Suaçuí	26km
Congonhas	Queluzito	41km
Ouro Branco	Jeceaba	47km
Ouro Branco	São Brás do Suaçuí	38km
Ouro Branco	Queluzito	42km
Jeceaba	São Brás do Suaçuí	14km
Jeceaba	Queluzito	58km
São Brás do Suaçuí	Queluzito	21km

Fonte: organizado pela autora (2024).

Como se pode observar na Figura 34, e complementada pelo Quadro 02, os municípios do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete apresentam distância máxima entre as sedes de 58 quilômetros de distância. Contudo é possível observar que existem pequenas localidades (distritos) mais próximas entre esses municípios. Sabe-se que áreas que dispõem de diversas conexões rodoviárias e que estão localizadas relativamente próximas são mais propensas a disseminar efeitos de polarização e fluxos de mercadorias e serviços. Apesar de a relação entre os deslocamentos pendulares e os meios de transporte ser abordada por diversos autores – como Rosa Moura (2005), os movimentos pendulares trazem também uma relação direta com a existência de espaços equipados de uma maior ou menor qualidade de infraestrutura urbana. Por isso torna-se

importante assimilar as atividades econômicas predominantes nessas localidades com o desenvolvimento urbano e adensamento populacional nesses espaços.

Entre o município de Congonhas e Jeceaba encontra-se o distrito de Esmeril, pertencente a Congonhas. É possível observar que a mineradora CSN também faz parte desse trecho, próxima ao distrito de Pires, também pertencente a Congonhas. O acesso entre Jeceaba e Congonhas acontece por meio da MG 155, que também interliga São Brás do Suaçuí a Conselheiro Lafaiete e a Jeceaba. No trecho da MG 155 que conecta São Brás do Suaçuí a Congonhas se observa o distrito de Alto Maranhão, pertencente a Congonhas. Por meio de análise do mapa também é possível constatar que o complexo industrial da Vallourec está localizado no trecho entre Jeceaba e São Brás do Suaçuí.

A rodovia que faz a ligação entre Queluzito e São Brás do Suaçuí é a MGC 383 e a rodovia que interliga Queluzito a Conselheiro Lafaiete é a LMG 8445, conectando Queluzito à BR 040 e assim permitindo o acesso a Conselheiro Lafaiete – sede – e Buarque de Macedo – distrito de Conselheiro Lafaiete. A MG 482 é uma rodovia que parte de Conselheiro Lafaiete e faz conexão com a Zona da Mata, sendo Itaverava o próximo município da rodovia.

No trecho Conselheiro Lafaiete – Ouro Branco – Congonhas temos as rodovias BR 040, MG 129, MG 443 e MG 030. O acesso de Conselheiro Lafaiete para Ouro Branco é feito por meio da rodovia MG 129, e no percurso entre as duas sedes municipais encontra-se o distrito de Carreiras, pertencente a Ouro Branco. Ouro Branco se conecta a Congonhas através da MG 443 e da MG 030, e encontram-se neste trecho o distrito de Lobo Leite, pertencente a Congonhas, e o complexo industrial da Gerdau, ocupando 80% do território de Ouro Branco. Já o acesso de Conselheiro Lafaiete para Congonhas acontece por meio da BR 040, importante rodovia radial brasileira que conecta os municípios do Arranjo à capital Belo Horizonte. No trecho entre Conselheiro Lafaiete e Congonhas encontram-se os distritos de Gagé, pertencente a Conselheiro Lafaiete, e Joaquim Murinho, pertencente a Congonhas.

Ao se analisar na Figura 35 a localização dos complexos industriais e mineradores mais importantes da região, e associado aos estudos do Capítulo 02, foi possível compreender que os principais norteadores do desenvolvimento tanto

econômico quanto demográfico do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete foram as mineradoras e as indústrias, para que a partir disso o setor terciário, relacionado a prestação de serviços, viesse a se desenvolver. Observa-se que a região em que o Arranjo está inserido sempre foi marcada pela produção de minério desde o Ciclo do Ouro, no século XVIII, e também foi transformada por outros ciclos estabelecidos ao longo dos séculos XIX e XX.

Monte-Mór (2001) compara a natureza da espacialidade ocorrida no Ciclo do Ouro nos séculos XVII e XVIII em Minas Gerais com a complexidade da indústria têxtil inglesa desenvolvida no mesmo período (ainda que esta tenha sido de natureza extrativa), visto que ambos os períodos resultaram no desenvolvimento de núcleos urbanos próximos às jazidas para a concentração de estruturas que, além de produtivas, eram voltadas ao controle econômico e social.

De acordo com Monte-Mór (2001) esse processo revolucionou a lógica em vigor até então no Brasil Colônia. A produção do ouro na rede urbana – que hoje é onde estão localizados os seis municípios pertencentes ao Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete – fizeram com que a agricultura e a pecuária se desenvolvessem como economias de apoio à atividade principal, aurífera e urbana. Monte-Mór (2001) demonstra em seu trabalho que, nesse período, além do espaço urbano ligado ao ouro, existiam diversas fazendas que produziam alimentos para consumo em áreas urbanas, articulados por diversas redes de caminhos. Dessa forma, percebe-se que essa relação de produção e troca beneficiou também a conformação de localidades voltadas ao apoio de tropeiros, que é o caso de Conselheiro Lafaiete – antigamente denominada de Arraial de Queluz, que levavam as mercadorias produzidas nas fazendas para os núcleos urbanos minerários. Também houve, nesse período, desenvolvimento do comércio e do artesanato e essas novas exigências sociais, econômicas e políticas diversificaram, conseqüentemente, as funções urbanas (MONTE-MOR, 2001). Esses são fenômenos que se prolongam até os dias atuais.

Um outro fator importante de se observar é que parte da área do Arranjo está localizada no Quadrilátero Ferrífero e que, com a produção do minério e o desenvolvimento industrial, estabeleceu-se uma cadeia produtiva que ofereceu à área

um expressivo potencial para a implantação de processos urbanos de grande porte – cini a industrialização e a urbanização, que aconteceram anos mais tarde. As alterações desses processos urbanos gerados pela industrialização e o desenvolvimento da urbanização das cidades, com fluxos migratórios intensos do campo para a cidade, modificaram a dinâmica territorial, não só da região como também a brasileira, e transformaram a reprodução das formas de trabalho.

Tem-se a implantação efetiva da Gerdau (antiga Açominas) no ano de 1970, que foi um importante impulsionador do desenvolvimento a partir desta década, assim como a mina de Casa de Pedra, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Mina de Fábrica (incorporada à Vale S.A.), a Mina Viga e a Ferrous Resources do Brasil (também incorporada à Vale). Já no ano de 2008 a instalação do parque industrial da VSM (Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil) trouxe novas perspectivas para o Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete.

Diante do exposto, observa-se que as atividades econômicas dessa nova fase do capitalismo promoveram a reestruturação do espaço urbano e da cidade em diferentes escalas, especialmente em função da produção de formas urbanas. Centros, eixos de desdobramento do centro, áreas funcionais, subcentros, são tecidos sobre a morfologia urbana que configuram a complexidade do lugar e fazem com que o espaço se demonstre simultaneamente fragmentado e articulado, trazendo à tona a importância dos estudos regionais (CORRÊA, 2004).

Na Tabela 01 é possível observar alguns dados importantes dos seis municípios pertencentes ao Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete que auxiliarão na compreensão de como esses processos industriais e da mineração impactaram nas dinâmicas urbanas do Arranjo.

Tabela 01: Dados referentes às cidades Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Jeceaba, Ouro Branco e Queluzito

Municípios	População			PIB per capita	IDHM
	2008	2022	% de crescimento	2021	2010
<b>Congonhas</b>	44.950	55.309	23%	73.709,50	0,75
<b>Conselheiro Lafaiete</b>	111.460	129.606	16,2%	23.881,55	0,76

<b>Jeceaba</b>	5.570	4.852	-13%	407.353,20	0,66
<b>Ouro Branco</b>	32.230	39.867	23,6%	219.860,00	0,76
<b>Queluzito</b>	1.852	1.943	4,9%	20.557,60	0,68
<b>São Brás do Suaçuí</b>	3.330	3.754	12%	21.354,17	0,66

Fonte: organizado pela autora (2024).

Os dados escolhidos para esta primeira investigação foram: crescimento da população, PIB per capita<sup>20</sup> de cada município e IDHM. Para análise do crescimento populacional o período escolhido para comparação foi dos anos de 2008 e 2022, por motivos de disponibilidade de dados e também porque o ano de 2008 foi o ano seguinte ao início da implementação do parque industrial da Mannesmann (Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil), marco importante para o Arranjo Populacional, e o ano de 2022 foi escolhido por serem os dados populacionais mais recentes do Censo Demográfico. O PIB per capita foi escolhido para se comparar, ainda que superficialmente, a economia dos municípios. Já o IDHM foi escolhido como parâmetro de análise por representar o desenvolvimento humano nos municípios, pautados por importantes marcadores: longevidade, educação e renda.

Constata-se que Congonhas e Ouro Branco apresentaram um percentual de crescimento de 23%, Conselheiro Lafaiete teve um aumento populacional de 16,2%, a população de São Brás do Suaçuí cresceu em 12%, Queluzito 4,9%, já Jeceaba teve um decréscimo populacional de 13%. Conforme apresentado na Figura 33, no período entre 2008 e 2022, a população de Minas Gerais teve um aumento de 3,5%, enquanto a população brasileira cresceu 7,1%, demonstrando que Congonhas, Ouro Branco e Conselheiro Lafaiete se destacaram no aumento populacional em relação às médias de crescimento no estado e no país (Tabela 02).

Tabela 02: Crescimento Populacional em Minas Gerais e no Brasil no período entre 2008 e 2024

	<b>2008</b>	<b>2022</b>	<b>% de crescimento</b>
--	-------------	-------------	-------------------------

<sup>20</sup> O PIB per capita é um indicador aproximado das efetivas condições de vida da população local. De acordo com a FJP (2019), o PIB per capita pode, muitas vezes, mascarar essas condições de vida, especialmente quando a distribuição funcional da renda é enviesada a favor dos rendimentos derivados da propriedade do capital e a sede da empresa se localiza em outro território.

<b>Minas Gerais</b>	19.850.072	20.539.989	3,5%
<b>Brasil</b>	189.612.814	203.080.756	7,1%

Fonte: elaborado pela autora (2024).

Ainda relacionado à Tabela 02, observa-se que São Brás do Suaçuí e Queluzito apresentaram os menores PIBs do Arranjo Populacional, enquanto Jeceaba apresentou o maior dentre as seis cidades do Arranjo. Jeceaba se destacou em relação ao PIB devido à presença da Vallourec em seu território, ainda que sua população tenha decrescido no decorrer dos anos. As três cidades pequenas apresentaram os menores valores de IDHM do Arranjo, fatores que sugerem um déficit de investimentos em educação e a baixa renda da população.

O que se pode elucidar com esses dados é que a economia ligada à indústria e os elevados valores referentes às arrecadações municipais relacionadas a esse setor alavancam o PIB das cidades de Ouro Branco e Jeceaba, por apresentarem grandes empreendimentos industriais em seu território. Por outro lado, Congonhas é fortemente marcado pela presença mineradora, mas a falta de arrecadações municipais faz com que o PIB desse município não se destaque no Arranjo.

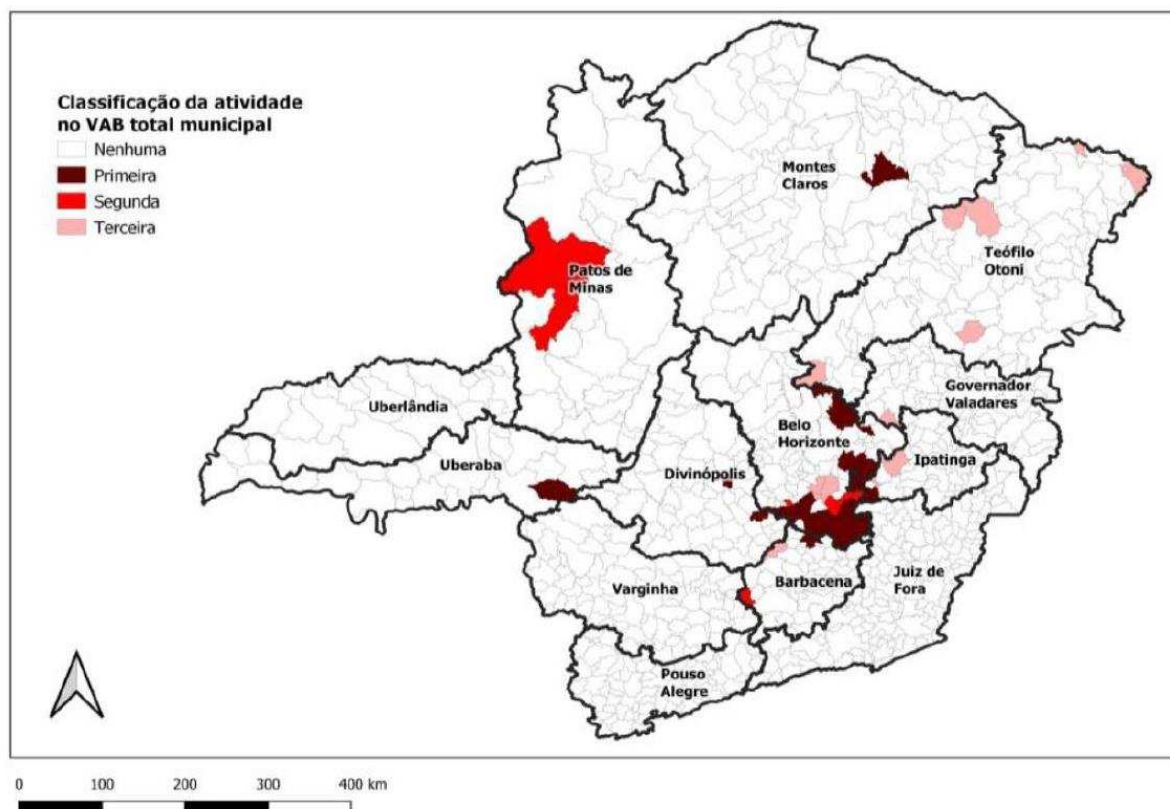
De acordo com a FJP (2019), em um estudo que explora as informações disponíveis sobre o Valor Adicionado Bruto (VAB) do setor industrial nos municípios do estado de Minas Gerais<sup>21</sup>, Ouro Branco e Jeceaba se destacaram entre as principais atividades econômicas locais no ano de 2016 – relacionadas à indústria de transformação. Nesse ranking, Ouro Branco se destaca pela produção metalúrgica.

Na Figura 36, em um mapa desenvolvido pela FJP, é possível observar os municípios em que a indústria é a primeira, segunda ou terceira atividade de maior valor adicionado bruto em 2016. Ouro Branco está inserida na primeira atividade de maior valor adicionado, juntamente com apenas outros 15 municípios em que a mineração é a principal atividade econômica. Esse mesmo estudo da FJP demonstra, ainda, que Ouro Branco e Jeceaba estão inseridos nos maiores valores do VAB total da indústria no

<sup>21</sup> Agrupados de acordo com dois critérios: Região Geográfica Intermediária (RGINT) e faixas populacionais.

município, demonstrando a relevância que esse setor econômico representa no Arranjo e até mesmo no estado.

Figura 36: Mapa da distribuição da atividade industrial em Minas Gerais - 2016

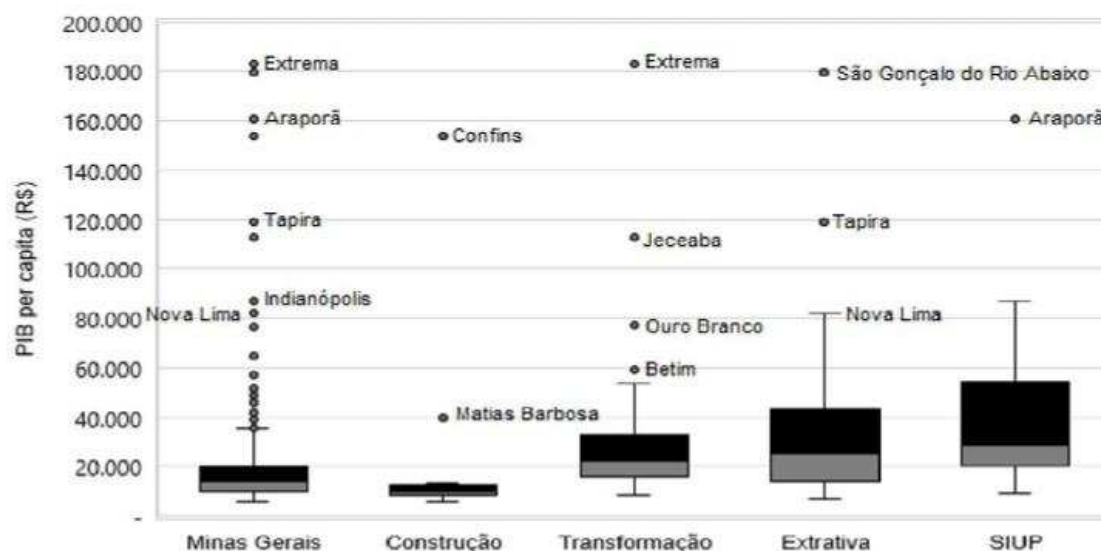


Fonte: FJP (2019).

A Figura 37, também desenvolvida pela FJP (2019), apresenta a distribuição da frequência para os valores do PIB per capita do conjunto de municípios de Minas Gerais e dos subconjuntos formados pelos municípios em que os grupamentos de atividade do setor industrial (extrativa, manufatura, construção e SIUP<sup>22</sup>) foram ranqueados como primeiro, segundo ou terceiro maior VAB setorial no município. Jeceaba e Ouro Branco se destacaram na indústria de transformação, entre as principais atividades econômicas locais.

<sup>22</sup> Serviços industriais de utilidade pública.

Figura 37: Distribuição do PIB per capita de onde as atividades de construção, transformação, extrativa ou SIUP foram a primeira, segunda ou terceira mais relevantes para a economia do município - com valores extremos - Minas Gerais - 2016



Fonte: FJP (2019).

O que se observa é que ainda que Conselheiro Lafaiete seja um polo comercial e de serviços do Arranjo, apresente a maior população e revele grande potencial de desenvolvimento, seu PIB foi equivalente ao PIB dos municípios de São Brás do Suaçuí e Queluzito. Esses dois municípios demonstraram uma taxa de crescimento populacional menor que Conselheiro Lafaiete, índices de IDHM baixos e são cidades sem capacidade imediata de resposta ao crescimento, visto que apresentarem uma infraestrutura urbana inadequada, conforme analisado no Capítulo 02.

Isso demonstra que arrecadação municipal advinda do setor industrial faz com que se eleve o PIB per capita, corroborando a afirmação da FJP (2019) de que esse indicativo pode mascarar as condições de vida devido aos rendimentos derivados da propriedade do capital e a sede da empresa estar localizada em outro território, já que Conselheiro Lafaiete demonstra uma melhor infraestrutura urbana, com maior oferta de estabelecimentos de educação, saúde e serviços, mais espaços públicos de lazer, maior acesso a transporte público, entre outros. Isso acontece porque as sedes dessas grandes

empresas estão localizadas em Ouro Branco e Jeceaba, porém é o município de Conselheiro Lafaiete que apresenta uma maior infraestrutura e oferta de serviços.

Desse modo, é possível interpretar que, a partir do capital da mineração e da siderurgia, existem outros segmentos que estão ligados a essa produção. Tem-se a prestação de serviços de apoio minero-siderúrgico, manifestados a partir de serviços de alimentação, deslocamentos – sejam eles de pessoas, de matéria prima ou até mesmo de maquinário, prestação de serviços como projetos, topografia, manutenção, entre outros. Grande parte desses serviços ocorrem em Conselheiro Lafaiete, demonstrando que a centralidade do município está ligada não somente à prestação de serviços relacionados ao comércio, varejo, saúde e educação.

Moura (2005) demonstra em seu estudo que a infraestrutura existente se apresenta como um importante requisito para o deslocamento dos indivíduos. A autora demonstra que as regiões brasileiras que apresentam maior intensidade nos movimentos pendulares correspondem a um grupo reduzido de regiões mais urbanizadas e industrializadas (MOURA, 2005).

Como analisado no capítulo anterior, a conformação de Conselheiro Lafaiete como um polo de serviços da região foi estabelecida na década de 1990 e demonstra que a produção industrial transforma a economia de toda a região em que está inserida. Observa-se que a concentração de empresas prestadoras de serviços no núcleo central de Conselheiro Lafaiete contribui para a configuração de uma centralidade urbana regional.

Desse modo, verifica-se um estímulo crescente na economia ligada à prestação de serviços, denominado como setor terciário. Villaça (2001) destaca que as áreas comerciais e de serviços são as que mais atraem deslocamentos humanos. Portanto, ao analisar cidades como Conselheiro Lafaiete, caracterizadas como cidades médias, é importante considerar que, além do fluxo de pessoas, os papéis dessas cidades como nós intermediários no território são definidos pelo número de serviços oferecidos. Esses serviços atendem não apenas à população local, mas também às pessoas das cidades vizinhas e da zona rural. Assim, essas cidades assumem um papel central na região, possuindo potencial para atender a uma ampla demanda de serviços.

Como mencionado anteriormente, as transformações ocorridas a partir dos anos de 1990 na região do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete, contribuíram para a configuração de um polo regional de comércio e serviços em Conselheiro Lafaiete. Na Tabela 03, com dados coletados pela FJP (2013), entre os anos de 2000 e 2010 Conselheiro Lafaiete teve um crescimento superior a 200% em seu Produto Interno Bruto. Ao se comparar com os outros municípios pertencentes ao Consórcio para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba - CODAP, Conselheiro Lafaiete possui o terceiro maior PIB, atrás de Ouro Branco e em patamares próximos ao de Congonhas. Vale mencionar que Queluzito não faz parte do CODAP e que Belo Vale e Entre Rios de Minas não fazem parte do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete.

Tabela 03: Produto Interno Bruto (R\$ mil correntes) dos municípios do Alto Paraopeba

<b>Município</b>	<b>2000</b>	<b>2005</b>	<b>2010</b>
Belo Vale	17.668,00	31.098,90	54.930,10
Congonhas	197.764,80	490.123,70	1.319.755,00
Conselheiro Lafaiete	303.290,80	618.245,20	1.054.077,70
Entre Rios de Minas	35.344,80	56.515,00	102.023,80
Jeceaba	10.266,40	17.537,00	75.948,70
Ouro Branco	530.218,40	1.576.613,80	2.193.209,90
São Brás do Suaçuí	22.379,80	61.227,30	76.343,90

Fonte: FJP (2013), organizado pela autora (2024).

O que se evidencia com esse quadro é a força da produção siderúrgica na composição do PIB total do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete. Ainda assim é necessário pontuar alguns fatores, como por exemplo o fato de a Gerdau estar instalada na divisa dos municípios de Ouro Branco e Congonhas, fazendo com que haja uma divisão dos impostos referentes às três instâncias: municipais, estaduais e federais (GERDAU, 2007).

De acordo com a Gerdau (2007), entre os anos de 2000 e 2010 ocorreram diversos investimentos na indústria, como a conclusão de um laminador e a construção

de um alto forno. Essas obras tiveram seu ápice no ano de 2005 e geraram mais de 10 mil postos de trabalho, recebendo investimentos na ordem de US\$1,5 bilhões. Todo esse contexto influenciou no aumento do PIB de Ouro Branco durante esse período.

O que se observa é que a cidade capitalista traz consigo diversos processos sociais, em que a acumulação de capital e a reprodução social possuem importância básica. Estes processos apresentam uma distribuição espacial a qual constitui a organização espacial urbana, em que geram funções e formas espaciais, criam atividades e suas materializações (CORRÊA, 2001), como se pode ver nos municípios estudados.

Como a construção da Vallourec & Sumitomo Tubos em Jeceaba ocorreu em 2011, e os dados da tabela são de 2010, não se tem informações relacionadas ao início das operações da VSB. Já em relação a Conselheiro Lafaiete, é interessante observar que o município não apresenta empreendimentos de grande porte relacionados à mineração e à siderurgia, diferente de Congonhas e Ouro Branco, visto que atualmente a mineração de manganês no município não desenvolve um papel importante na economia, e ainda assim demonstrou um PIB elevado comparado à região.

De acordo com dados da FJP (2013), a extração mineral correspondeu, no ano de 2010, a apenas 1,83% do valor arrecadado em Conselheiro Lafaiete. Mais uma vez torna-se evidente a relevância do comércio no município, tanto varejista quanto atacadista, que, somados, corresponderam a 66,32% dos valores arrecadados em 2010. Mas, ainda assim, os serviços, frequentemente relacionados em Conselheiro Lafaiete como uma das bases da economia local, sobretudo em relação ao apoio à mineração e à siderurgia, caíram de um patamar na ordem de 30% na primeira década dos anos 2000 para 17,36% em 2010 (FJP, 2013).

Percebe-se que a instalação de projetos como a Gerdau (Ouro Branco) e a Vallourec Mannesmann (Jeceaba) em determinadas regiões trazem consigo impactos que alteram a estrutura do espaço em que estão inseridos, tanto nas relações socioeconômicas quanto nas questões urbanas. Desse modo, a operação desses complexos industriais cria novas relações e novas organizações espaciais, no que se diz respeito à funcionalidade que esses projetos exigem. Da mesma forma que surgem

novas oportunidades de mão de obra e trabalho, também se observa um processo de exclusão socioeconômica e sócio espacial em municípios como São Brás do Suaçuí, Queluzito e Jeceaba, demonstrados pelos baixos índices de IDHM, de saneamento básico, educação e saúde.

Tem-se também na economia dos municípios do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete a presença das instâncias municipais, vinculadas aos poderes Executivo e Legislativo. Nos municípios como Conselheiro Lafaiete, Ouro Branco e Congonhas, em que o capital está ligado seja à indústria ou à prestação de serviços, a arrecadação de impostos atinge valores significativos (FJP, 2019). Esse tipo de situação relacionada a arrecadações de impostos das instâncias municipais faz com que esses municípios demonstrem contínuos papéis na produção de espaços, em que se observa urbanização de assentamentos precários, requalificação de núcleos centrais, processos de regularização fundiária, entre outros. De acordo com a Cedeplar, essa arrecadação é considerável a partir do ano de 2005 e também se nota um crescimento da instância estatal municipal em Jeceaba, principalmente após a instalação da Vallourec (CEDEPLAR, 2010).

Esses investimentos na indústria, pensados e programados segundo uma perspectiva global, criam e reestruturam inúmeras e complexas redes geográficas das quais a rede urbana é a expressão mais contundente. O que se observa no Arranjo é uma rede urbana que sofre os impactos da globalização e que cada um dos seus municípios, por menor que seja, participa, ainda que não exclusivamente, de um ou mais circuitos espaciais de produção, produzindo, distribuindo ou apenas consumindo bens, serviços e informações que, crescentemente, circulam por intermédio da efetiva ação dessas corporações que são globais (CORREA, 1999).

Após a análise dos dados populacionais e econômicos, a seguir iremos analisar os impactos dessas grandes indústrias no tecido urbano dos seis municípios do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete, começando a análise por Conselheiro Lafaiete, a seguir por Congonhas, Ouro Branco, Jeceaba, São Brás do Suaçuí e Queluzito. O período de tempo para análise foi nos anos de 2004 e 2024, visto que o ano de 2004 é a data mais antiga disponível de imagens de satélite no Google Earth.

## **4.2. Os impactos da indústria e da mineração nos aspectos espaciais dos municípios do Arranjo**

Quando se descreve a dinâmica urbana a partir dos fenômenos da urbanização, da industrialização (e, nesse caso, insere-se a mineração também) e das teorias que explicam a distribuição e localização das atividades, evidencia-se uma visão majoritariamente econômica e regional. Contudo, ao se tratar de mobilidade urbana e movimentos pendulares, fatores que fizeram agrupar os seis municípios estudados em um mesmo Arranjo Populacional, as decisões individuais abrangem também parâmetros e combinações de fatores que estão relacionados com a organização social do espaço e com a estrutura urbana, juntamente com fatores pessoais e sociais, que caracterizam uma perspectiva mais demográfica.

Sabe-se que a pendularidade não está necessariamente ligada à oferta de infraestrutura, pois existe a influência de outros fatores que podem induzir a intensidade e direção de movimento populacional. Existem características específicas em cada região que apresentam maior ou menor estímulo aos deslocamentos regulares para trabalho e/ou estudo, observado muitas vezes por uma forte necessidade de mão de obra nos setores terciário e secundário, como é o caso dos municípios do Arranjo, em outras vezes com forte presença no trabalho agrícola.

Não iremos adentrar na perspectiva pessoal/individual dos movimentos pendulares, visto que não utilizamos o procedimento metodológico da entrevista nessa pesquisa, e como analisamos anteriormente as atividades econômicas predominantes desses municípios e suas estruturas urbanas, nesse item iremos analisar as mudanças no tecido urbano das seis cidades pertencentes ao Arranjo, no período entre os anos de 2004 e 2024, para compreender a relação entre a configuração espacial e os movimentos pendulares.

Inicialmente, analisaremos Conselheiro Lafaiete nesses dois períodos. As Figuras 38 e 39 apresentam duas vistas aéreas da cidade, em 2018.

Figura 38: Área central de Conselheiro Lafaiete



Fonte: Vertente das Gerais, 2018.

Figura 39: Vista aérea de Conselheiro Lafaiete



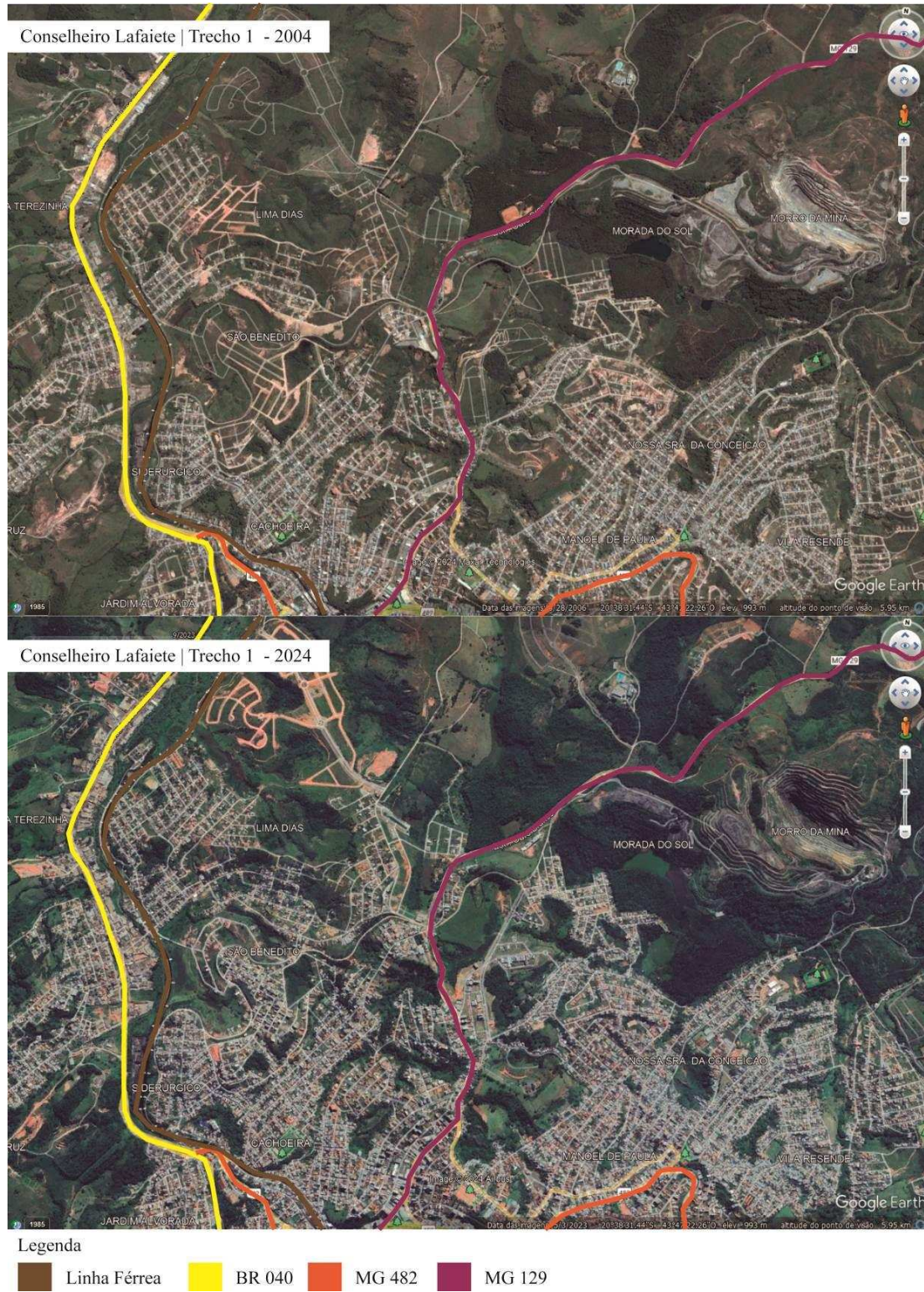
Fonte: autoria desconhecida.

Nas análises feitas a partir dos mapas, a cidade foi dividida em quatro trechos para que as observações pudessem ser feitas de maneira mais minuciosa.

Tem-se, na figura 36 a BR 040 representada pela linha amarela – que interliga Conselheiro Lafaiete a Congonhas e que no entroncamento conecta também a Jeceaba e a São Brás do Suaçuí – e a linha férrea pela linha marrom. Nas imagens podemos observar, à esquerda da BR 040, o bairro Santa Terezinha na parte norte da figura e o bairro Jardim Alvorada na parte sul da figura. À direita da linha férrea têm-se os bairros Lima Dias, bem próximo à saída norte da BR 040 que dá sentido a Congonhas, e os bairros São Benedito, Siderúrgico e Cachoeira. A linha rosa representa a MG 129, que conecta Conselheiro Lafaiete a Ouro Branco. À direita da MG 129, tem-se os bairros Morada do Sol, Nossa Senhora da Conceição, Manoel de Paula e Vila Resende.

Na Figura 40 que representa o trecho no ano de 2024 é possível observar um relevante aumento da ocupação em todos os bairros. Próximo ao bairro Lima Dias percebe-se o desenvolvimento de um novo loteamento, tornando-se o último bairro da cidade na extensão da BR 040 no sentido do município de Congonhas. No ano de 2004 já havia uma projeção para esse loteamento, mas observa-se que no ano de 2024 ele se encontra no processo de abertura de vias e divisão das glebas.

Figura 40: Vista aérea do trecho 1 da mancha urbana de Conselheiro Lafaiete nos anos 2004 e 2024



Fonte: base do Google Earth, organizado pela autora. 2024.



Observa-se que nos bairros Lima Dias e São Benedito havia diversas ruas ainda no processo de pavimentação e muitos pedaços de terra não ocupados no ano de 2004. É evidente como a ocupação do solo cresceu nesses bairros no ano de 2024, assim como a ocupação dos terrenos com a construção de novas edificações e o adensamento de áreas que já eram bem ocupadas no ano de 2004.

O mesmo fenômeno é observável nos bairros Santa Terezinha e Siderúrgico, que também passaram por um processo de intensificação da ocupação territorial no decorrer desses 20 anos. Todos esses bairros - Lima Dias, São Benedito, Siderúrgico, Santa Terezinha - estão no prolongamento da BR 040 no sentido à capital do estado, demonstrando que esse é um forte vetor de crescimento na cidade. O bairro Cachoeira, localizado próximo à linha férrea, já era um bairro fortemente adensado no ano de 2004 e, ainda assim, é possível perceber um aumento da sua ocupação no ano de 2024. O mesmo acontece com alguns bairros já estabelecidos no município e que apresentam um grande interesse de adensamento pela população desde os primórdios da sua ocupação, como é o caso dos bairros Lourdes, Santa Efigênia, Campo Alegre e Nossa Senhora da Conceição.

Outro vetor de crescimento que se pode perceber na figura é a MG 129, que conecta Conselheiro Lafaiete a Ouro Branco. Os bairros Oscar Correa e Morada do Sol, que se encontram na saída para a MG 129, apresentaram um aumento da ocupação dos loteamentos que estavam pouco ocupados em 2004 e demonstraram forte adensamento no ano de 2024.

Já nos bairros Manoel de Paula, Boa Vista, Vila Resende e Nossa Senhora da Conceição não se observa grandes modificações. O bairro Bellavinha, localizado à direita do bairro Nossa Senhora da Conceição, apresentou um aumento na sua ocupação territorial e o surgimento de novas vias, demonstrando ser um bairro em desenvolvimento no município.

Na Figura 41 podemos observar um outro recorte de Conselheiro Lafaiete, representado pelo trecho 2. Tem-se os bairros São Sebastião e Carijós no prolongamento da BR 040 e estes são bairros que já apresentavam uma alta densidade de ocupação desde o ano de 2004, demonstrando não haver espaço para novas

edificações. O loteamento Vale das Tamareiras, também localizado no prolongamento da BR 040, demonstrou um início da ocupação dos seus lotes, ainda que seja um loteamento de alto padrão, com lotes atingindo o valor de 350 mil reais. Isso retrata que essa é uma região com alto potencial de expansão no município. Além da BR 040 ser um vetor de crescimento, observa-se nesse recorte da rodovia a presença de diversos empreendimentos no setor comercial e da educação, como o Mineirão - renomado mercado de atacado e varejo; dois centros universitários importantes para a cidade (a Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete e o Centro de Ensino Superior de Conselheiro Lafaiete) que abrigam dezenas de cursos de graduação e especialidades; o hotel Minas Platinum, que recebe diversos turistas, eventos corporativos e eventos; entre outros.

Com a qualificação dos meios de transporte e com o fácil acesso às rodovias – sejam elas estaduais ou nacionais, os consumidores estão dispostos a percorrer distâncias maiores, conseqüentemente, aumentando as áreas de abrangências de cidades médias como Conselheiro Lafaiete. Sposito (2007) afirma que

Do ponto de vista do mercado consumidor, as cidades médias continuam a desempenhar o papel de polos para os quais moradores de cidades menores e de áreas rurais estão dispostos a se deslocar para realizar o consumo de bens e serviços mais sofisticados do que aqueles a que tem acesso nas cidades de menor porte (SPOSITO et al, 2007, p. 49).

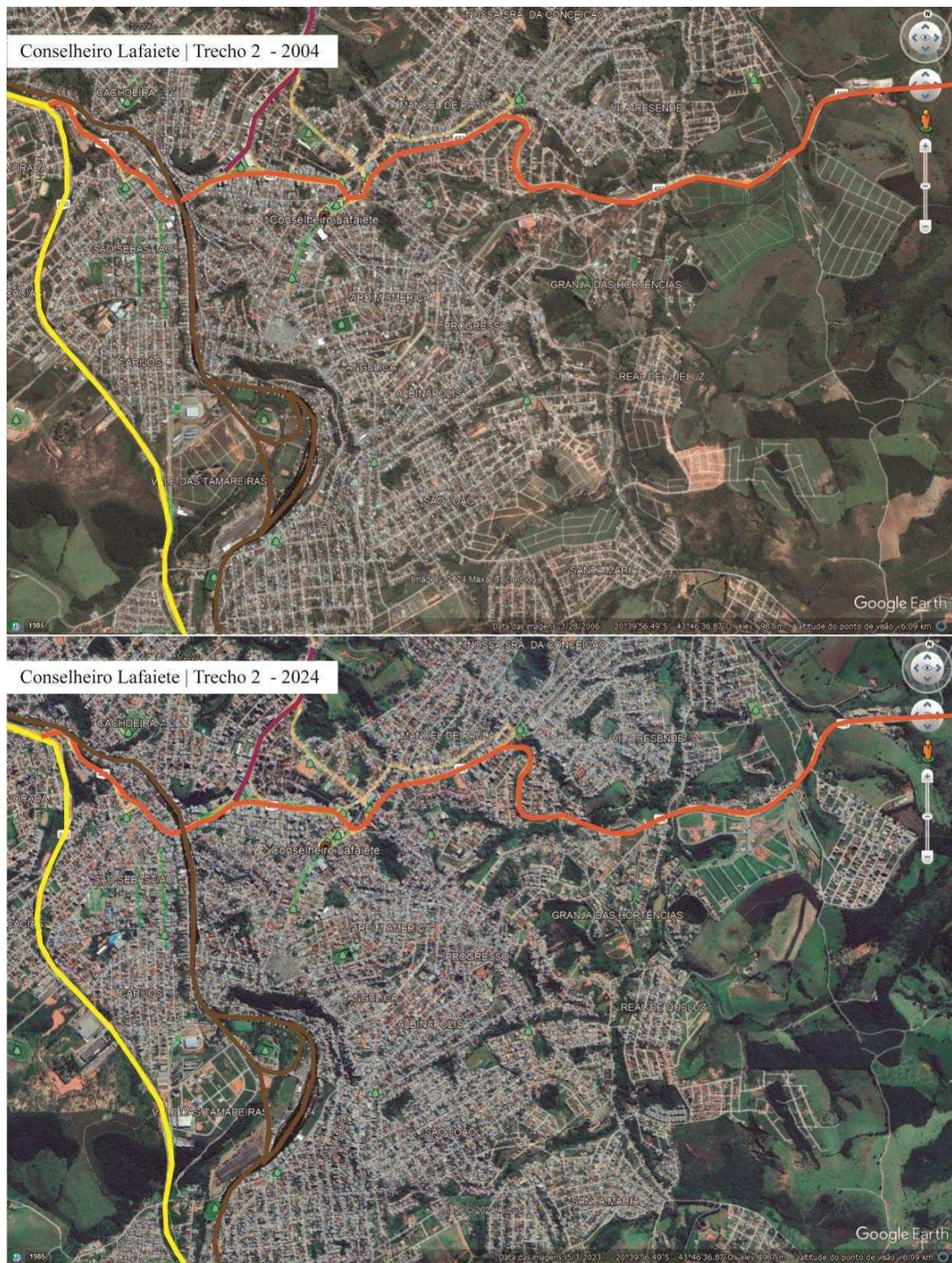
Também é possível observar um aumento da ocupação nos bairros Jardim América, Angélica e Albinópolis. Esses são bairros que já apresentavam um alto grau de adensamento, mas ainda assim observa-se um aumento. Esses bairros apresentam altos valores no metro quadrado, ficando abaixo somente da área central do município e dos condomínios/loteamentos de luxo - Granja das Hortênsias, Estiva e Vale das Tamareiras.

O bairro São João, localizado na parte sul da figura, também manifestou um aumento da ocupação, onde pode-se observar que em 2004 haviam diversos lotes vazios que em 2024 já estavam plenamente preenchidos. É um bairro em que o valor da terra é um pouco mais baixo, mas que se pode presenciar tanto construções com alto padrão de

acabamento quanto construções mais simples. Também é possível observar esse aumento do adensamento no bairro Real de Queluz, que até 2004 estava pouco ocupado e no ano de 2024 observa-se uma mudança do cenário.

Os bairros Quintas do Sol e Novo Horizonte, e os Condomínios fechados Granja das Hortênsias e Estiva, se encontram no prolongamento da MG 482, que dá saída para a Zona da Mata mineira. Constata-se pelas imagens que o Condomínio Granja das Hortênsias foi altamente ocupado nesse período. O Condomínio Estiva, localizado ao lado direito da Granja das Hortênsias, demonstra o início de seu desenvolvimento. Pode-se perceber que em 2004 havia somente o início do loteamento e em 2024, com apenas 1 ano do seu lançamento, já se observa o começo da ocupação nessa localidade. Essa intensidade da ocupação de condomínios de luxo demonstra que Lafaiete apresenta uma população com alto poder aquisitivo.

Figura 41: Trecho 2 da mancha urbana de Conselheiro Lafaiete nos anos 2004 e 2024



Legenda

- Linha Férrea
- BR 040
- MG 482
- MG 129

Fonte: base do Google Earth, organizado pela autora. 2024.

À direita do Condomínio Estiva, tem-se o bairro Vale dos Ipês, que em 2004 apresentava somente a pavimentação das ruas e demarcação dos lotes, e em 2024 já se encontra em quase total ocupação. Isso retrata que a MG 482 é também um forte vetor de crescimento da cidade, visto que além de conectar o município à Zona da Mata, conta com a presença da UNIPAC (centro universitário Universidade Presidente Antônio Carlos, que contém inúmeros cursos de graduação e pós graduação) e também constitui forte fator indutor de ocupação. Na parte sul da figura observa-se também uma importante ocupação dos bairros Santa Maria, Jardim do Sol e São José, com a presença de condomínios do Minha Casa Minha Vida. Na Figura 42 podemos observar uma maquete do Condomínio Estiva.

Figura 42: Imagem aérea de Conselheiro Lafaiete com montagem de maquete 3D do Condomínio Estiva



Fonte: autoria desconhecida. Disponível em: <[http:// https://jornalcorreiodacidade.com.br/noticias/29065-em-noite-memoravel-condominio-estiva-e-inaugurado-em-lafaiete](https://jornalcorreiodacidade.com.br/noticias/29065-em-noite-memoravel-condominio-estiva-e-inaugurado-em-lafaiete)>. Acessado em abril de 2024.

Na Figura 44 podemos observar o trecho 3, que demonstra com mais detalhes a parte sul de Conselheiro Lafaiete. Ao se analisar os bairros Paulo VI e Copacabana, localizados à esquerda da BR 040 e na saída da rodovia com sentido ao Rio de Janeiro e ao município de Queluzito, é possível observar que o Paulo VI já era um bairro altamente adensado em 2004 e que o bairro de Copacabana apresentou um elevado desenvolvimento da sua ocupação, com aumento da construção de novas edificações e abertura de vias e divisão de lotes. Esses são bairros muito próximos ao Distrito Industrial de Conselheiro Lafaiete, área que apresenta alta capacidade de desenvolvimento e que em 2023 foi prevista a instalação de 5 novas empresas na localidade.

Na parte sul da figura, à direita da BR 040 e margeando a linha férrea, encontram-se os bairros Santa Matilde (Figura 39), Parque dos Bandeirantes, São Lucas e Sion. Essa é uma região em constante crescimento no município e que fica evidente na figura como foi altamente adensada nesse período de 20 anos, entre 2004 e 2024. Essas são localidades que atraem uma população de classe média baixa e classe baixa, apresentando também alguns empreendimentos do Minha Casa Minha Vida. O bairro São José, assim como Santa Maria, mesmo demonstrando uma distância relevante da região central do município, são localidades que atraem a população de classe mais baixa por apresentarem preços menos elevados de aluguel e compra de imóveis e disponibilidade de transporte público, interligando os bairros com outras partes da cidade.

Figura 43: Vista aérea do bairro Santa Matilde

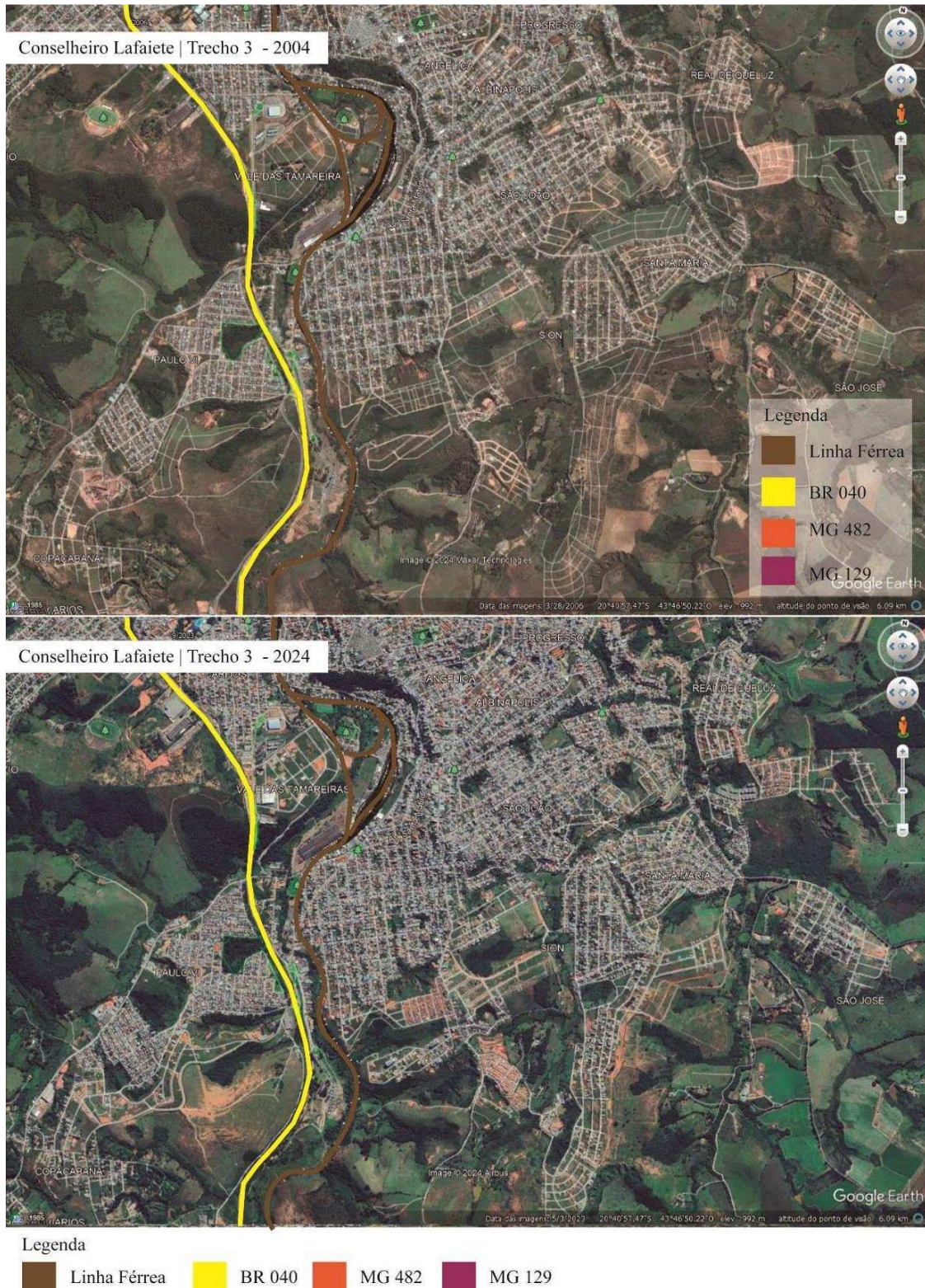


Fonte: autoria desconhecida.



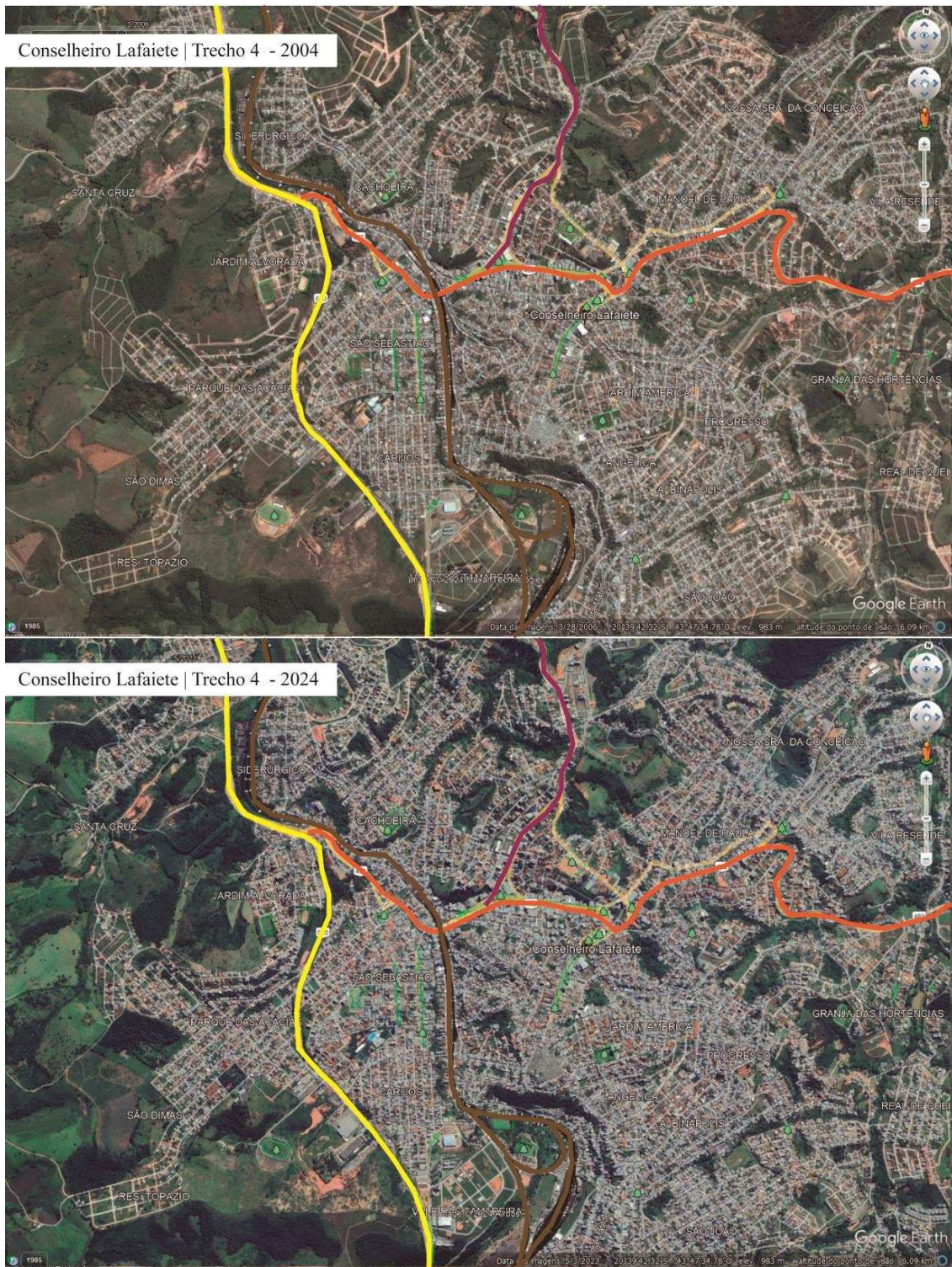


Figura 44: Trecho 3 da mancha urbana de Conselheiro Lafaiete nos anos 2004 e 2024



Na Figura 45 a seguir analisaremos o último trecho de Conselheiro Lafaiete, o trecho 4. O que se observa nesse trecho de Conselheiro Lafaiete é o aumento do adensamento dos bairros localizados às margens da BR 040, como Parque das Acácias, Jardim Alvorada, Santa Cruz e São Dimas. Fica cada vez mais evidente que a rodovia é um importante vetor de crescimento da cidade, visto que facilita a conexão com outros municípios da região e dá acesso a importantes cidades do contexto macrorregional, como Belo Horizonte e Juiz de Fora. Pode-se perceber que em 2004, no Parque das Acácias, havia somente as ruas e os lotes desocupados, e nesse espaço de tempo de 20 anos houve uma forte ocupação desses locais com novas edificações. O mesmo ocorre no Residencial Topázio, localizado na parte sul da figura, ainda que de forma mais lenta. O bairro Jardim Alvorada também demonstrou um aumento da sua densidade populacional.

Figura 45: Trecho 4 da mancha urbana de Conselheiro Lafaiete nos anos 2004 e 2024



Legenda

- Linha Férrea
- BR 040
- MG 482
- MG 129

Fonte: base do Google Earth, organizado pela autora. 2024.



Figura 46: Vista aérea de Conselheiro Lafaiete



Fonte: Vertente das Geraís, 2020.

Sabe-se que para que determinada localidade seja interessante sob a ótica de investimentos de capitais em diversas atividades, especialmente as terciárias, há necessidade de uma densidade de consumidores. Nesta perspectiva, Conselheiro Lafaiete apresenta-se como um espaço apropriado para destinação de investimentos, por intermédio do seu papel relacionado à oferta de bens e serviços aos habitantes de sua área de influência – os demais municípios do Arranjo Populacional.

Esse processo intensifica o papel de Conselheiro Lafaiete enquanto espaço de consumo, tanto local quanto regional, o que reforça a intermediação e a centralidade da cidade. Percebe-se, também, que devido às intensas mudanças no sistema de acumulação do modo capitalista de produção, há um aumento da sua importância no contexto regional pelos papéis desempenhados pelo município, como nós de intermediação das relações.

Nota-se, então, que a funcionalidade de Conselheiro Lafaiete enquanto centro de serviços terciários reafirma seu papel de cidade média. A influência que estas funções exercem sobre o espaço do Arranjo Populacional e até mesmo numa escala estadual são

características que acentuam e atualizam o papel de Conselheiro Lafaiete no Arranjo Populacional.

Essa análise sobre o tecido urbano de Conselheiro Lafaiete corrobora as análises de Sposito et al (2007), que demonstra o papel de Conselheiro Lafaiete como cidade média. Esse papel se afirma devido à reestruturação produtiva que o município sofreu, especialmente pelo processo de redistribuição espacial das atividades industriais (SPOSITO et al, 2007). Desse modo, Conselheiro Lafaiete foi beneficiada, visto que se tornou local de atração de indústrias e polo intermediário para o armazenamento e distribuição de produtos.

A seguir será analisado o crescimento cidade de Congonhas no período de 2004 a 2024. Para análise de Congonhas dividiu-se a cidade em 4 trechos: a sede do município e os distritos de Alto Maranhão, Lobo Leite e Pires. Primeiramente faremos a análise da sede do município de Congonhas (Figura 49). Antes de falar sobre o aumento da ocupação territorial em Congonhas é interessante observar como a mineração aumentou no período entre 2004 e 2024. Na parte superior à esquerda da figura fica evidente o relevante aumento da mancha da mineração. O que se observa é que os impactos da mineração se revelam tanto ambientalmente quanto na urbanização, já que se pode perceber a intensidade da ocupação do espaço próximo à área da mineração.

Percebe-se, na Figura 47, que em Congonhas o aumento do adensamento populacional não se deu tão intenso às margens da BR 040, como em Conselheiro Lafaiete. Percebe-se esse aumento às margens da rodovia na região sul da cidade, em que há tanto um aumento das edificações quanto a criação de novas vias e loteamentos, que já tem boa parte ocupada. Na parte norte da BR 040, à esquerda da rodovia e com sentido a Belo Horizonte, é possível observar também o início de um novo loteamento. Em relação à mancha urbana de Congonhas, pode-se perceber que houve um aumento do adensamento como um todo no município, não se notando nenhum importante vetor de crescimento, nem mesmo a CSN ou a BR 040.

As Figuras 48 e 49 são de Congonhas, uma evidenciando a proximidade da barragem com a cidade e a outra demonstrando a parte histórica do município.

Figura 47: Mancha urbana de Congonhas nos anos 2004 e 2024, Minas Gerais



Fonte: base do Google Earth, organizado pela autora. 2024.

Figura 48: vista aérea de Congonhas com a barragem da Casa de Pedra aos fundos



Fonte: autoria desconhecida.

Figura 49: Vista aérea de Congonhas



Fonte: autoria desconhecida.

Na Figura 50 observamos os distritos de Alto Maranhão e Joaquim Murtinho, localizados a sul do distrito sede de Congonhas. Joaquim Murtinho se apresenta bem próximo à BR 040 e à MG 155, demonstrando um leve aumento da ocupação do seu espaço no decorrer desses 20 anos. O que se pode interpretar com a análise dessas imagens é que não foi um aumento relevante, apresentando um crescimento sutil da ocupação do seu espaço. Nota-se que houve, na margem contrária da BR 040, um aumento da mineração nesse período, e que esse aumento não gerou grandes impactos de aumento populacional na localidade.

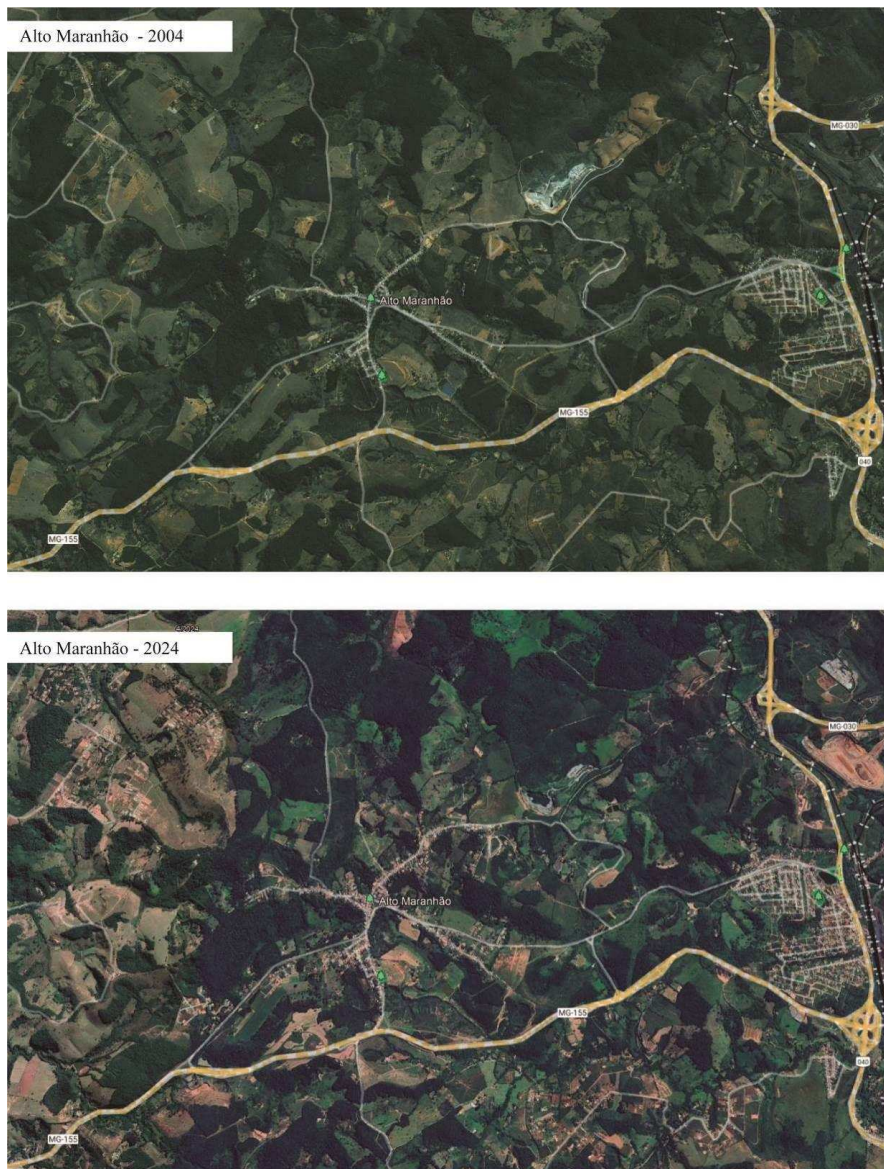
No distrito do Alto Maranhão, localizado próximo à MG 155, pode-se constatar também um sutil aumento do adensamento do espaço, observando-se que atraiu mais a população do que Joaquim Murtinho. Percebe-se no distrito e na zona rural do Alto Maranhão – localizada na parte superior da figura – um aumento de novas edificações e abertura de novas vias.

De acordo com levantamentos realizados por Souza (2015), os moradores das localidades de Alto Maranhão e Joaquim Murtinho estão diretamente vinculados ao capital fornecedor de produtos e serviços de apoio à mineração e à siderurgia da região. O autor afirma que o circuito minero-siderúrgico é significativamente presente e impactante na conformação da rede urbana estudada, visto que gera impactos na expansão de pequenos núcleos urbanos, como é o caso do Alto Maranhão e de Joaquim Murtinho (SOUZA, 20105).

Ambas as localidades apresentam baixa infraestrutura urbana, como má qualidade da pavimentação das vias e das calçadas, transporte público pouco eficiente, falta de espaços públicos de lazer, entre outros, e isso está relacionado com o que Costa (1995) demonstra em seu estudo, afirmando que o capital voltado à prestação de serviços de apoio à mineração e à siderurgia seguem a tendência de contratar sua mão de obra com condições de trabalho inferiores aos trabalhadores que estão ligados diretamente pelo capital industrial. Essa precariedade de condições de trabalho implica, diretamente, na configuração de espaços urbanos também precários, que são desprovidos de infraestruturas e serviços básicos de apoio à população, assim como espaços públicos de lazer e equipamentos comunitários.

De acordo com Souza (2015), o crescimento das localidades de Alto Maranhão, Pires, Lobo Leite e Joaquim Murtinho estão diretamente ligadas à espacialidade do regime de acumulação flexível, visto que esses são espaços voltados, sob diferentes lógicas, à reprodução social da força de trabalho das empresas minero-siderúrgicas (SOUZA, 2015). Os novos loteamentos que surgiram tanto na sede de Congonhas quanto nos distritos ampliaram significativamente as manchas urbanas das localidades no período entre os anos de 2004 e 2024.

Figura 50: vista aérea da mancha urbana do Alto Maranhão, nos anos de 2004 e 2024



Fonte: base do Google Earth, organizado pela autora. 2024.

Na Figura 53 há o distrito de Lobo Leite, localizado às margens da MG 443, que conecta Congonhas a Ouro Branco e está localizado a 5 km da recepção norte da Gerdau. O pequeno distrito recebeu um aumento relativo da sua população, sendo possível perceber que onde em 2004 só havia ruas pavimentadas, em 2024 já existem diversas edificações e lotes parcelados. Também é possível constatar que houve um aumento da densidade da ocupação no distrito. Na Figura 51 tem-se a estação

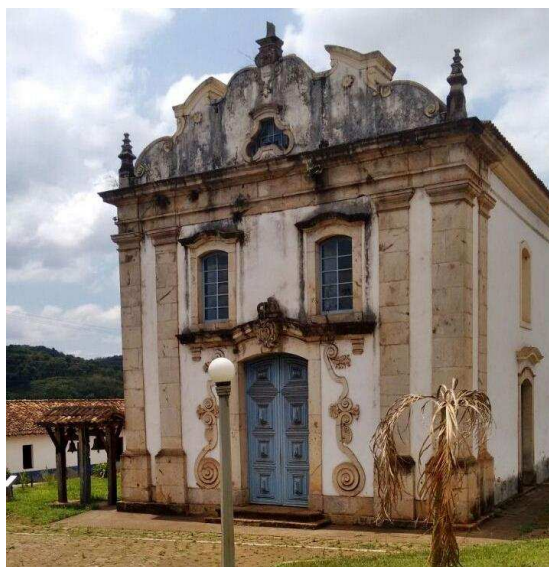
ferroviária de Lobo Leite e na Figura 52 a Igreja Nossa Senhora de La Soledad em Lobo Leite.

Figura 51: Fotografia da estação de Lobo Leite



Fonte: autoria desconhecida.

Figura 52: Igreja Nossa Senhora da Soledad em Lobo Leite



Fonte: acervo pessoal da autora. 2023.



Figura 53: Vista aérea da mancha urbana do Lobo Leite, nos anos de 2004 e 2024



Fonte: base do Google Earth, organizado pela autora. 2024.

Na Figura 54 observa-se a comunidade de Pires, que é outro distrito de Congonhas e está localizado às margens da MG 155. O que é mais marcante nessa figura é a intensificação da atividade mineradora no período entre 2004 e 2024, que se torna um importante vetor de expansão para a localidade. Associada a essa atividade, pode-se observar um aumento da ocupação de Pires, com elevado aumento das edificações construídas, destacando-se dos distritos de Alto Maranhão, Joaquim Murinho e Lobo Leite. O que se evidencia com o aumento da ocupação desse distrito é que a proximidade com a atividade mineradora se torna um atrativo de moradia para a população.

Figura 54: Vista aérea da mancha urbana do Pires, nos anos de 2004 e 2024



Fonte: base do Google Earth, organizado pela autora. 2024.

A seguir iremos analisar o desenvolvimento da mancha urbana do município de Ouro Branco. Fizemos a divisão das imagens em dois trechos: Ouro Branco – distrito sede – e o distrito de Carreiras.

Na Figura 57 tem-se o distrito sede de Ouro Branco. Observa-se que na parte inferior esquerda da figura está localizado o complexo industrial da Gerdau. É possível constatar que houve, como um todo, um aumento da densidade da ocupação do território de Ouro Branco. Percebe-se que essa ocupação foi bastante intensa às margens da MG 129, que conecta Ouro Branco a Conselheiro Lafaiete, e na área que está próxima à Gerdau.

Percebe-se também que houve uma intensificação do adensamento, mas sem a criação de novos loteamentos. Isso aconteceu porque a partir da década de 1990 se iniciou um processo de privatização na Gerdau, quando ainda se chamava Açominas. Com a efetivação do controle da Açominas pela Gerdau, o quadro de funcionários da empresa foi reduzido, visto que contava com cerca de 11.500 funcionários no ano de 1993 e atingiu a marca de 3.000 funcionários no ano 2000. Contudo, com a construção e inauguração do Alto Forno 02 da Gerdau, entre os anos de 2005 e 2007, houve um aumento da produção e, conseqüentemente, um aumento do número de empregados e prestadores de serviços da empresa e dos envolvidos com a produção, fazendo com que se atingisse a marca 5.500 funcionários em 2007 (GERDAU, 2007). Na Figura XX observa-se o complexo industrial da Gerdau.

Figura 55: Vista aérea do complexo industrial da Gerdau.



Fonte: Gerdau, divulgação. Sem data.

Contudo, Souza (2015) afirma que a Gerdau é proprietária de diversos lotes localizados no núcleo de Ouro Branco desde o início da implantação da siderurgia. Esses lotes faziam parte da estratégia inicial do processo de construção do núcleo urbano e era de interesse da empresa comercializar esses lotes para cidadãos que tivessem interesse em viver em Ouro Branco após a instalação da Gerdau, o que auxiliaria na recuperação do investimento realizado. Contudo, a ocupação do espaço foi bem inferior ao longo do tempo e o núcleo urbano de Ouro Branco passou a apresentar lotes urbanizados não ocupados e glebas não parceladas (SOUZA, 2015). Isso justifica a não criação de novos loteamentos no período entre 2004 e 2024 e, de acordo com Souza (2015), demonstra que esse acontecimento inibiu processos de especulação imobiliária na sede de Ouro Branco. Na Figura XX observa-se o município de Ouro Branco.

Figura 56: Imagem aérea de Ouro Branco



Fonte: autoria desconhecida.

Castells (1983) aborda que a estrutura urbana é composta por diversos elementos, e a habitação é um dos principais determinantes. A moradia é essencial para a organização urbana, acompanhando os movimentos de dispersão, concentração e distribuição dos trabalhadores. À medida que ocorrem mudanças, como o aumento da taxa de crescimento industrial, o crescimento urbano se intensifica, resultando em maior adensamento da população e em condições habitacionais mais precárias. Esses fatores também influenciam o mercado imobiliário, afetando os preços dos terrenos e a especulação imobiliária (CASTELLS, 1983).

Figura 57: Vista aérea da mancha urbana de Ouro Branco, nos anos de 2004 e 2024



Fonte: base do Google Earth, organizado pela autora. 2024.

O distrito de Carreiras está localizado a norte do distrito sede de Ouro Branco e no prolongamento da rodovia MG 129, visto na Figura 58. Observa-se que Carreiras teve um alto desenvolvimento populacional no período entre 2004 e 2024, percebendo-se um aumento do adensamento das construções e a criação de novos loteamentos, que

já estão em fase inicial de ocupação. O único vetor de crescimento observado no distrito é a rodovia MG 129, que conecta Ouro Branco a Conselheiro Lafaiete.

Figura 58: Vista aérea da mancha urbana de Carreiras, nos anos de 2004 e 2024



Fonte: base do Google Earth, organizado pela autora. 2024.

O próximo município a ser analisado será Jeceaba, representado na Figura 59, que se localiza nas proximidades da MG 155, rodovia que conecta o município a São Brás do Suaçuí. Conforme analisado anteriormente, constatou-se um decréscimo populacional na cidade nos últimos 20 anos. Contudo, é interessante observar como se modificou a mancha urbana do município nesse período, visto que a primeira imagem é do ano de 2004 e a segunda de 2024.

Figura 59: Vista aérea da cidade de Jeceaba



Fonte: autoria desconhecida.

Na Figura 64 é possível perceber que ainda que a população da cidade tenha decaído, a sua configuração urbana se modificou. Conforme discutido anteriormente, Jeceaba teve, no ano de 2007, o início da implantação do complexo industrial da Vallourec, fator que alterou o cenário do município. Souza (2015) afirma que a justificativa para o estabelecimento desta unidade da Vallourec Mannesmann em Jeceaba foi pelo fácil acesso a fontes de matérias primas, insumos básicos e boas condições de escoamento das mercadorias produzidas em direção aos portos. O autor relata que a principal fonte de matéria prima da Vallourec está localizada na Mina do Pau Branco, localizada em Nova Lima. Outro fator importante para essa implementação seria a distância de 60km do município à BR 040, fazendo com que a produção da

indústria atingisse facilmente um alcance regional, ao acarretar fluxos horizontais de matérias primas direcionados à usina siderúrgica. A presença do pátio de manobras da MRS logística no território de Jeceaba também torna sua localização estratégica (SOUZA, 2015).

Ao se analisar a figura 61, observa-se, em 2024, um aumento significativo de novas construções em loteamentos que já existiam em 2004. Essa mudança ocorreu, ainda que demonstrando uma queda na população nesse período de 20 anos, porque com o início da instalação da VSB em 2007, no período das obras, houve uma transformação do cenário de Jeceaba com a criação de diversos empreendimentos residenciais, comerciais e de serviços, tanto na sede quanto nos municípios do entorno, como São Brás do Suaçuí e Entre Rios de Minas. De acordo com a Codemig (2017), no auge das obras em 2007, foram mais de 7.500 trabalhadores contratados, sendo 2.300 destes residentes em Jeceaba, Entre Rios de Minas e São Brás do Suaçuí. Desse modo, muitas construções foram levantadas ou transformadas para receber o grande número de mão de obra contratado que residia em Jeceaba e na região. Souza (2015) afirma que os empreendimentos criados nesse período estão relacionados a hospedagem (hotéis, pousadas, pensões), restaurantes, lavanderias. Contudo, com o final das obras da VSB em 2011, esse volume de trabalhadores diminuiu, fazendo com que a população de Jeceaba sofresse um decréscimo.

Figura 60: vista aérea do complexo industrial da Vallourec Mannesmann



Fonte: Thiago Fernandes. Sem data.

De acordo com o Supram (2012), dos 1.569 funcionários da VSB em 2011, somente 76 residiam em Jeceaba. Do restante, 27 residiam em São Brás do Suaçuí, 130 em Congonhas, 279 em Ouro Branco, 394 em Conselheiro Lafaiete e 663 em outros municípios, como Entre Rios de Minas, Belo Vale e Nova Lima. Souza (2015) atribuiu isso à previsão de um posto de trabalho indireto para cada trabalhador contratado na Vallourec, fazendo com que esse fenômeno nos outros municípios da região. Atrela-se a isso a estrita relação da indústria com o seu entorno que, assim como no caso da Gerdau, tem se limitado ao patrocínio de atividades culturais e programas de educação ambiental (SOUZA, 2015).

Figura 61: Vista aérea da mancha urbana de Jeceaba, nos anos de 2004 e 2024

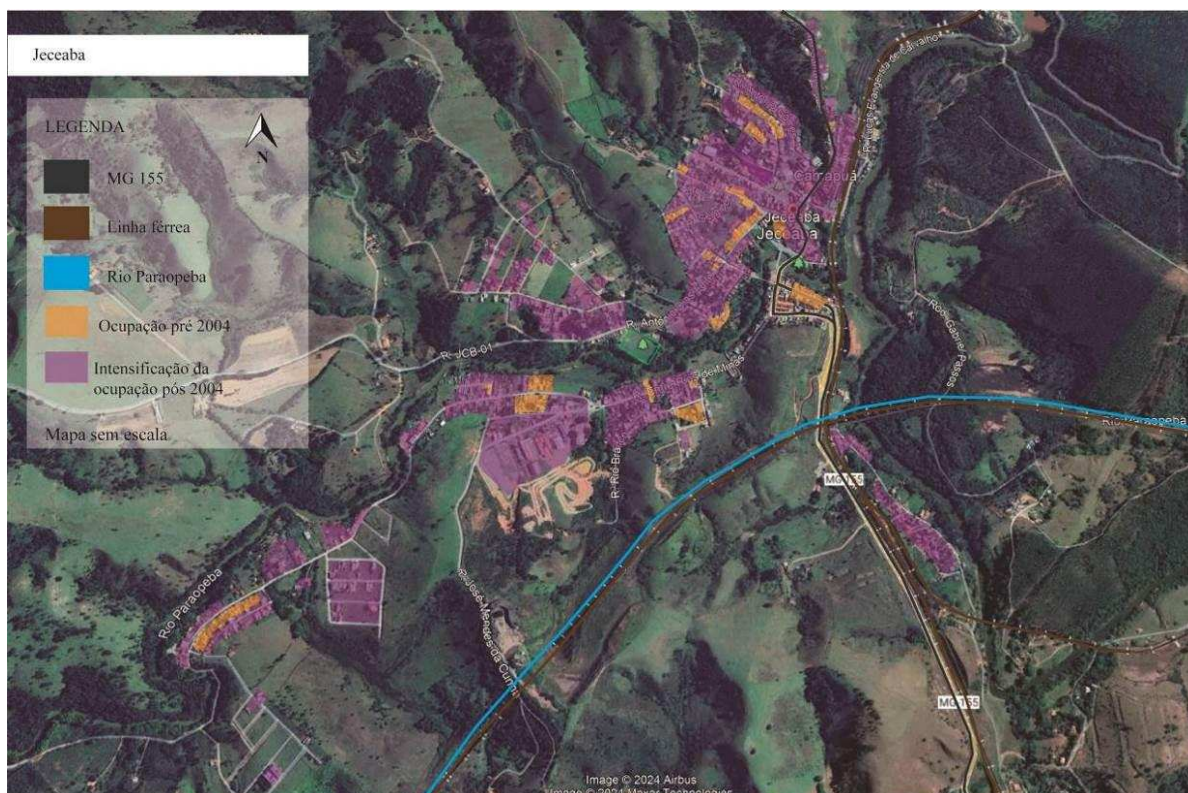


Fonte: base do Google Earth, organizado pela autora. 2024.

Para melhor compreensão dos impactos da instalação da Vallourec na mancha urbana de Jeceaba, a Figura 65 apresenta as áreas que foram ocupadas até o ano de 2004 e as áreas onde se observa uma intensificação da ocupação e adensamento após 2004.

Percebe-se que a maior parte da mancha urbana do município aconteceu após o ano de 2004, inferindo-se que isso se deveu à implantação da Vallourec.

Figura 62: Vista aérea da mancha urbana de Jeceaba, demonstrando a intensificação da ocupação do solo entre os anos de 2004 e 2024



Fonte: base do Google Earth, organizado pela autora. 2024.

São Brás do Suaçuí também é um município que foi fortemente impactado no período de construção do complexo industrial da Vallourec. As transformações da sua mancha urbana serão analisadas a partir da Figura 68 apresentada a seguir.

De acordo com a Fundação Israel Pinheiro (2008), à época da construção da Vallourec, os estudos urbanísticos para implantação do complexo indicaram São Brás do Suaçuí como melhor local para a implantação dos loteamentos destinados aos trabalhadores de renda média e alta da Vallourec. Contudo, somente dois loteamentos com características de condomínio fechado se consolidaram no município, denominados de Vila Real e Solar das Copaibas, como também a construção de dois loteamentos para os trabalhadores de renda média, que são o Vila Tiradentes e o Residencial Jardins de

Versailles. Souza (2015) aponta que os dois empreendimentos direcionados aos condomínios fechados já existiam no período da construção da Vallourec, em 2007.

Para os trabalhadores de renda média baixa e renda baixa, que eram os operários da indústria, tinha-se como previsão a construção de 1050 novas unidades de moradias. Contudo, como falado anteriormente, esse número de funcionários foi diluído, dividindo-se em outros municípios da região (SOUZA, 2015).

Conforme demonstrado pela Cedeplar (2010), a demanda por moradias de baixo custo se articulou às políticas habitacionais dos municípios do entorno de São Brás do Suaçuí, ligadas, principalmente, ao Programa Minha Casa Minha Vida. Contudo, destaca-se aqui que, na maioria dos casos, essas construções aconteceram em loteamentos preexistentes, acarretando adensamentos urbanos sem, necessariamente, se desdobrar em expansões das manchas urbanas, como se pode observar nas imagens das Figuras 68 e 69 (CEDEPLAR, 2010).

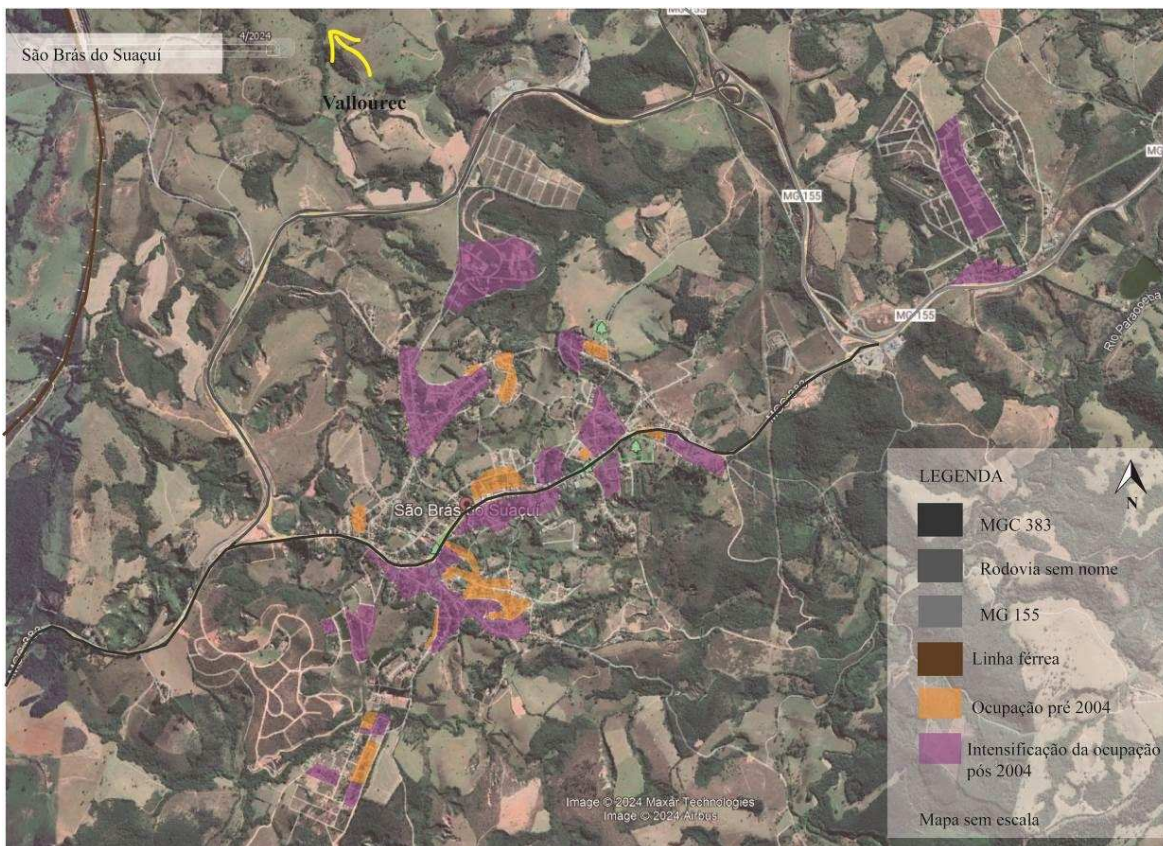
Assim como aconteceu em Jeceaba, o tecido urbano de São Brás do Suaçuí evidenciou um aumento do adensamento após o ano de 2004, também relacionado à implantação da Vallourec Mannesmann. Vários estudiosos como Santos (2012) e Lefebvre (2016) abordam o fenômeno da urbanização e argumentam que a industrialização é um catalisador desse processo. Isso se torna evidente ao se analisar a mancha urbana de todos os municípios do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete, que foi altamente impactado pela força da industrialização e da mineração.

Figura 63: Imagem aérea de São Brás do Suaçuí



Fonte: Heder Godinho. Sem data.

Figura 68: Vista aérea da mancha urbana de São Brás do Suaçuí, demonstrando a intensificação da ocupação do solo entre os anos de 2004 e 2024



Fonte: base do Google Earth, organizado pela autora. 2024.

Figura 69: Vista aérea da mancha urbana de São Brás do Suaçuí, nos anos de 2004 e 2024



Fonte: base do Google Earth, organizado pela autora. 2024.



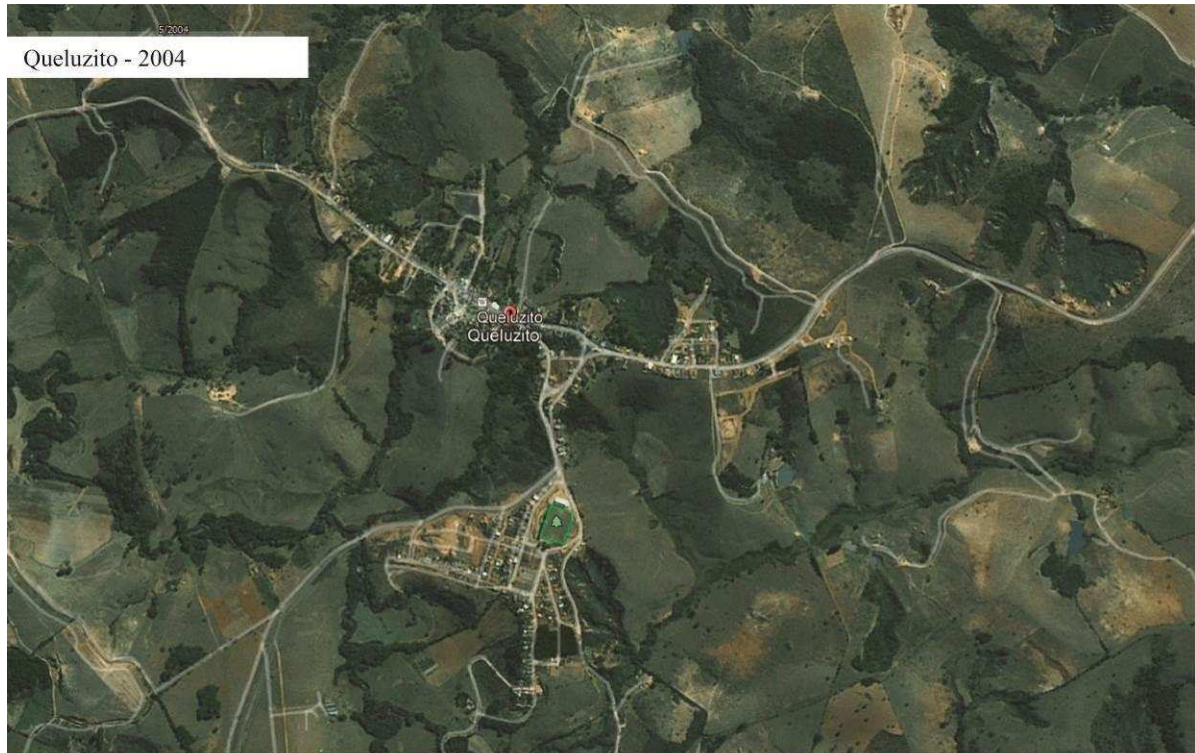
Por último, será analisada a mancha urbana de Queluzito. Esse foi o município que apresentou menos modificações em seu tecido urbano e não recebeu impactos das indústrias e mineradoras presentes no Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete. O que se pode perceber na Figura 72 é que Queluzito é perpassado pela rodovia LMG 844 e, conforme citado anteriormente, é o município mais próximo de Conselheiro Lafaiete. É notável que Queluzito recebeu um aumento no adensamento urbano após o ano de 2004, mas sem a criação de novos loteamentos ou empreendimentos. Como o principal setor econômico no município é o agropastoril e essa é uma produção constante, não foram observadas grandes mudanças em Queluzito no decorrer dos anos. Na Figura XX observa-se as extensas áreas não ocupadas do município. O que se sabe é que pelo baixo custo da terra e pela proximidade com Conselheiro Lafaiete, muitos trabalhadores escolhem morar em Queluzito e trabalhar em Conselheiro Lafaiete.

Figura 70: Imagem aérea da Praça Santo Amaro, em Queluzito



Fonte: Romulo Provetti. Sem data.

Figura 73: Vista aérea da mancha urbana de Queluzito, nos anos de 2004 e 2024



Fonte: base do Google Earth, organizado pela autora. 2024.

Figura 72: Vista aérea da mancha urbana de Queluzito, demonstrando a intensificação da ocupação do solo entre os anos de 2004 e 2024



Fonte: base do Google Earth, organizado pela autora. 2024.

Foi notado que Jeceaba, São Brás do Suaçuí e Queluzito são dependentes da busca de serviços e empregos fora dos seus limites e que há um constante declínio demográfico nas três cidades pequenas. Isso faz com que o papel desses municípios seja enfraquecido, ainda que tenham sido identificados como importantes elos na articulação dessa rede urbana.

A interação entre as cidades do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete se relaciona com o que Milton Santos (2006) aborda sobre hierarquia dos lugares, que vem sendo transformada no período do meio técnico científico informacional e faz com que a antiga hierarquia dos lugares seja reconfigurada e as redes – que ligam os lugares, tanto físico quanto imaterialmente – se tornem globais. Santos (2006) também demonstra que cada lugar apresenta uma função e desempenha uma função dentro da sua rede, seja ela local ou global. Sobre os as diferentes escalas e importâncias de cada uma das cidades, Correa aborda que

Todas são dotadas de funções centrais, isto é, atividades de distribuição de bens e serviços para uma população externa, residente na região complementar (hinterlândia, área de mercado, região de influência), em relação à qual a localidade central tem uma posição central. A centralidade de um núcleo, por outro lado, refere-se ao seu grau de importância a partir de suas funções centrais: maior o número deles, maior a sua região de influência, maior a população externa atendida pela localidade central, e maior a sua centralidade (CORRÊA, 1994, p. 21).

A hierarquia urbana é um modelo estrutural das cidades e determina a estrutura econômica em diversas escalas de organização, o que cria uma rede de ligações e influências entre os centros urbanos do mundo - pequenas, médias e grandes cidades. O conceito de hierarquia constitui uma estrutura vertical de subordinações e poderes (SANTOS, 2006). Portanto, a cidade grande exerce alta influência econômica sobre as médias e pequenas. Já as cidades médias influenciam as pequenas. Essas relações criam uma cadeia que, conseqüentemente, resultam na rede urbana, caracterizada pela oferta de infraestrutura, transportes, comunicação, entre outras, relações essas que são observadas entre os seis municípios do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete.

Independentemente de seus respectivos tamanhos, todo o núcleo de povoamento é considerado uma localidade central, equipado de funções centrais. Essas funções seriam as de distribuição de bens e serviços para a população externa à localidade, residente em sua área de mercado ou região de influência. A centralidade de uma localidade é dada pela importância dos bens e serviços funções centrais oferecidos. Quanto maior o número de suas funções, maior sua centralidade, sua área de influência e o número de pessoas por ela atendida (CHRISTÄLLER apud IBGE, 2000).

Colla (2018) afirma que, ao analisar a dinâmica urbana sob a ótica da urbanização associada à industrialização, bem como das teorias que explicam a distribuição e localização das atividades, destaca-se uma visão predominantemente econômica e regional. No entanto, as decisões individuais de mobilidade envolvem diversos parâmetros e combinações de fatores que se relacionam à organização social do

espaço e à estrutura urbana, englobando aspectos pessoais, familiares e sociais, o que caracteriza uma perspectiva mais demográfica (COLLA, 2018).

Isso reitera o que foi analisado no Capítulo 01, demonstrando que, com a globalização e a reestruturação produtiva, a organização sócio-espacial passou por reorganizações para atender às demandas do capitalismo, como expansão das possibilidades de lucratividade, manutenção do controle social e da força de trabalho e estímulo à produção e consumo, dentro da nova ordem econômica. Este cenário engloba todas as escalas espaciais, ou seja, do global ao local (SOJA, 1993).

#### **4.3. A integração entre os municípios do Arranjo Populacional e as tendências urbanas contemporâneas**

Os arranjos populacionais são uma categoria de rede urbana e as redes estabelecem forças produtivas da economia globalizada e expressam fundamentalmente as dinâmicas da circulação do capital. O espaço urbano torna-se um meio, fazendo, conforme Lencioni (2006, p.66), “a mediação necessária à reprodução do capital em escala globalizada”.

Foi possível analisar nos itens anteriores que os maiores movimentadores da economia e das transformações das dinâmicas urbanas do Arranjo em questão foram o capital industrial e o de serviços. Compreende-se que os movimentos pendulares são fenômenos decorrentes dessas dinâmicas e que eles acontecem em diferentes escalas e de diferentes maneiras dentro do Arranjo. De acordo com o IBGE (2016), no caso do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete, a localização de indústrias, onde as fábricas se localizam em pequenos municípios e demandam a população de municípios vizinhos, é o seu principal classificador.

Desse modo, conforme abordado anteriormente neste trabalho, para compreender os critérios de integração entre os municípios do Arranjo, o IBGE (2016) determinou que o Índice de Integração (IA) entre os municípios deveria ser igual ou maior que 0,17, representando uma forte intensidade relativa dos movimentos

pendulares para trabalho e estudo. Ao se analisar os dados do IBGE (2016) apresentados na Figura 74, constata-se que o maior valor do IA de Minas Gerais acontece em Jeceaba com relação a Conselheiro Lafaiete, chegando a 0,79, e sendo 99,6% destes deslocamentos ligados somente a trabalho, o que está diretamente ligado ao complexo industrial da Vallourec Mannesmann.

Figura 74: Tabela com os fluxos de deslocamentos entre municípios de arranjos populacionais acima de 100.000 a 750.000 habitantes, com índice de integração maior que 0,34 no Brasil

Município A	Município B	Índice de Integração		Pessoas que se deslocam entre o município A e B			
		Município A	Município B	Total	Percentual, por motivo de deslocamento (%)		
					Trabalho e estudo	Trabalho	Estudo
Conselheiro Lafaiete	Jeceaba	0,03	0,79	2.285	0	99,6	0,4

Fonte: IBGE (2010, 2016), organizado pela autora.

As tabelas das Figuras 74, 75 e 76 demonstram algumas importantes informações sobre o Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete e sobre as integrações entre os municípios do Arranjo. As informações apresentadas nessas tabelas nos demonstram como é intenso o fluxo de pessoas dentro do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete. Na tabela XX é possível perceber como o número que representa esses movimentos pendulares é alto ao se comparar com o tamanho da população dos municípios. Tem-se um destaque para o município de Jeceaba, em que as pessoas que trabalham e estudam em outros municípios ultrapassam a metade da sua população. Jeceaba apresentava, em 2010, uma população de 5.395 habitantes e 3.672 pessoas usuárias dos movimentos pendulares com finalidade de trabalho e estudo.

Figura 75: Tabela dos municípios do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete

Municípios	População (2010)	Núcleo	Pessoas que trabalham e estudam em outro municípios do Arranjo	Índice de Integração do Município com o Arranjo	Mancha urbanizada contígua
Congonhas	48.519	Não	6.112	0,18	Não
Conselheiro Lafaiete	116.512	Sim	11.789	0,15	Não
Jeceaba	5.395	Não	3.672	1,27	Não
Ouro Branco	35.268	Não	6.517	0,25	Não
Queluzito	1.861	Não	201	0,18	Não
São Brás do Suaçuí	3.513	Não	503	0,26	Não

Fonte: IBGE (2010, 2016), organizado pela autora.

Já na Figura 76 percebe-se a predominância do setor industrial no PIB do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete, apresentando 48,8% no setor, contra 0,8% na agropecuária, 28,9% serviços sem administração pública, 10,4% na administração pública e 11,1% nos impostos. Observa-se que o Arranjo apresentou um PIB total de 4,740 bilhões de reais e de R\$24.459 no PIB per capita, com a presença de 5.710 empresas em seu território.

Figura 76: Tabela do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete, dados de população e características do Produto Interno Bruto

População (IBGE, 2010)	PIB		PIB (%)					Número de empresas
	Total	Per capita (1.000 R\$)	Agropecuária	Indústria	Sem adm pública	Adm pública	Impostos	
211.068	4,740	22,459	0,8	48,8	28,9	10,4	11,1	5.710

Fonte: IBGE (2010, 2016), organizado pela autora.

Essas análises demonstram a relevância do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete no contexto da rede urbana estadual e até mesmo nacional. Percebe-se que os movimentos pendulares revelam uma tendência territorial contemporânea, em que muitas pessoas escolhem habitar em uma localidade e trabalhar em outra.

Conforme Moura et al. (2006), o movimento pendular é revelador da extensão do fenômeno urbano no território, constituindo uma informação utilizada na delimitação de redes urbanas. Ademais, esse movimento apresenta crescente visibilidade tanto nas grandes cidades quanto nas médias e pequenas, dada sua associação com as demandas por transporte e vias de circulação, refletindo de maneira crucial no funcionamento cotidiano e na projeção estratégica das cidades, tanto para pessoas como para empresas e instituições.

Observa-se que a dinâmica que privilegia os centros urbanos está subordinada a estratégias de implantação de empresas, essencialmente as que produzem e vendem serviços. O espaço é requalificado e a natureza das relações entre as cidades se modifica, ressaltando a importância da conectividade, sem preterir a proximidade e a mobilidade no estreitamento dos laços entre os lugares, mesmo que resultem em um espaço desigual.

A consolidação das cidades como centros nodais em torno dos quais se articulam as novas dinâmicas da acumulação e da urbanização, sob impulso das políticas de liberalização econômica, das novas tecnologias e da globalização, configura o que Sassen (2007) denomina como rede global de cidades transfronteiriças, que atuam como pontos estratégicos para as operações econômicas globais. Essas cidades transfronteiriças e a expansão de seus fluxos conecta as cidades dos diversos níveis da hierarquia urbana, fazendo com que cidades pequenas, como Jeceaba, atinjam níveis globais na rede urbana.

Por meio da análise das figuras e suas manchas urbanas, percebe-se que Ouro Branco e Jeceaba se consolidam como um complexo industrial múltiplo, em que a aglomeração industrial-urbana faz com que as necessidades coletivas (habitação, transporte, serviços públicos) exerçam um processo de concatenação. Percebe-se como a forte presença da indústria modifica o seu meio geográfico imediato e pode intensificar as relações e também as disparidades inter-regionais.

Conselheiro Lafaiete pôde ter seu papel central consolidado, visto que essa centralidade se dá pela alta oferta de serviços que incluem comércio, instalações de saúde e higiene, educação, instituições administrativas, culturais e religiosas, instituições sociais relevantes, órgãos para coordenação da vida econômica e social, estabelecimentos financeiros, instituições profissionais, oportunidades de emprego significativas e infraestrutura de transporte e comunicação.

Lima (2003) presume que a concepção de cidade polo está ligada à percepção de dependência, concentração e à existência de um centro, rodeado por diversos espaços dentro de seu campo de influência econômico e político. Esses espaços são heterogêneos, já que as cidades não dividem as mesmas características de desenvolvimento do centro, mas mantêm uma relação de dependência. No entanto, todos os centros possuem funções específicas no espaço, na divisão social do trabalho e na produção de bens e serviços (LIMA, 2003).

A partir do estudo de Santos (2006), também é possível observar que o Arranjo Populacional estudado é um arranjo produtivo, uma região especializada que cumpre uma função na divisão territorial do trabalho. A região em si cumpre uma função no

todo, e dentro de si, há uma nova divisão do trabalho para desempenhar a função do trabalho desempenhada. E Santos (2006) afirma que a divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e, segundo a sua distribuição espacial, redefine a capacidade de agir das pessoas, firmas e instituições. Além disso, o autor fala que a divisão do trabalho supõe a existência de conflitos (SANTOS, 2006).

Dessa forma, entende-se que o Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete cumpre uma função diante das redes globais e que, internamente, se organiza em compartilhamentos específicos, em que Conselheiro Lafaiete exerce função de cidade polo e, junto com os outros municípios, Congonhas, Ouro Branco, Jeceaba, São Brás do Suaçuí e Queluzito, se inter-relacionam devido ao vínculo de dependência e conexão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante o conteúdo apresentado, verifica-se que o aumento populacional, o desenvolvimento socioeconômico e o processo de adensamento da malha urbana dos municípios de Conselheiro Lafaiete, Congonhas, Ouro Branco, Jeceaba, São Brás do Suaçuí e Queluzito, pertencentes ao Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete, compreendido no período após os anos de 1980 e acentuado após o ano de 2008, está diretamente relacionado e capitaneado pela intensificação da mineração e, principalmente, da indústria. Tem-se, também, o setor terciário como importante impulsionador da economia da rede urbana estudada, principalmente no município de Conselheiro Lafaiete. Contudo, sabe-se que a instalação de grandes empresas como Gerdau, Vallourec Mannesmann, CSN, entre outras, impulsionaram o destaque do Arranjo no contexto estadual e nacional.

O município de Conselheiro Lafaiete foi caracterizado como uma cidade média e se destaca na rede urbana em que está inserido por apresentar uma maior infraestrutura urbana; por sua localização geográfica privilegiada, tornando-se um ponto nodal da sua rede urbana; por oferecer uma gama de serviços relacionados à saúde, educação, comércio, entre outros; e por seu porte demográfico; fazendo com que seja o município polo do AP de Conselheiro Lafaiete. Como se pôde analisar nos Capítulos 03 e 04, constata-se que foi a partir da década de 1970, com a instalação da Açominas – atual Gerdal, que o município se desenvolveu como um centro local e regional prestador de serviços, ainda que essa seja uma característica predominante desde a sua fundação, no final do século XVII.

Congonhas se destaca no contexto regional do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete e no contexto nacional, pela forte atuação da mineração em seu território. A presença da CSN e de outras mineradoras alavanca sua economia e faz com que o município apresente um desenvolvimento socioeconômico contínuo,

demonstrando um crescimento populacional constante. Apesar de apresentar algumas características de cidades médias, nesse estudo Congonhas foi classificado como um centro urbano emergente, em transição avançada para cidade média, visto que ainda possui características de cidades pequenas.

O município de Ouro Branco apresenta grande relevância no Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete e no cenário industrial brasileiro. A implementação da Gerdau no ano de 1970 e suas ampliações no decorrer dos anos fizeram com que o município alcançasse o maior PIB do Arranjo Populacional no ano de 2010 e o segundo maior PIB per capita, ficando atrás somente de Jeceaba, que, juntos, se destacam estadual e nacionalmente no setor industrial. Assim como Congonhas, Ouro Branco também foi classificada como um centro urbano emergente.

Jeceaba é uma cidade pequena, que apresentou um decréscimo populacional entre os anos de 2008 e 2022, contudo a instalação do complexo industrial da Vallourec no ano de 2011 em seu território desencadeou uma alteração sócio-espacial tanto em Jeceaba quanto nos outros municípios do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete. Além de todos os impactos urbanos e ambientais que a implementação desse grande complexo industrial gerou nas cidades do seu entorno, houve também mudanças na mobilidade e deslocamento da população residente tanto em Jeceaba quanto em Conselheiro Lafaiete, Congonhas, Ouro Branco e São Brás do Suaçuí. Foram esses deslocamentos, estudados nesta tese como movimentos pendulares, que agruparam os seis municípios na categoria de AP, implementada pelo IBGE em 2016. Esses movimentos pendulares, advindos da instalação da Vallourec Mannesmann, intensificaram o adensamento dos municípios do Arranjo, assim como aumentaram o fluxo rodoviário, geraram novos vetores de expansão urbana.

São Brás do Suaçuí é um município que não apresenta muita expressividade no AP de Conselheiro Lafaiete, apesar de ser a cidade do Arranjo mais próxima de Jeceaba. A economia da cidade está ligada principalmente à produção de carvão vegetal e plantio

de eucalipto. A instalação da Vallourec em Jeceaba ocasionou a construção de alguns empreendimentos residenciais em São Brás do Suaçuí, contudo não trouxe grandes alterações urbanas no município, já que, de acordo com alguns dados apresentados nos capítulos anteriores, são poucos os funcionários da Vallourec que residem em São Brás do Suaçuí.

Por último o município de Queluzito, que detém a menor população do Arranjo Populacional e possui uma economia baseada na produção agrícola e agropastoril. Um dos atrativos do município é o turismo ecológico e a existência das indústrias e mineradoras nos outros municípios do Arranjo não é um fator que gera impactos no seu espaço urbano e desenvolvimento socioeconômico.

Desse modo, ao se compreender as características e particularidades de cada um dos municípios do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete e assimilar como acontecem as inter-relações entre os municípios, foi possível confirmar a hipótese de que Conselheiro Lafaiete exerce influência sobre os municípios do Arranjo Populacional e que há interações de diversas formas entre os seis municípios estudados. Além disso, foi possível demonstrar a grande expressividade econômica que Ouro Branco e Jeceaba, sendo os maiores responsáveis pelos movimentos pendulares.

Por meio das análises realizadas nesta tese, comprovamos a hipótese de que os movimentos pendulares e as interações sócio-espaciais que ocorrem no Arranjo refletem-se na intensidade do processo de ocupação e adensamento do território, trazem mudanças no espaço intraurbano dos municípios, em alguns com mais intensidade que em outros, e impactam as questões relacionadas ao uso e ocupação do solo.

Os objetivos traçados nesta tese foram alcançados, visto que por meio dos resultados obtidos na pesquisa foi compreendido como acontecem as relações sócio-espaciais entre os municípios do Arranjo e qual a relação dessas interações com suas configurações espaciais atuais. Os seis municípios pertencentes ao Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete foram caracterizados, foi realizada a análise da estrutura sócio-

espacial do Arranjo e foram identificadas as particularidades de cada um desses municípios.

Com os resultados demonstrados nesta tese também foi possível apontar a importância de Ouro Branco, Congonhas e Conselheiro Lafaiete no âmbito da rede urbana estadual e nacional. Além de ressaltar que os movimentos pendulares indicam uma tendência territorial atual, onde muitas pessoas preferem morar em um lugar e trabalhar em outro, complementa-se que a relação dos movimentos pendulares não está necessariamente ligada às questões do mercado de trabalho, mas principalmente ligada à estrutura urbana.

Pode-se observar que os resultados apresentados nesta tese se conectam com os conceitos explorados na revisão de literatura no Capítulo 02, ao analisar as dinâmicas urbanas e regionais. Foi possível associar os conceitos de urbanização e globalização com os fenômenos decorridos a partir da instalação das indústrias Gerdau e Vallourec, assim como a implementação das mineradoras no Arranjo. Os conceitos de rede urbana, hierarquização e centralidade nos permitiram compreender o funcionamento do Arranjo Populacional, o papel de cada um dos centros urbanos no contexto regional e as consequências das interações entre os municípios pertencentes a uma mesma rede urbana. As definições apresentadas de mobilidade urbana e movimentos pendulares permitiram compreender esse fenômeno presente no Arranjo e os determinantes para que aconteçam.

No Capítulo 03 foram apresentados os conceitos de cidade média e cidade pequena, importantes para a classificação dos municípios pertencentes ao Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete. Esses conceitos auxiliaram no entendimento das particularidades que cada um desses municípios detém.

Torna-se pertinente mencionar a importância desta pesquisa para se compreender as transformações que ocorreram e vem ocorrendo nos municípios do AP de Conselheiro Lafaiete, por se tratarem de municípios com expressividade regional – e

até mesmo nacional, resultado das dinâmicas espaciais da economia e dos deslocamentos populacionais. As consequências destas transformações refletem diretamente no espaço urbano desses municípios, nas suas condições socioambientais e nos fenômenos ligados à modificação desses espaços, influenciando nas inter-relações entre os municípios e seus moradores.

Reconhece-se nesta pesquisa a necessidade de uma gestão urbana integrada e articulada entre os municípios do AP de Conselheiro Lafaiete, o que demonstra a importância do papel do planejamento urbano como norteador do desenvolvimento comercial, de serviços e industrial, de forma ordenada e que incentive o potencial dos municípios envolvidos e reduza suas limitações. Estas ações podem alavancar o desenvolvimento econômico local e regional. Destaca-se, desse modo, a necessidade de uma legislação urbanística relacionada ao planejamento regional dos municípios do Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete, para que assim possa ser aliada às gestões municipais.

Por fim, os resultados apresentados podem servir como base para a implementação de políticas públicas voltadas para melhorias das condições estruturais no Arranjo Populacional de Conselheiro Lafaiete, e para outros arranjos populacionais semelhantes, buscando amenizar os efeitos maléficos da industrialização e do aumento populacional sem planejamento, aspirando melhorias na infraestrutura dos municípios, no transporte e na circulação de pessoas, e em outras ações relacionados ao planejamento urbano e regional. Esse estudo também pode nortear a elaboração de diretrizes e programas de desenvolvimento regional.

Tendo em vista a multiplicidade do tema, esta pesquisa não encerra o debate. Sugere-se, como objeto de investigações futuras, a análise das motivações que determinam e condicionam os movimentos pendulares dentro do Arranjo, baseado nas características do mercado de trabalho, na estrutura urbana e em fatores pessoais, familiares e socioeconômicos.



## REFERÊNCIAS

- ABLAS, Luis Alberto Pereira. **A evolução do espaço urbano e o comportamento espacial dos produtores e consumidores no Brasil**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1982.
- ALMEIDA, A. N. **Garimpando no Arquivo Jair Noronha**. Conselheiro Lafaiete: Editora Lesma, 2012.
- AMORIM FILHO, O. B.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T.; SERRA, R. V. **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- AMORIM FILHO, O. B.; RIGOTTI, J. I. R.; CAMPOS, J. Os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais. **R. RA'E GA**, Curitiba, Editora UFPR: n. 13, 2007, p. 7-18.
- AMORIM FILHO, O. B. Um esquema metodológico para o estudo das Cidades Médias. In: II Encontro Nacional de Geógrafos, 1976, Belo Horizonte. Resumo de Comunicações e Guias de Excursões. Belo Horizonte: AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1976. v. Único. p. 6-15
- ARAÚJO, Joana. Congonhas e a indústria: transformações socioeconômicas e urbanas. 2021. 150 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- BATELLA, W. B. Os limiares das cidades médias: reflexões a partir da cidade de Teófilo Otoni – MG. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, 2013.

BRASIL. Estatuto da Cidade: Guia para a implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

BRENNER, N. The Urban Age in Question. In: BRENNER, Neil; SCHMID, Christian (Eds.). **Cities for a Small Planet**. Oxford: Blackwell Publishing, 2013.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. 4ª ed. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011 [1983].

CARLOS, A. F. A. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: CARLOS, A. F. A. (org). **Crise urbana**. São Paulo: Editora Contexto, 2015, p. 25-35.

CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. Introdução. In. CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (orgs). **A produção do espaço urbano: agentes e processo, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 9-18.

CASTELLO BRANCO, M. L. Cidades médias no Brasil. In: SPOSITO, E. S., SPOSITO, M. E. B., SOBARZO, O. (orgs.). **Cidades médias – produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p.245-271.

CASTELLS, Manuel. **A revolução urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRIOTA, L. B. **Urbanização Brasileira: Redescobertas**. Belo Horizonte. Ed: Arte. 2003.

CEDEPLAR. Centro de Desenvolvimento do Planejamento Regional. Plano de Desenvolvimento Regional – Codap – Produto 01. Belo Horizonte: Cedeplar, 2010.

CLARK, D. **Introdução à Geografia Urbana**. Tradução de Lúcia Helena de Oliveira Gerardi e Silvana Maria Pintaudi. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

CONSELHEIRO LAFAIETE, Município de. Lei Complementar nº 077, de 05 de maio de 2015. Dispõe sobre a Lei de Uso e Ocupação do Solo de Conselheiro Lafaiete. Conselheiro Lafaiete: Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, 2015.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 26, de 04 de agosto de 2010. Dispõe sobre o Plano Diretor de Conselheiro Lafaiete, e dá outras providências. Conselheiro Lafaiete: Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, 2015.

CORREA, R. A urbanização no Brasil: aspectos da modernização e do consumo. **In:** CORREA, Ricardo; RIBEIRO, Luiz César Queiroz (Orgs.). **A urbanização no Brasil: trajetórias e perspectivas**. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2005. p. 25-45.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. Construindo o Conceito de Cidade Média. **In:** SPOSITO, M. E. B. (org). **Cidades Médias: Espaço em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-34.

\_\_\_\_\_. **Estudos sobre a rede urbana Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 15-53.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano**. 4ª. Edição. São Paulo: Ática, 2000

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre a Dinâmica Recente da Rede Urbana Brasileira. **In:** IX Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...**, 2001. Disponível em: <<http://documentslide.com/documents/reflexoes-sobre-a151dinamica-recente-da-rede-urbana-brasileira.html>>.

\_\_\_\_\_. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. **In:** CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (orgs). **A produção do espaço urbano: agentes e processo, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 43-51.

COSTA, H. S. M.; MENDONÇA, J. G. Breve trajetória de ideias acerca da dinâmica imobiliária urbana. In: MENDONÇA, J. G.; COSTA, H. S. M. (orgs). **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2011, p. 7-16.

COSTA, H. S. de M; COSTA, M. Ouro Branco/Açominas: um último capítulo da história da produção do espaço para a indústria? Belo Horizonte, Geonomos – Revista de Geociências, v. VI, p. 61-66, 1997.

CHRISTALLER, W. **Os lugares centrais na Alemanha meridional**. São Paulo: Editora, 1933.

CROCCO, M.; RUIZ, R. M.; CAVALCANTE, A. Redes e polarização urbana e financeira: uma exploração inicial para o Brasil. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2008.

DI MÉO, Guy. Fenômenos polimorfos e a dinâmica dos territórios. In: DI MÉO, Guy; SIEBERT, Juan Carlos dos Santos (Orgs.). **Território e desenvolvimento: a construção social de um conceito**. 1. ed. Campinas: Papirus, 2008. p. 107-128.

DINIZ, C. C. Introdução – bases teóricas e instrumentais da economia regional e urbana e sua aplicabilidade ao Brasil: uma breve reflexão. In: DINIZ, Clélio Campolina, CROCCO, Marco. Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, p.09-32, 2006.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná**. 2006. 505 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2006.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 9ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2001.

FERNANDES, E. Estatuto da cidade, mais de 10 anos depois: razão de descrença, ou razão de otimismo? **Revista Ufmg**, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.212-233, jan./jun. 2013.

FERREIRA, Ana Paula. Dinâmicas socioespaciais no Quadrilátero Ferrífero: impactos da mineração e processos de urbanização. 2012. 180 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

FIRKOWSKI, José; MOURA, Rosa. Metropolização e suas implicações socioespaciais: uma análise da região metropolitana de Curitiba. In: MOURA, Rosa; FIRKOWSKI, José (Orgs.). **Espaço, território e metropolização**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2014. p. 123-145.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1991.

\_\_\_\_\_. Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas. Vol. 1, Rio de Janeiro, 1990.

\_\_\_\_\_. Revisão atualizada do estudo Divisão Funcional do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

\_\_\_\_\_. REGIC - Regiões de Influência das Cidades 1993. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

\_\_\_\_\_. REGIC - Regiões de Influência das Cidades 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1993.

LEITE, Rogério Haesbaert. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

LOJKINE, J. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. Tradução Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes. 2014.

MENDES, L. U. Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado. In: **Caderno Metrópole**, São Paulo, v. 13, n. 26, pp. 473-495, jul/dez 2011.

MOURA, Rosa. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba**. 250 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

OURO BRANCO. Prefeitura Municipal de Ouro Branco. Lei nº 1.619, de 13 de dezembro de 2007. Institui o plano diretor participativo do município de Ouro Branco e dá outras providências. Ouro Branco: Prefeitura Municipal, 2007.

OLIVEIRA, F. O Estado e o urbano no Brasil. Espaço e Debates. **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. São Paulo, pg. 36-54, jun/set 1982.

PEREIRA, Ana Clara de Souza. **Conselheiro Lafaiete, MG: cidade média em consolidação. Um estudo sobre o espaço intraurbano no período 1970-2018**. 2019. 127 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2019.

PINTO, V. H. L.; FERNANDES, R. A. S. Determinantes da compra de imóveis em Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais.. In: I Latin American and Caribbean Regional Science Association Congress. XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2017, São Paulo. **XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, 2017.

RIBEIRO, L. C. de Q. Notas sobre a renda da terra urbana. **Revista Chão**, março – abril – maio, 1979, p.18-23.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **A urbanização: um estilo de vida que permeia praticamente toda a sociedade**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de (Orgs.). A cidade: o urbano em questão. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 31-49.

\_\_\_\_\_. A divisão do trabalho e a globalização: novas dinâmicas e transformações. In: RODRIGUES, Arlete Moysés; CAMARGO, Cláudia (Orgs.). Globalização e novas configurações do trabalho. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SANTORO, P. F.; COBRA, P. L.; BONDUKI, N. Cidades que crescem horizontalmente: o ordenamento territorial justo da mudança de uso rural para urbano. **Cadernos Metrôpole.**, São Paulo, v. 12, n. 24, pg. 417-440, jul/dez 2010.

SANTOS, M. **A cidade como centro de região: definições e métodos de avaliação da centralidade**. Salvador: Livraria Progreso Editora, 1981.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **A urbanização Brasileira**, São Paulo: Hucitec, 1993.

SILVA, G. R. O papel do Estado na produção da Periferia Norte, a partir da implantação dos conjuntos habitacionais Cristina e Palmital, Santa Luzia – RMBH. In:

MENDONÇA, J. G.; COSTA, H. S. M. (orgs). **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2011, p. 231-254.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. 1978. In. MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa Ômega. 1982.

SOARES, B. R. Pequenas e médias cidades: um estudo sobre as relações socioespaciais nas áreas de cerrado em Minas Gerais. In: SPOSITO, M. E. B. (org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 461-494.

SOJA, Edward W. **Postmodern Geographies: The Reassertion of Space in Critical Social Theory**. New York: Verso, 1993.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015, 2ª edição.

SOUZA, L. A. Processos regionais, instrumentos urbanísticos municipais: uma abordagem da chamada rede urbana do Alto do Paraopeba, Minas Gerais. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v. 17, n. 21, 2º sem. 2010.

\_\_\_\_\_. Produção rígida, acumulação flexível: comandos globais e processos urbano-regionais ligados aos circuitos minerosiderúrgicos do Alto Paraopeba, Minas Gerais. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SPOSITO, M. E. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: GAsPERR, 2001, v. 1, p. 609-634;

\_\_\_\_\_. **Para pensar as pequenas e as médias cidades brasileiras**. Belém: FASE e UFPA, 2009.

\_\_\_\_\_. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. In: **Geografia**, Rio Claro, v. 35, n. 1, jan. - abr. 2010, p. 51-62.

SPOSITO, M. E.; ELIAS, D.; SOARES, B. R.; MAIA, D. S.; GOMES, E. T. A. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, M. E. B. (org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 35-67.

SPOSITO, M. E.; GOÉS, E. M. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp. 2013.

SPOSITO, M. E.; WHITACKER, A. M. **Cidade e Campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: 2006.

STEPHAN, I. I. C.; REIS, L. F.; ROCHA, M. R. Planos diretores participativos: uma avaliação de sua aplicação em dez municípios de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Cadernos Proarq. 2012.

VAMPRÉ, S. **Memórias para a história da Academia de São Paulo**. Brasília: INL, 2ªed., Conselho Nacional de Cultura, 1977.

VASCONCELOS, P. A. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (orgs). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 17-37.

VIANA, Marcos. Ouro branco e bacias hidrográficas: uma análise dos impactos socioambientais no Brasil. 2018. 150 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel Editora Fapesp, Lincoln Institute, 2001, 2ª edição.

\_\_\_\_\_. **Reflexões Sobre as Cidades Brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a territorialidade camponesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.